



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

JORNALISMO

IMPRENSA DO EXÍLIO

THATIANA AMARAL DE BARCELOS

Rio de Janeiro

2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

JORNALISMO

IMPRENSA DO EXÍLIO

THATIANA AMARAL DE BARCELOS

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social - Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro

Rio de Janeiro

2008

IMPrensa DO EXÍLIO

Thatiana Amaral de Barcelos

Monografia submetida ao corpo docente da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social. Habilitação em Jornalismo.

Aprovada por:

Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro - Orientadora

Profa. Dra. Icléia Thiesen

Profa. Dra Ilana Strozenberg

Rio de Janeiro

2008

Para todos aqueles que ousaram resistir e não deixaram que suas vozes fossem silenciadas pelo exílio. São eles a razão de ser deste trabalho.

Agradecimentos

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho, fica expressa aqui a minha gratidão, especialmente:

Aos meus pais, Marilda Amaral e Sérgio Luiz de Barcelos, pelo apoio, paciência e compreensão durante essa trajetória.

À Enrique Venere Gallardo, cujo carinho me deu forças para prosseguir nos momentos de questionamento.

Aos amigos, em especial a Adriana Ebecken, pelas discussões efusivas e pelo incentivo durante o desenvolvimento desta pesquisa.

À Profa. Dra. Ana Paula Goulart e Profa. Dra. Raquel Paiva pelo aprendizado e orientação em todos os momentos necessários.

À Profa. Dra. Icléia Thiesen, sobretudo, pelo aprofundamento do aprendizado referente à metodologia de história oral.

À Profa. Dra. Ilana Strozenberg pela oportunidade de realizar a Iniciação Científica sob sua orientação.

À Arthur José Poerner, Jaime Cardoso, Francisco Almeida e Severino Melo por abrirem suas vidas e compartilharem experiências. Espero ter correspondido à confiança.

Ao Amorj e ao Cedem pela enorme prestatividade no acesso às fontes documentais utilizadas neste trabalho.

Os dialéticos mais penetrantes são os exilados, porque foram as mudanças que os levaram a exilar-se. É por isso que eles só se preocupam com as mudanças.

(Correio Braziliense)

RESUMO

BARCELOS, Thatiana Amaral. **Imprensa do Exílio**. Orientador: Prof. Ana Paula Goulart Ribeiro. Monografia (Jornalismo). Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2008, 121p. E-mail.: thati.amaral@hotmail.com

A implantação de um governo autoritário no país, com o golpe civil-militar de 1964, promoveu o deslocamento de muitos brasileiros para o exterior. Alguns saíram devido às perseguições as suas convicções políticas consideradas subversivas, enquanto que outros foram libertos em ações protagonizadas pela esquerda armada. Em terras estrangeiras foram editadas diversas publicações que, embora fossem tão heterogêneas quanto às organizações que as produziam, se configuravam como uma importante estratégia de preservação de identidades e de resistência, ainda que simbólica, ao regime militar. Este trabalho se propõe a analisar seis coleções de diferentes jornais e revistas produzidos por exilados brasileiros entre o golpe civil-militar, em 1964, e o decreto da Lei da Anistia, em 1979, para compreender a circularidade de informações no exterior e o impacto da experiência do exílio na alteração do projeto político do referido grupo.

Palavras-chaves: Exílio, governo civil-militar brasileiro e imprensa.

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AI	Ato Institucional
ALN	Ação Libertadora Nacional
AMORJ	Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro
APML	Ação Popular Marxista Leninista
Arena	Aliança Renovadora Nacional
CBA	Comitê Brasil pela Anistia
CEDEM	Centro de Documentação e Memória da UNESP
CIME	Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias
CNAR	Comitê Nacional de Ajuda aos Refugiados
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Colina	Comandos de Libertação Nacional
DOI-CODI	Departamento de Operações Internas e o Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FBI	do inglês, Federal Bureau of Investigation
FBI	Frente Brasileiro de Informações
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
Oban	Operação Bandeirantes
OEBM	Organização dos Exilados Brasileiros no México
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Política Operária
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCI	Partido Comunista Italiano
PSB	Partido Socialista Brasileiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

ÍNDICE

1.INTRODUÇÃO	1
2. IMPRENSA, IDENTIDADE, EXÍLIO	10
3. BRASIL: AME-O OU DEIXE-O	26
3.1. Correio Braziliense	34
3.2. Resistência	45
4. SEGUNDO EXÍLIO	56
4.1. Brasil Socialista	62
4.2. Reflexo da Realidade Brasileira no Exílio	75
5 A ANISTIA E O RETORNO	84
5.1 Brasil Mês a Mês na Imprensa	91
5.2 Fragmento da Cultura Brasileira	104
6. CONCLUSÃO	115
7. REFERÊNCIAS	121
8. ANEXOS	124
8.1. ANEXO I - CORREIO BRAZILIENSE	125
8.2. ANEXO II- FISIONOMIA DE UMA NAÇÃO TRAÍDA.....	126
8.3. ANEXO III- RESISTÊNCIA.....	127
8.4. ANEXO IV- SUPLEMENTO MARIGHELA	128
8.5. ANEXO V- BRASIL SOCIALISTA Nº1	129
8.6. ANEXO VI- BRASIL SOCIALISTA Nº6.....	130
8.7. ANEXO VII- REFLEXO DA REALIDADE BRASILEIRA.....	131
8.8. ANEXO VIII- O HERÓI GRAFISONORO PER CAPITA	132
8.9. ANEXO IX- BRASIL MÊS A MÊS NA IMPRENSA- CAPA.....	133
8.10. ANEXO X- BRASIL MÊS A MÊS NA IMPRENSA -A.....	134
8.11. ANEXO XI- BRASIL MÊS A MÊS NA IMPRENSA- B.....	135
8.12. ANEXO XII- FRAGMENTO DA CULTURA BRASILEIRA.....	136
8.13. ANEXO XIII- QUE PAÍS É ESSE?.....	137

Introdução

Após o golpe civil-militar de 1964 muitos brasileiros foram obrigados a deixar o país em decorrência das perseguições que foram empreendidas às suas convicções políticas e, com isso, viraram exilados. Em um primeiro momento, o exílio foi percebido como um tempo transitório para a reorganização das lutas a serem desenvolvidas no país. No entanto, os sucessivos golpes militares na América Latina e a dispersão pelo continente europeu determinaram a falência deste projeto.

Ao longo dos anos, a permanência do governo militar no Brasil e a não concretização do processo de redemocratização afastaram as perspectivas de retorno do horizonte desses brasileiros. No país de acolha, muitos destes exilados tiveram que recorrer a instituições de amparo, aprender a se expressar no idioma local, enfrentar inúmeros choques culturais e o rebaixamento profissional a que, freqüentemente, o estrangeiro é relegado.

Diante da desagregação causada pela alteração dos quadros de referência que orientavam a existência no contexto anterior, a organização de uma imprensa se constituiu como uma das estratégias estruturadas no exterior para preservar identidades e resistir, ainda que simbolicamente, ao governo militar. Nas páginas destas publicações, podem ser vislumbradas as alterações nos projetos políticos ao longo do exílio, as interpretações de fatos ocorridos no Brasil e as contribuições do contato com diferentes culturas para a atualização da esquerda brasileira.

Apesar da carência de uma bibliografia específica sobre este tema, nas últimas décadas, verifica-se, nos meios artísticos e acadêmicos, a recorrência de temáticas relacionadas ao período de vigência do governo militar brasileiro e suas implicações político-sociais. Isto ocorre nos filmes, relatos ficcionais e biográficos daqueles que vivenciaram este momento histórico ou em inúmeras pesquisas acadêmicas desenvolvidas nas diversas áreas das ciências humanas por gerações que não vivenciaram tais acontecimentos.

A emergência desta temática reflete os esforços para o enquadramento¹ das memórias “subterrâneas” que, diante da predominância dos discursos oficiais, permaneceram a margem da história oficial. Contudo, estas lembranças se mantiveram vivas, sendo transmitidas nas redes de sociabilidade daqueles que eram contemporâneos a tais acontecimentos, a espera de um momento propício para emergir trazendo consigo as reivindicações que se agregam a esta disputa pela memória.

¹POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1989, vol. 2, n. 3, p.10.

Michael Pollak² destaca a tensão entre o dizível e o não-dizível presente nesta dinâmica. Para as vítimas das ações arbitrárias do governo militar, o silêncio pode se interpretado como uma forma de preservar os familiares do sofrimento de reviver tais acontecimentos e ele se manifesta diante da dificuldade de se encontrar uma escuta no interior de uma sociedade que, em alguns momentos, se manteve cúmplice da ditadura. Enquanto que para as autoridades, não integrar estas lembranças comprometedoras à memória coletiva da Nação é uma forma de garantir a não-culpabilização daqueles que participaram direta ou indiretamente das ações de repressão promovidas pelas Forças Armadas.

No entanto, a preservação destas memórias é imprescindível para o processo constante de reconstrução de identidades. Através da delimitação de diferenças e similitudes entre os grupos sociais, a memória possibilita aos indivíduos a sua integração como sujeito do processo de construção da história e promove o sentimento de coerência, continuidade e unidade na elaboração de sua auto-imagem para si e para os outros.

Esta auto-imagem é um produto da constante negociação com a sociedade, e tem como referências os critérios de “aceitabilidade, credibilidade e admissibilidade”³. A memória atua, neste cenário, como “a base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas”⁴. A partir do embate entre estas duas dimensões da consciência é organizada a memória nacional. Portanto, a história e a memória estão profundamente interligadas. A primeira abastece a memória constantemente, enquanto que esta se constitui como uma fonte de construção do saber histórico.

A metodologia de história oral contribui para este processo ao possibilitar a construção de fontes documentais que privilegiam como objeto de estudo os grupos sociais marginalizados dando voz a estes discursos excluídos da história oficial. A preservação destas referências do passado é imprescindível para a manutenção da sensação de pertencimento a uma dada comunidade e também atua na redefinição do lugar dos indivíduos na sociedade.

Outro papel importante desempenhado por esta metodologia diz respeito à manutenção das lembranças do passado em uma dimensão viva e atualizada no presente. Cada depoimento é apenas mais uma versão dos acontecimentos do passado que é constantemente renovada nesta relação estabelecida com o presente. Estas fontes, tal como as demais, necessitam ser

² Idem, p.09.

³ POLLAK, “Michael. Memória Identidade Social”. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1992, vol.5, n.10, p.5.

⁴ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.38.

observadas a partir de uma análise crítica rigorosa para que, assim, exerçam o seu papel de estimular o diálogo entre o passado e o presente.⁵

Contudo, a história oral também possui suas particularidades. Maurice Halbwachs⁶ destaca o caráter coletivo e social da memória tendo em vista que esta se expressa como um fenômeno elaborado coletivamente e submetidos a flutuações constantes. Ao narrar suas histórias de vidas, os entrevistados reorganizam suas lembranças, recalcando alguns elementos consciente ou inconscientemente. Estas memórias também incorporam as inúmeras leituras de textos, experiências e discussões relacionadas ao tema que foram efetuadas ao longo dos anos.

Durante as entrevistas, estes personagens ordenam coerentemente acontecimentos chaves de sua existência em um trabalho de reconstrução de si mesmo⁷. O resultado desta constante resignificação do passado é mais uma versão construída a partir do confronto com as problemáticas do presente do que um relato factual dos acontecimentos. Tal versão incorpora múltiplas vozes que interagem entre si produzindo sentido.

Lucília de Almeida Neves Delgado destaca a importância do tempo no distanciamento entre os relatos e os acontecimentos vivenciados. A autora concorda com a linha teórica que identifica a presença de múltiplas dimensões temporais nos depoimentos colhidos a partir da metodologia de história oral. De acordo com esta perspectiva, apesar dos fatos ocorridos no passado serem imutáveis, “as testemunhas da história constroem análises naturalmente influenciadas pelo tempo no qual estão inseridas”⁸.

O tempo e o espaço são dimensões inerentes ao ato de recordar. Os depoimentos abrigam múltiplas temporalidades que se entrecruzam no processo histórico lhe conferindo singularidade. Enquanto que os espaços se constituem como referências que guiam a memória durante o processo de rememoração. Estas duas dimensões são os elos que conferem coesão a base identitária dos atores sociais envolvidos no processo de reconstrução do passado.

Estas questões podem ser vislumbradas na imprensa, já que os textos jornalísticos se configuram como uma importante estratégia de preservação da memória. Estudos recentes da Teoria da Comunicação têm redimensionado o papel deste veículo com fonte documental e agente histórico. Através dele são registrados como diferentes atores sociais interpretaram

⁵ Idem, p.31.

⁶ POLLAK: 1992, op. cit., p.2.

⁷ POLLAK: 1989, op. cit., p.14.

⁸ DELGADO, op. cit., p10.

fatos considerados relevantes para uma determinada coletividade, o que possibilita novas abordagens em relação aos processos históricos⁹.

Tais publicações se constituem como um agente histórico na medida em que atuam na produção de sentidos e intervêm no desfecho dos acontecimentos. A partir da seleção entre o que a linha editorial do veículo deseja preservar ou esquecer, a imprensa intermedia as relações entre os sujeitos e as transformações que ocorrem ao seu redor, produzem sentidos para os processos históricos e participam na reelaboração de identidades¹⁰.

Este trabalho monográfico pretende contribuir para a reconstrução da memória de grupos de exilados políticos do governo militar brasileiro que produziram revistas e jornais no período compreendido entre 1964 e 1979. A idéia principal que norteou as análises presentes neste trabalho foi a percepção da diversidade na utilização de estratégias informativas como instrumento de resistência ao processo de anulação do sujeito político e de perda de referências durante o exílio.

Seguindo estas diretrizes, foram analisadas seis diferentes coleções de jornais e revistas editadas por tais grupos e que, atualmente, estão disponíveis para consulta no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), localizado no edifício do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ. Muitos destes textos não estão assinados e, com isto, o contato com os organizadores das publicações foi o resultado de um intenso trabalho investigativo que, aos poucos, constituiu uma rede de contatos composta por ex-exilados que participaram da comissão editorial ou que faziam parte do público leitor desses periódicos.

A realização de entrevistas, baseadas na metodologia de história oral, foi imprescindível para preencher as lacunas deixadas pela carência de uma bibliografia específica sobre este tema. O roteiro foi constituído por perguntas abertas referentes à militância no Brasil, às diferentes trajetórias seguidas em terras estrangeiras, às estratégias de resistência ao regime militar e ao processo de elaboração das publicações.

O objetivo foi explorar como esta imprensa se formou no exterior enfocando as motivações presentes na produção dos textos jornalísticos, a circularidade de informações entre o grupo estudado, o processo de edição do periódico e sua distribuição para a colônia de exilados. Também foi analisada como a escolha dos fatos e acontecimentos que eram

⁹RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves (Org). *Mídia e Memória: A produção de sentido nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.7.

¹⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Org). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006, p.10.

veiculados estava diretamente relacionada ao projeto político dos grupos que conduziam os periódicos.

Um dos entrevistados é Jaime Cardoso, ex-militante do movimento estudantil que também atuou na organização VAR-Palmares. Jaime foi enviado ao Chile com outros 69 presos políticos que foram libertos pelo seqüestro do embaixador suíço. Após o golpe militar naquele país, em 1973, Jaime Cardoso seguiu para a Suíça onde contribui para a publicação da revista *Reflexo da cultura brasileira no exílio*, em 1978, e *Fragmento da cultura brasileira*, em 1979. O seu depoimento é de fundamental importância para que sejam compreendidas as percepções de um ex-guerrilheiro em relação ao exílio.

A experiência da expatriação foi sentida de diferentes formas pelo grupo estudado. Alguns dos fatores que atribuíram singularidade a vivência em terras estrangeiras foram as diferentes trajetórias dos militantes no Brasil, a propensão para se adaptar a nova situação e a possibilidade de obter apoio entre partidos políticos ou instituições filantrópicas. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, além de auxiliar na organização dos esquemas de saída para os seus militantes, também forneceu a determinados quadros o apoio material necessário para a estruturação da vida no exterior e formação teórica. As entrevistas com integrantes do PCB que estiveram exilados possibilitaram que fossem vislumbrados os efeitos do exílio entre militantes que defendiam a luta pelo estabelecimento de uma sociedade igualitária através de meios legais e pacíficos.

Seguindo este objetivo, foram entrevistados dois integrantes do PCB que estiveram exilados em Moscou, local onde organizaram o periódico *Brasil Mês a Mês na Imprensa*. Severino de Melo foi um dirigente regional que trabalhava no apoio logístico aos esquemas de saída para integrantes do Partido. Em 1974, ele deixou o país após uma ação mal sucedida na falsificação de documentos. Já Francisco Inácio de Almeida era um dos jornalistas que contribuíram para a distribuição do jornal oficial do Partido, *A voz operária*. Ele deixou o país por determinação do PCB, em 1973, com o apoio de redes que organizavam as partidas.

A pesquisa também abordou a trajetória em terras estrangeiras de brasileiros que foram perseguidos pelo governo militar devido às suas convicções políticas. Este grupo foi representado pelo depoimento de Arthur José Poerner, um jornalista e militante do PCB que desempenhou um importante papel no movimento estudantil, durante a década de 1960, e colaborou, por meio de sua profissão, na quebra do obstáculo da desinformação que era imposto pela censura.

Diante do acirramento da repressão, com a invasão da redação do jornal onde Poerner trabalhava, *O Correio da Manhã*, e a sua prisão por três meses nas dependências do DOI-

CODI, o jornalista e escritor decidiu deixar o país, em 1971. Contudo, mesmo no exterior, participou de ações de resistência ao governo militar, através de denúncias na mídia internacional sobre a deterioração do cenário latino-americano e da preservação do intercâmbio de informações com o Brasil por meio de matérias destinadas ao *Pasquim*.

As Análises destes periódicos demonstram que a imprensa produzida por asilados políticos brasileiros é marcada pela heterogeneidade e exerceu um importante papel na aglutinação da esquerda exilada mediante a preservação de elementos identitários entre o referido grupo. Ao escrever sobre fatos políticos brasileiros, os asilados criavam redes de sociabilidade para a discussão de tais temas, o que reforçava entre eles a identidade ligada à militância. Esta edificação no exterior de uma resistência, mesmo que simbólica, ao governo militar brasileiro possibilitava que fosse dada continuidade ao projeto político que foi interrompido no Brasil.

As publicações também atuaram na superação da barreira do silêncio que era imposta, ao nível nacional, pela censura. Através do material produzido, os asilados podiam expressar suas opiniões e denunciar à comunidade internacional as atrocidades cometidas pelo regime militar. Enquanto que as revistas de caráter cultural se desenvolveram como uma estratégia de combate ao desenraizamento próprio do exílio criando um espaço para o intercâmbio de experiências e para a difusão da produção artístico-cultural brasileira.

As fontes analisadas também possibilitam que sejam observadas às contribuições obtidas pelo contato com diferentes culturas no para a redefinição do sentido de transformação social entre os exilados. Com a dispersão dos brasileiros em diferentes países europeus e latino-americanos, houve a incorporação de temáticas nas pautas de discussões que, até então, eram pouco valorizadas pela esquerda no Brasil.

Este material jornalístico contribuiu para a atualização de tais grupos. Através do acompanhamento das alterações na dinâmica política nacional era possível redefinir as estratégias de luta. Tal atualização foi imprescindível para a reconstrução da esquerda brasileira no pós-anistia, incorporando tanto as experiências acumuladas durante a trajetória no exílio, quanto as contribuições obtidas pelo contato com a cultura estrangeira.

A monografia foi dividida em quadro parte. A primeira delas, intitulada *Imprensa, Identidade e exílio*, discute a experiência do exílio e a organização desta imprensa como uma estratégia de preservação de identidades e de resistência diante da fragmentação causada pela expatriação. Estas reflexões estão embasadas pela análise das obras de Miriam Volpe, *Geografias de Exílio*, e de Edward Said, *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Volpe analisa a traumática experiência do exílio a partir de obras literárias escritas por asilados

uruguaios, enquanto que Said incorpora experiências pessoais as suas ponderações sobre a expatriação.

Estas reflexões também abordam relatos de exilados brasileiros que foram reunidos no livro *Memórias do exílio: Brasil 1964-1979*. Esta obra, editada em 1976, tinha como objetivo produzir um documento que, além de resgatar a memória do grupo estudado, registrasse suas vivências em terras estrangeiras. Outra obra que forneceu importantes contribuições para o desenvolvimento destas análises foi *Exílio: entre raízes e radares*, de Denise Rolembert. A autora, através de um minucioso trabalho de pesquisa, procurou abarcar a experiência de expatriação desde o golpe militar, em 1964, até o decreto da Lei da Anistia em 1979.

O capítulo *Brasil: Ame-o ou Deixe-o* aborda as circunstâncias em que ocorreu o exílio a partir da contextualização histórica do golpe civil-militar de 1964 e da análise de diferentes trajetórias seguidas pelos ex-asilados entrevistados pela pesquisa. Também foram estudadas duas publicações que refletem as características deste primeiro momento em terras estrangeiras, quando ainda estava presente a perspectiva de um breve retorno ao Brasil para dar continuidade à luta contra o regime ditatorial.

Neste sentido, a pesquisa analisou os jornais *Correio Braziliense* e *Resistência*. O primeiro foi editado, em 1964, pela Organização dos Exilados Brasileiros no México (OEBM). Esta organização era formada por personalidades e representantes do movimento sindical que deixaram o país nos primeiros meses após a concretização do golpe civil-militar. As raízes ideológicas deste grupo contribuíram para que a temática dos textos publicados se concentrasse na divulgação das manifestações da classe trabalhadora e na denúncia da violação dos direitos humanos pelo governo militar.

Embora este grupo tenha sido favorável a luta pela redemocratização, mediante a defesa da representação partidária legal e da acumulação de forças com a mobilização de amplos setores sociais, no exemplar que encerrou as atividades do jornal, os editores afirmam, pela primeira vez, a possibilidade de enfrentar o governo por meio de ações armadas caso as condições materiais do tempo e lugar onde a luta se desenvolvesse assim o exigisse.

Esta estratégia de combate ao regime, percebida de forma ainda embrionária nos primeiros anos da ditadura, passou a adquirir força com a atuação de grupos revolucionários no meio urbano e rural. O jornal *Resistência* foi editado no Chile, em 1972, pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), num momento em que já estava em curso a desestruturação das organizações de vanguarda no Brasil.

Este periódico apresenta um forte comprometimento com o projeto político desenvolvido no Brasil. Isto pode ser observado pelo predomínio da divulgação de ações de propaganda armada em relação aos demais temas veiculados e pela explicação didática de como tal estratégia se inseria no projeto revolucionário da organização. Este documento estimulava o retorno dos exilados para cumprir o dever de todo o revolucionário de fazer a revolução e propõe ainda a articulação dos movimentos contestatórios em toda a América Latina.

O capítulo *Segundo Exílio* analisa a alteração do projeto político entre os brasileiros após a dispersão pela Europa causada pelo Golpe Militar no Chile, em 1973, e depois da sucessiva instalação de ditaduras na América Latina, como na Argentina, em 1974, e no Uruguai, entre 1972 e 1985. Diante da recusa de grande parte dos governos sul-americanos em receber refugiados, estes foram obrigados a mais uma vez organizar as suas partidas.

A falência do projeto político, que previa a derrubada da ditadura brasileira mediante o confronto direto, contribuiu para a estruturação de novas formas de militâncias. As revistas editadas neste período demonstram a frustração gerada pela não concretização das expectativas de retorno e pela alteração no cenário político que determinou um novo exílio dentro do exílio. Neste contexto, este material passou a atuar na mobilização da opinião pública internacional contra a violação dos Direitos Humanos pelo governo brasileiro e no combate ao desenraizamento provocado pela expatriação.

A revista *Reflexo da Cultura Brasileira no Exílio*, editada na Suécia em 1978, ilustra este processo. Ela foi organizada com o objetivo de criar um espaço para a divulgação das produções culturais de brasileiros sediados no exterior. Seguindo este propósito foram reunidas expressões artísticas diversas, como fotografia, desenho, literatura e poesia. A publicação retrata o ambiente depressivo causado pelos longos anos passados no exterior. Embora alguns textos expressem a solidão proporcionada pela estada forçada no exterior, suas ficções abordam mais questões relacionadas ao período da militância - como as perseguições, prisões, torturas e despedidas - do que a própria condição de exilado.

Já a *Brasil Socialista*, publicada trimestralmente na Suíça entre os meses de janeiro de 1975 e de 1977, era uma publicação de cunho político que se vinculava à tendência proletária da esquerda brasileira. Este periódico reúne desde documentos oficiais elaborados por organizações de vanguarda a artigos sobre diferentes estratégias de luta desenvolvidas no Brasil. O conjunto deste material promove a autocrítica dos projetos políticos defendidos pelas organizações de tendências Marxistas-Leninistas.

Por fim, o capítulo *A Anistia e o retorno* analisa as expectativas de volta ao Brasil diante dos avanços no processo de redemocratização. O referido capítulo também destaca as contribuições do contato com outras culturas para a expansão da visão de mundo dos exilados. A vivência no exterior possibilitou a incorporação nos projetos políticos destes brasileiros de questões que, até então, não eram discutidas pela esquerda brasileira.

Seguindo estas diretrizes, foram realizados estudos de caso dos periódicos *Brasil Mês a Mês na Imprensa* e *Fragmento da realidade brasileira no exílio*. O primeiro foi publicado em Moscou, entre agosto de 1975 e junho de 1979, por integrantes do Partido Comunista Brasileiro. Esta publicação realizava um clipping de matérias retiradas de veículos de grande circulação no Brasil. O objetivo era fornecer aos exilados os instrumentos para que fossem acompanhadas as alterações na dinâmica política nacional, possibilitando assim a reestruturação das estratégias de luta quando ocorresse o retorno.

A *Brasil Mês a Mês na Imprensa* foi uma das publicações analisadas com maior tempo de duração. A sua equipe editorial considera que tal estabilidade se deve ao trabalho da irmã mais nova do Secretário Geral do PCB, Lygia Prestes, no abastecimento diário do jornal com notícias retiradas da imprensa nacional. Soma-se a este cenário, o grande interesse dos asilados em receber estes exemplares devido à dificuldade em se obter informações sobre o Brasil no exterior. Estima-se que este periódico possuía uma tiragem entre 1.500 à 2.000 exemplares.

Já a revista *Fragmento da Cultura Brasileira*, editada na Suécia em 1979, surgiu após uma divergência sobre a forma de condução da *Reflexo da Cultura Brasileira no Exílio*, e manteve a antiga orientação direcionada a promover a divulgação da produção cultural brasileiras no exílio. A *Fragmento* foi publicada em um momento em que o processo de Anistia gradualmente se concretizava, logo os seus textos refletem o otimismo pela possibilidade de retorno ao Brasil. Já as entrevistas com artistas e personalidades brasileiras realizam a autocrítica do exílio e de suas contribuições para a conformação da esquerda brasileira no pós-anistia.

2 Imprensa, Identidade e Exílio

Expulsar da pátria, degredar, banir, desterrar, extraditar, deportar. O vocábulo exílio encerra complexas e multifacetadas significações que trazem em comum a violência que o acerca. O exilado sofre, primeiramente, a violência de ser expulso de seu país de forma que o seu retorno é inviabilizado pelos riscos a sua integridade física. Ele é arrancado de suas raízes, retirado do espaço onde estão presente os quadros de referências que contribuem para a edificação do sentimento de permanência e de coerência consigo mesmo.

O mesmo não ocorre com o imigrante já que ele geralmente cruza as fronteiras seguindo uma escolha pessoal vinculada a motivações de cunho econômico. Isto determina uma maior propensão a se adaptar à nova realidade¹¹. O exilado geralmente se recusa a pertencer ao novo território, nutrindo um sentimento de orfandade em relação a sua cultura e território de origem.

Edward Said¹² contribui para a discussão entre os limites que distinguem exilados, refugiados, expatriados e imigrados. Para o autor, o exílio tem origem nas antigas práticas de banimento que conferiam ao indivíduo o sentimento de ser um forasteiro no país que o acolhe, o quê lhe compele a uma existência anômala. Neste sentido, a condição de exilado tem a sua razão de ser pela existência do amor à pátria e dos laços que se ligam a ela.

Enquanto que o estatuto de refugiado foi criado no século XX pela Convenção de Genebra. Este termo visa formalizar uma condição que se originou a partir dos grandes deslocamentos humanos que foram motivados por razões sócio-políticas e que demandaram a intervenção internacional. Said considera que, enquanto o exílio é uma condição espiritual, o refugiado foi um termo cunhado para denominar uma situação política.

Já os expatriados residem no exterior voluntariamente. Embora também sofram com a solidão, eles não possuem as rígidas interdições presentes nas demais condições citadas. Por fim, os emigrantes são indivíduos cujas partidas foram definidas por uma decisão pessoal. Estes conceitos não possuem definições estanques e o indivíduo pode vivê-los de diferentes formas durante o período em que se mantém no exterior. Por exemplo, um refugiado pode migrar para outros países que lhe ofereçam melhores oportunidades de emprego e, com isso, se torna um imigrante.

A idéia de deslocamento, que a palavra “exílio” traz consigo, está alinhada ao sentimento de pertencimento a uma comunidade e a um território aos quais se é originário.

¹¹ ROLLEMBERG, Denise. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.42.

¹² SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. São Paulo: Companhia das letras, 2003, p.54

Isto garante ao indivíduo a estabilidade necessária à existência plena. No entanto, este conceito, além do enfoque geográfico, também pode representar uma condição mental, já que a cisão dentro da própria cultura pode causar um isolamento no país de origem.

Por outro lado, este conceito também pode assumir uma conotação temporal devido à sensação de privação dos acontecimentos transcorridos no país durante o período em que o asilado passou no exterior. Estes elementos confluem para a conformação de uma vivência marcada pela perda do contato com as referências culturais da terra natal, pelo desejo de voltar e pela nostalgia em relação a este lugar e tempo deixados para trás¹³.

Para aqueles que foram obrigados a sair do país devido a posições divergentes em relação aos mecanismos de repressão sócio-políticos construídos na pátria natal, o exílio provocou rupturas irreversíveis no âmbito familiar, individual e social. Contudo, aqueles que ficaram também sofreram os efeitos da fragmentação da identidade nacional devido ao deslocamento forçado de parcela de uma intelectualidade que contribuía para pensar a sociedade e para o desenvolvimento de caminhos alternativos ao sistema político-econômico vigente.

A violência destas partidas, muitas vezes, é acompanhada pela violência das chegadas. Após uma saída traumática do país de origem, o indivíduo é reinserido em uma nova sociedade com todos os choques culturais que este processo implica. Ele passa a ser “infantilizado”¹⁴ pela comunidade internacional diante das dificuldades em se expressar no idioma do país de acolha e pelo rebaixamento profissional ao qual, freqüentemente, o estrangeiro é relegado.

Este cenário, muitas vezes, provoca alterações na escala social, uma vez que “(...) figuras nacionais passam quase ao anonimato, profissionais retornam ao nível estudantil, pessoas superativas passam à quase marginalidade dos processos sociais por imposição das circunstâncias, estudantes que se profissionalizam em organismos internacionais e etc.¹⁵” A luta de muitos destes personagens, que antes confrontavam o governo em seu país de origem, se converte em uma luta pela busca do seu lugar no novo contexto.

Miriam Volpe ressalta que ser um exilado é compactuar pelo consenso ou pela conformidade com as normas vigentes no país de acolha. Significa ter uma vivência limitada na sociedade em que foi inserido devido às barreiras impostas pela língua e pelos costumes.

¹³ VOLPE, Miriam. Geografias de Exílio. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2005, pp. 78-82.

¹⁴ ROLLEMBERG, op. cit., p.120.

¹⁵ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). Memórias do exílio: Brasil 1964/ 1977. São Paulo: Livramento, 1978, 1ª edição, p.13.

Esta noção de uma permanência transitória no exterior geralmente é acompanhada por uma alienação em relação ao presente e pelo refúgio na lembrança mitificadora do passado¹⁶.

O relato da advogada Anina de Carvalho - perseguida pelo governo militar brasileiro por defender presos que atuavam na militância política - permite entrever esta posição derrotista assumida por muitos diante do exílio.

O lado negativo do exílio é a falta de adaptação. Se você chega numa nova terra e não fala a língua, tem péssimas condições materiais e não consegue se integrar intelectualmente, o que acontece? Há o pessoal que se junta em panelas. E a panela não é boa, pois cultiva a fossa. (...) Infelizmente o exílio é longo e não se pode viver de forma transitória por muito tempo. O mal é que muita gente vive transitoriamente durante anos e não percebe que o tempo passa. Há gente que aqui chegou em idade de estudante. O tempo foi passando e continuam na situação de estudante...¹⁷

Edward Said considera que a supervalorização de fatos heróicos localizados no passado destes indivíduos se configura como um esforço para superar a dor intrínseca a esta nova condição. Com isto, a nostalgia em relação à temporalidade não vivenciada no país de origem se torna presente em todas as suas realizações em terras estrangeiras. Tal fato determinaria uma existência descontínua e criada para negar a dignidade e a identidade daqueles que passam por esta experiência.

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm heróicos, românticos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação.¹⁸

A experiência do exílio é sentida de formas diversas por aqueles que a vivenciam. Há os que se fecham na nostalgia em relação ao país de origem e se sentem sempre estrangeiros no novo território. Para estes, o passado se transforma em morada intermitente de uma memória do cotidiano e das ações heróicas ocorridas na pátria natal. Outros, apesar do intenso desejo de retornar, com o passar dos anos são assimilados pela nova realidade e passam da condição de exilados para imigrantes. Também há aqueles que sentem que a preservação da identidade nacional pode ser mais aceita pelas contribuições fornecidas ao novo contexto¹⁹.

Durante a década de 1960 e 1970, alguns militantes que se opuseram ao governo civil-militar brasileiro foram obrigados a deixar o país. Muitos foram compelidos a sair devido a atuação na oposição partidária legal ou empunhando armas em ações revolucionárias. Outros

¹⁶ VOLPE, op.cit., p.98.

¹⁷ CARVALHO, Anina de. In CAVALCANTI, RAMOS, op. cit., p.55.

¹⁸ SAID, op. cit., p.46.

¹⁹ VOLPE, op. cit., p.99.

foram banidos pelo AI-13 após a sua liberação da prisão em razão dos seqüestros de diplomatas estrangeiros.

Denise Rollemberg²⁰ distingue duas gerações presentes na comunidade de exilados brasileiros. A primeira foi a geração de 1964, formada por personalidades e intelectuais de destaque no cenário político brasileiro daquele momento que já possuíam formação profissional especializada. Esta geração se identificava com o projeto de reformas de base proposto por João Goulart e com a militância por meio da representação partidária legal.

A segunda, a geração de 1968, era formada, em sua grande maioria, por jovens provenientes das fileiras do movimento estudantil ou de grupos clandestinos que atuavam na luta armada. Muitos deles estiveram exilados quando ainda não possuíam formação acadêmica completa. Nestes casos, a definição profissional ocorreu no exterior. Apesar das diferenças na faixa etária entre estas gerações, uma característica comum entre elas foi a dificuldade em aceitar o exílio, muitas vezes, percebido como um abandono da luta e da causa defendidas no Brasil.

A saída forçada do país nem sempre demarca o começo do exílio. Os marcos temporais que delimitam o início e o término desta experiência variam de acordo com as diferentes trajetórias em terras estrangeiras. Alguns tiveram clareza em relação ao significado de sua condição tão logo deixaram o Brasil. Outros apenas perceberam que o exílio havia começado com a dispersão forçada pela Europa após o golpe militar no Chile. Ainda houve aqueles que começaram a vivenciar tal experiência após o recebimento dos documentos que oficializavam a sua condição.

O frade dominicano, Magno José Vilela, perseguido pela ditadura por acolher militantes no convento de sua ordem religiosa, afirma em seus depoimentos que, embora já estivesse vivendo há dois meses na França, apenas percebeu o início do exílio quando recebeu os documentos fornecidos pelo governo francês que oficializavam a sua condição de estrangeiro.

Choque que me veio, sobretudo dos meus papéis de identidade, dados pela polícia francesa, isto é, a carta de residente estrangeiro, a carta de refugiado político, o passaporte de refugiado político, etc. Esses documentos me lembravam a cada instante que eu era “estrangeiro”! Estrangeiro e refugiado político. Essa “certidão” civil, mas o frio e a saudade, me fizeram descobrir que o exílio havia começado.²¹

No entanto, outro aspecto que aproxima as gerações de 1964 e 1968 foi a própria razão de ser do exílio. Para ambas, a extradição se configurou como uma “iniciativa governamental”²² direcionada a afastar ou eliminar os grupos que contestavam a ordem

²⁰ ROLLEMBERG, op. cit., pp.50-51.

²¹ VILELA, Magno José. In CAVALCANTI, RAMOS, op. cit., p.210.

²² ROLLEMBERG, op. cit., p.47.

vigente, tal como as prisões e torturas efetuadas nos porões da ditadura. A impossibilidade de voltar ao Brasil, diante das ameaças de morte empreendidas por agentes dos órgãos oficiais de repressão durante o embarque dos guerrilheiros trocados por diplomatas estrangeiros, demonstra o caráter punitivo desta medida. Tal iniciativa também representou uma tentativa de anulação da identidade política destes sujeitos, uma vez que promoveu a sua retirada de um contexto no qual eram valorizados por suas ações para uma posterior reinserção no anonimato.

Nesta disputa pela memória, a tentativa de eliminar a presença física da oposição no cenário político brasileiro expressou a intenção de suprimir a representação dos dominados e de suas ações de resistência. A relação de força implícita nesta dinâmica visava tanto silenciar as vozes dissonantes, como criar uma imagem de conformação em relação à ordem imposta. Apesar deste cenário adverso, estruturado para apagar tais memórias da história nacional, alguns exilados ainda assim reconheciam que “os brasileiros no exílio não estão fora, mas dentro da história do Brasil contemporâneo”²³.

Mesmo com a grande fragmentação nas diferentes organizações de vanguarda, devido às divergências ideológicas nos seus projetos revolucionários, é possível vislumbrar interseções no perfil dos militantes. Um destes pontos de contato era o sentimento nacionalista fortemente arraigado que se direcionava para a construção de uma nova nação e para o combate às desigualdades sociais.

Estes militantes possuíam uma identidade fortemente vinculada a um projeto político inspirado nas concepções de Marx, Mao Tse-Tung, Debray e Che Guevara. O ideal de Nação defendido por eles, embora não se alinhasse ao projeto hegemônico, possibilitava o reforço dos laços de coesão entre as “comunidades imaginadas”²⁴. Segundo Benedict Anderson, a Nação seria uma construção mental, baseada na projeção de uma identidade comum compartilhada por outros indivíduos que fariam parte dela.

A experiência do exílio possui uma estreita ligação com o conceito proposto por Anderson. Apesar do afastamento espaço-temporal em relação à terra natal, os exilados procuram cultivar em suas redes de sociabilidade os elementos de pertencimento àquela cultura. Com isto, idealizam a Nação deixada para trás e a pintam com as cores da nostalgia, amenizando assim os seus problemas e as desigualdades sociais.

²³ CAVALCANTI, RAMOS, op. cit., p.10.

²⁴ VOLPE, op. cit., p.56.

Para Hobsbawn²⁵, a Nação é uma “tradição inventada” que reconstrói passados e formas simbólicas ou concretas de associação entre indivíduos (hinos, bandeira e personagens), de afirmação de estruturas autoridade (leis, religião, estrutura administrativa) e de socialização (costumes, valores, ideologias) que mais tarde serão legitimados pela história. Neste sentido, as fronteiras, além de estabelecerem limites territoriais, também agrupam elementos de pertencimento a um espaço e a um tempo. A promoção desta diferença entre o “Eu” e os “Outros” atua na fixação de identidades e no aprofundamento das raízes.

Para Said, a consolidação do sistema mundial no século XIX inaugurou sociedades híbridas que mesclam em seu interior culturas e povos distintos. De acordo com este autor, o nacionalismo que emerge neste contexto consiste numa “filosofia da identidade transformada numa paixão coletivamente organizada”²⁶. Ou seja, para aqueles que enfrentaram uma situação de extrema repressão, o nacionalismo se converte em algo necessário, já que expressa uma identidade que foi negada e, por isso, busca ocupar um lugar de destaque entre outras formas de identidades.

O nacionalismo é constituído, justamente, por esta noção de pertencimento a um espaço, a uma língua, a um povo e suas tradições e costumes. Ele cria uma pátria formada por comunidades com valores comuns. Desta forma, o exílio e o nacionalismo são dois elementos que, apesar de aparentemente se oporem, um apenas existe em função do outro. E o indivíduo sente os estragos causados pela privação do relacionamento com a comunidade de origem, tão mais forte sejam os vínculos mantidos com o território nacional²⁷.

Por outro lado, o nacionalismo defensivo contribui para a edificação da consciência de si mesmo e de outras formas de auto-afirmação. Isto se manifesta por meio da tentativa de criar novos Estados dentro daquele que prestou acolhimento, dos esforços para a preservação da língua natal ou, até mesmo, a reprodução estereotipada de traços culturais mantidos no país de origem. Alguns relatos de integrantes do grupo estudado mencionam o consumo de produtos típicos brasileiros - como a cachaça, a feijoada e o doce-leite - por um grupo social que não mantinha tais hábitos no Brasil. No exílio, o consumo de tais produtos representava uma extensão da pátria que era motivada pelo interesse em promover uma aproximação afetiva em relação ao país de origem.

Miriam Volpe e Denise Rollemberg distinguem três fases presentes neste processo de desterritorialização. O primeiro momento é marcado pela mudança brusca no quadro de

²⁵ Idem, p.57.

²⁶ SAID, op. cit., p.206.

²⁷ Idem, p.48.

referências mantido no contexto anterior e o exilado “afastado do que é seu, fica condenado a viver de sonhos”²⁸. Fechado em seu exílio interior, o asilado se recusa a fazer parte da realidade do país de acolha, já que imaginavam um retorno breve e a reinserção na luta em curso no Brasil.

Como as organizações de vanguardas não identificavam o exílio como lugar de luta, os militantes afastados da prática não tinham o direito de opinar nas decisões coletivas²⁹. Nos relatos de alguns exilados deste período, é recorrente a menção de uma suposta hierarquização que atribuía menor importância àqueles que saíram do Brasil por opção pessoal, em relação aos que partiram por determinação da organização ao qual estiveram vinculados. Juliana Rocha, militante do movimento estudantil, conta como durante algum tempo carregou o fardo de ser considerada uma “desbundada”.

Fora do Brasil, eu ainda queria trabalhar, ser útil, mas queria estar junto às massas e desenvolver uma prática diferente a que eu tive no Brasil, ainda que continuasse a crer nos princípios de então. No Chile, comecei um processo muito bom de discussão. Mas, mesmo aí, se denunciava os que haviam “abandonado a luta”. Faziam a diferença entre aqueles que ali estavam porque foram mandados sair do Brasil – “os representantes do proletariado brasileiro no exterior” – e os demais – “os que desertaram da luta”. Cheguei lá achando que era uma daquelas pessoas ideologicamente fracas, com aquela culpa, e o pessoal da organização me acusando de “desbundada”.³⁰

Para este grupo, o exílio representou a falência de um projeto político e a derrota de uma causa que conferia sentido a existência. Said define uma *causa* como um projeto que transcende o indivíduo e que concentra seus esforços para a sua concretização. Por outro lado, uma causa perdida seria algo que, embora recebesse apoio em um primeiro momento, a mudança no contexto teria inviabilizado a sua realização³¹. Esta causa se esvaziaria na medida em que a realidade concreta demonstrasse que o tempo para convicção e crença passou. Tal conclusão é o resultado de um julgamento pessimista ou de uma reavaliação orientada pelo sentimento de inevitabilidade da derrota diante dos dados impostos pela realidade.

Esta relação entre vencedores e perdedores também varia de acordo com a perspectiva na qual a situação é observada. Para alguns, embora a causa tenha sido derrotada, a manutenção dos valores entre aqueles que lutaram por ela pode representar uma vitória. Em alguns relatos fornecidos pelo grupo estudado, os depoentes assumem que consideravam a causa pela qual lutaram tão bela e legítima que não vislumbraram a possibilidade de sua

²⁸ VOLPE, op. cit., p. 103.

²⁹ ROLLEMBERG, op. cit., p.140.

³⁰ ROCHA, Juliana. In CAVALCANTI, RAMOS, op. cit., p.181.

³¹ SAID, op. cit., p. 274.

derrota. No entanto, com o acirramento das ações de repressão do governo houve uma reavaliação de tal concepção.

A experiência acumulada pelo contato com o socialismo real, durante a passagem dos brasileiros pela Alemanha Oriental e Cuba, também contribuiu para a redefinição do projeto político adotado pelos exilados³². Na Alemanha Oriental, por exemplo, alguns militantes do PCB puderam verificar que, apesar do desenvolvimento tecnológico daquela nação, faltavam produtos básicos para a população. Somava-se a este cenário, a violência que era utilizada para a dispersão das manifestações contra o governo. Esta redefinição do projeto de luta e o não reconhecimento do lugar ocupado no novo quadro de referências, com frequência, provocaram crises de identidade entre a comunidade de exilados.

Neste sentido, o exílio representou a passagem do modo como “algo que começou com esperança e otimismo acabou na amargura da desilusão e do desapontamento”³³ devido à falência do projeto político que conferia coerência e identidade aos militantes. Tal luta pela correspondência entre a realidade concreta e as idéias que circulavam entre tais grupos pode ser interpretada como uma causa perdida diante do desmantelamento das organizações revolucionárias durante a década de 1970 - com a prisão, assassinato, tortura e desaparecimento de muitos jovens que integravam suas fileiras. Contudo, a estruturação no exterior de novas estratégias de resistência à violência do governo militar demonstra que esta causa permaneceu viva entre aqueles que não desistiram de lutar.

Esta ambigüidade presente na percepção da desterritorialização como uma derrota política e como uma oportunidade para a reestruturação das estratégias de luta está presente em alguns relatos fornecidos pelo grupo em questão. Para o líder operário, José Barbosa Monteiro, o seu dever era transformar sua expatriação em uma tarefa política apesar de ter sido posto na “geladeira”.

O exílio para mim tem dois aspectos: do ponto de vista imediato, eu o considero como uma derrota, pois eles conseguiram me pôr fora de ação pelo momento. Por outro lado eu considero o exílio como uma tarefa. Se eu estou aqui hoje não foi porque eu era um conformista, mas porque eu lutava. (...) Me senti completamente frustrado, pois já estava quase lá, voltando pro meu trabalho e para a minha gente. Então fui posto na geladeira. Mas tomo o exílio como uma tarefa política, o que me ajuda a enfrentar todas as dificuldades. Não importa onde estejamos, podemos sempre fazer o mínimo que seja para continuarmos vivos politicamente, por um lado, trabalhando em relação ao Brasil e, por outro procurando criar as condições para ajudar a luta do povo do país onde estamos. ³⁴

³² ROLLEMBERG, op. cit., p.128.

³³ SAID, op. cit., p.298.

³⁴ MONTEIRO, José Barbosa. In CAVALCANTI, RAMOS, op. cit., p.137

A chegada em terras estrangeira também concretizou as expectativas de liberdade após tantos anos de vida na clandestinidade. O sociólogo, Hebert José de Souza, relata que ao desembarcar no Chile, em 1971, passou por um processo de reafirmação de sua identidade. Ao reencontrar amigos de diferentes momentos de sua trajetória na militância, ele se deparou com os diferentes papéis que desempenhou durante sua luta política e, assim, pode redescobrir sua identidade.

Nesses reencontros que eu vou tendo no Chile é como se eu me reencontrasse em diferentes papéis, em diferentes momentos, com importância diferente. Para mim é também uma redescoberta. “Ah, agora eu estou sendo tratado como um cara que liderava um movimento importante em 1963 e que ia representando esse movimento nas reuniões da Frente de Mobilização Popular. Ah, agora eu sou o cara que representa uma liderança importante dentro da igreja, que era importante. Ah, agora eu sou conhecido dos movimentos clandestinos, da proletarianização, do maoísmo, etc., etc.” Então é como você estivesse em um caleidoscópio.³⁵

O segundo momento no exílio foi inaugurado pela diáspora dos brasileiros pela Europa devido à instauração de ditaduras por toda a América Latina, o que causou a falência do projeto que previa um retorno breve ao Brasil. Com isto, a estada forçada no exterior aos poucos se transformou em um espaço de reconstrução que possibilitou a expansão da visão de mundo destes brasileiros por meio do contato com distintas realidades no exterior. Diante deste cenário, o exilado passa a vivenciar uma multiplicidade de temporalidade, na qual a experiência no novo ambiente constantemente se contrapõe ao antigo contexto. Isto condiciona uma forma diferenciada de se perceber o mundo agregando a noção de coexistência simultânea entre distintas dimensões e uma visão original acerca do desenvolvimento dos processos³⁶.

Eu acho que o exílio teve também esse lado positivo, esse lado de abertura de conhecimento e contatos, por exemplo, as culturas estrangeiras com as quais nós nos víamos obrigados a conviver. Você convivia com aquelas gente, tinha que entendê-los, estabelecer laços, criavam-se também conceitos. Você começa a ver, e eu conto isso no *Memórias do Exílio*, que o Brasil, essa coisa imensa, você começa a vê-lo de forma diferente, outro o contexto: o Brasil no panorama internacional. (...) A gente passa a ver e chega à constatação de que o Brasil não é o umbigo do mundo. A gente convive com os outros, vê o problema dos outros, compara³⁷.

Este cosmopolitismo, no entanto, é acompanhado por um sentimento de fragilidade em relação às novas oportunidades que se abrem com a expansão dos horizontes. Em decorrência de tal fato, a preservação do contato com os demais brasileiros expressava uma tentativa de amenizar as inseguranças do exílio e de protegê-los da rejeição contra o estrangeiro.

³⁵ SOUZA, Hebert José. In CAVALCANTI, RAMOS, op. cit., p.98.

³⁶ ROLLEMBERG, op. cit., p.151.

³⁷ Entrevista concedida por Arthur José Poerner à autora, em 29 de abril de 2008.

Magno José Vilela conta que quando se conscientizou em relação a sua condição de exilado, alterou a sua conduta diante da vida. Neste sentido, uma das coisas que ele procurou fazer na França, país no qual ficou sediado, foi se adaptar a nova realidade, mas sem ser assimilado. Outra postura diante desta situação seria transformar o contato com os demais brasileiros em uma atitude política.

A segunda coisa, seria retomar e intensificar os contatos com os brasileiros, sobretudo em Paris. Isso não só como uma necessidade psicológica, mas, sobretudo como um ato político. Encontrar para o bate-papo, para escutar música, tudo isso, mas também para a continuação de um combate político. A gente se encontrava sobre tudo ao redor de uma feijoada. Acho que nunca tantos franceses comeram tanta feijoada como depois de 1964!...³⁸

A última fase no exílio é marcada pelo processo de adaptação a nova realidade que se impunha no exterior. Ao longo dos anos estes brasileiros amadureceram, reconstruíram suas vidas e identidades. Muitos adquiriram empregos estáveis, tiveram filhos, constituíram famílias. A incorporação dos diferentes códigos de valores estrangeiros aos seus próprios tornou estes indivíduos seres híbridos entre duas culturas ou, como na imagem descrita por Volpe, um litoral que separa a terra e o mar, o ontem e o hoje³⁹.

Este momento foi acompanhado pela erupção das lutas pela Anistia com a retomada dos movimentos de massa e mobilização de amplos setores sociais. O resultado destas ações, contudo, celebrou um pacto coletivo para esquecer, anistiando tanto os que participaram de ações revolucionárias, como os integrantes das Forças Armadas que promoveram a repressão. Com a conclusão deste processo, no final da década de 1970, houve o início do retorno da comunidade de exilados.

Se a saída do país de origem foi uma decisão forçada, tomada em um contexto de grande violência empreendida pelos aparelhos de repressão estatais, o retorno seria uma decisão pessoal condicionada pelas vivências no Brasil e no exílio. Após a retirada da barreira que impedia o retorno, alguns se depararam com a difícil decisão entre um suposto compromisso com os anos de luta pela Anistia e o desejo de não voltar.

Muitos daqueles que retornaram se defrontaram com o esgaçamento da identidade nacional devido à submissão a um governo autoritário por quase 15 anos. Além disso, perceberam que as projeções realizadas no exterior nem sempre eram compatíveis com a realidade concreta deparada no Brasil. A estada em alguns países europeus com modelos econômicos que possibilitavam o bem-estar social, como a Suíça e a Suécia, contribuíram para o estranhamento em relação à pobreza e aos problemas sociais brasileiros.

³⁸ VILELA, Magno José. In CAVALCANTI, RAMOS, op. cit., p.211.

³⁹ VOLPE, op. cit., p.104.

Apesar de toda essa raiz cultural que a gente procurou adubar e regar no exílio, sem dúvida nenhuma, a gente foi muito influenciado pela cultura do exterior. Quando a gente chegou aqui, sentiu esse impacto. As desigualdades agrediam mais, apesar de a gente ter consciência delas e de lutar contra elas, e isso ser uma das razões do nosso exílio. As desigualdades agrediam mais, a poluição agredia mais, a falta de respeito com o meio ambiente agredia mais. Tanto que [o combate a] todas essas coisas foram muito fortalecidas com a volta dos grupos do exílio.⁴⁰

Volpe ao analisar um momento político semelhante na história uruguaia aponta para a corrosão do liame social devido às restrições a liberdade de expressão. Tal situação, também ocultou a memória coletiva sobre a ditadura que foi instaurada no Uruguai durante a década de 1970⁴¹. Esta análise pode ser facilmente transplantada para o contexto brasileiro, já que o mecanismo dissociativo, baseado no medo, coerção e denúncia, também esteve presente no governo civil-militar aqui implantado.

O retorno dos exilados geralmente provoca um desconforto na sociedade em relação às mudanças que poderiam ocorrer com a nova alteração no contexto, uma vez que estes personagens eram as provas vivas das arbitrariedades de um regime que muitos preferiam esquecer. Por outro lado, o fracasso do antigo projeto nacional, a falência do discurso formulado pelas estruturas governamentais e as novas imposições de um mundo globalizado deixaram lacunas em um projeto de reconstrução que envolvesse toda a sociedade.⁴²

Como pode ser observado, as diferentes fases do exílio são marcadas por um processo mais ou menos intenso de adaptação a realidade encontrada no país de acolha. No entanto, o próprio perfil do grupo estudado condicionou que esta tenha sido acompanhada por uma luta pela preservação da identidade por meio do desenvolvimento de inúmeras iniciativas que procuravam manter aceso o espírito de oposição. Podem ser citadas como exemplos destas ações de resistências as campanhas contra a violação dos direitos humanos pela ditadura, a criação de inúmeras organizações e de comitês pela Anistia, assim como as diferentes formas de apropriação das estratégias comunicacionais.

Uma das formas de apropriação dos meios de comunicação como uma estratégia de resistência consistiu na manutenção do intercâmbio de informações com o Brasil por meio da produção de artigos direcionados para a imprensa nacional que expressavam a opinião dos exilados sobre questões brasileiras e estrangeiras. O jornalista Arthur José Poerner, por exemplo, contribuiu com matérias para o *Pasquim* desde o início do seu exílio na Alemanha. Alguns destes profissionais também atuaram na mídia externa; o próprio Poerner trabalhou na

⁴⁰ Entrevista concedida por Jaime Cardoso à autora, em 20 de julho de 2007.

⁴¹ VOLPE, op. cit., p.121.

⁴² Idem, p. 123.

rádio *Voz da Alemanha* por quase 12 anos, enquanto que Francisco Inácio de Almeida foi contratado pela *Rádio Central de Moscou*.

Poerner em seu relato também conta que, durante o período em que residiu na Alemanha, foi requisitado inúmeras vezes pela mídia estrangeira para falar sobre as arbitrariedades cometidas pelo governo militar e os problemas político-sociais que afligiam o continente latino-americano.

Eu escrevi a pedido, umas três ou quatro vezes, para a Revista Der Spiegel [O espelho], uma revista alemã muito importante, de circulação internacional. (...) Quando eles queriam fazer alguma coisa sobre o Brasil, pediam a minha colaboração. Participei de inúmeros programas de televisão sobre o Brasil, porque, devido à longa permanência ali, passei a ser o brasileiro conhecido. (...) O jornalista brasileiro, o escritor brasileiro na Alemanha.⁴³

Outra estratégia utilizada na preservação de uma identidade fragilizada pelo processo do exílio foi a estruturação de uma imprensa pelos exilados. Nestor García Canclini afirma que as inscrições espontâneas - podendo também ser inclusa nesta categoria a mídia analisada - se manifestam em momentos nos quais os meios oficiais já não são suficientes para expressar a conectividade entre passado e presente. Para o autor, diante da inviabilidade de se reestruturar a ordem vigente, buscam-se as vias diagonais como estratégias transformadoras⁴⁴.

Tal imprensa se constituiu, portanto, como uma via diagonal que procurava estabelecer uma ligação entre o antigo e o novo contexto. A reunião de notícias que abordavam fatos paralelos no tempo e espaço contribuiu para o reforço do sentimento de pertencimento a uma “comunidade imaginada” e para a preservação dos laços de coerência entre os exilados. O compartilhamento destas informações fornecia o material necessário para as discussões sobre a redefinição das estratégias de luta a serem desenvolvidas no Brasil após o retorno, mantendo, assim, acesa a identidade vinculada à militância política.

Uma das formas de você se manter ligado ao Brasil era saber o que estava ocorrendo no país, era você estar sempre a par das lutas e das coisas que aconteciam aqui, para poder se posicionar em função disso e lutar contra as violências. Cada um reunia o que tinha de informação, juntava e procurava passar para os outros. (...) A circulação da informação era fundamental para a gente, era uma coisa que não poderia faltar de jeito nenhum. Todo mundo tinha essa consciência e ajudava a mostrar, também, que éramos um grupo que continuava fiel às suas lutas, dos seus ideais⁴⁵.

Esta via alternativa de informações permitia repercutir no exterior aquilo que era proibido de circular na imprensa nacional, como por exemplo, os nomes de desaparecidos

⁴³ Entrevista concedida por Arthur José Poerner à autora, em 29 de abril de 2008.

⁴⁴ VOLPE, op. cit., pp. 8-11.

⁴⁵ Entrevista concedida por Francisco Inácio de Almeida à autora, em 07 de junho de 2008.

políticos, os casos de tortura e outras formas de repressão policial. Contribuindo para a mobilização da comunidade internacional em relação às arbitrariedades cometidas pelo governo militar brasileiro, cujas provas estavam registradas nas marcas das torturas nos corpos dos militantes que chegavam ao exterior. Esta imprensa divulgava do mesmo modo a falência da política econômica brasileira que se baseava na concentração de renda e no incremento das desigualdades sociais.

Embora as publicações editadas pelos exilados tenham sido elaboradas em um contexto semelhante, os seus conteúdos são heterogêneos. O acervo consultado possui mais de 50 coleções produzidas por grupos de distintas concepções políticas em 17 países diferentes, sendo que houve maior concentração no Chile, com 10 títulos, e na França, com 13 coleções. No entanto, a dificuldade em obter coleções completas e a ausência de informações sobre este material – como a tiragem, o alcance e o expediente - deixaram algumas lacunas que tentaram ser preenchidas com a coleta de depoimentos seguindo a metodologia de história oral.

Alguns destes periódicos foram produzidos em português, mas também existiram aqueles editados no idioma do país onde a comissão editorial esteve estabelecida. Embora algumas publicações tenham sido elaboradas de forma artesanal, com fotografias e recursos gráficos feitos manualmente, outras foram impressas por gráficas utilizando ilustrações produzidas por profissionais destas áreas.

As motivações para a organização destas publicações eram tão diversas quanto às associações que as produziram. Em um primeiro momento, este material expressava um maior comprometimento com o projeto político vinculado à luta armada, por meio da divulgação do progresso das ações de vanguarda e o incentivo ao retorno dos militantes para o Brasil. Com o passar dos anos, verifica-se que estes temas foram substituídos gradualmente pela denúncia das violações dos direitos humanos pelo governo brasileiro e pela divulgação do progresso na luta pela redemocratização com a liderança dos partidos políticos de oposição neste processo.

Da mesma forma, a reunião do conteúdo para compor as páginas destas publicações seguiu diversas trajetórias. Há desde notícias desatualizadas sobre o Brasil, textos de caráter cultural e artístico que foram produzidos pela colônia de exilados e, até mesmo, matérias retiradas da imprensa brasileira mediante o acompanhamento diário destes veículos.

Freqüentemente, a produção desta imprensa envolveu pessoas que permaneceram no Brasil. Francisco Inácio de Almeida - um dos integrantes do PCB que produziu o periódico *Brasil mês a mês na Imprensa*, em Moscou entre 1975 e 1979 - destaca em seu depoimento a importância da ação diuturna da irmã de Prestes, Lygia Prestes, na coleta do material

empregado para a elaboração da revista. Ela periodicamente enviava, para contatos de Preste no exterior, envelopes contendo notícias retiradas da imprensa nacional que poderiam interessar os exilados⁴⁶.

Da mesma forma, Poerner era informado sobre os fatos e acontecimentos mais importantes do país por meio de um trabalho constante de seus familiares no envio para a Alemanha de matérias publicadas aqui.

Minha mãe era, até a morte do meu pai, praticamente analfabeta, tinha um ano de estudo. Então meu irmão lia, marcava em vermelho e ela recortava direitinho, colocava num envelope e mandava para mim. Demorava uma semana, às vezes vinha por portador. Encaminhavam muitas coisas pela Varig. (...) Tudo que o meu irmão achasse importante, me mandava. Outros amigos também enviavam coisas⁴⁷.

O recebimento de notícias sobre o Brasil por correspondências era comum entre os exilados, pois as publicações brasileiras atingiam preços elevados no exterior. Em alguns casos, os brasileiros também recorriam aos aeroportos e terminais da Varig para obter informações contidas nas revistas e jornais disponibilizados nestes locais. No entanto, esta forma de acesso às notícias era dificultada pela necessidade de deslocamento, tendo em vista que este serviço nem sempre era oferecido nas cidades nas quais os exilados residiam.

Com a reunião desses fragmentos de informações obtidas através da imprensa editada no exterior, da família, de amigos e de outras fontes, os exilados formavam um mosaico da imagem do Brasil e dos acontecimentos ocorridos no território nacional.

A gente complementava as notícias. Havia notícias que o meu irmão achava importante que eu soubesse; outras, os amigos. *O Brasil mês a mês na imprensa* era um trabalho mais político, era o que o Partido Comunista achava importante. (...) De várias fontes, você procurava se informar, também das instituições que ali se preocupavam e se ocupavam com a América Latina. Então, a gente juntava tudo isso e dali tirava as suas conclusões a partir de informações de diferentes áreas.⁴⁸

As revistas e jornais produzidos pela colônia brasileira eram distribuídos, geralmente, entre a rede de relacionamento da equipe editorial que os publicavam, mas há relatos de que este material tenha sido colocado à venda em bancas de jornal e livrarias freqüentadas por brasileiros. *O Brasil mês a mês na imprensa*, por exemplo, possuía uma lista de destinatários que foi formada pelo contato direto com os interessados durante as viagens realizadas pela equipe editorial e por indicações de nomes por outros membros do partido. Estima-se que esta lista chegou a reunir entre 1500 a 2000 nomes de exilados sediados em diferentes países na América Latina e Europa⁴⁹.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Entrevista concedida por Arthur José Poerner à autora, em 29 de abril de 2008.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Entrevista concedida por Francisco Inácio de Almeida à autora, em 7 de junho de 2008.

Esta imprensa representa os esforços da colônia brasileira em superar o obstáculo da desinformação no exterior. Através destas notícias eram fornecidos os meios para que fossem acompanhadas as transformações em curso no cenário político brasileiro. A divulgação das alterações na dinâmica de um país deixado para trás, em alguns casos por quase 15 anos, tinha como objetivo promover a atualização das estratégias de luta e facilitar a reinserção no Brasil quando se processasse o retorno.

A importância [da revista *Brasil Mês a Mês na Imprensa*] era imensa por causa do isolamento de informações. Como é que nós retomávamos o nosso trabalho no país sem ir acompanhando como os fatos iam se dando. Como por exemplo teríamos um diálogo entre nós se... Tenho certeza que quem recebia a revista repassava para outra pessoa ler e isso ia criando um círculo de pessoas que analisavam aqueles eventos, aqueles fatos, cada um pelo seu ângulo de observação sobre a realidade brasileira. Cada um que lesse aquilo era um instrumento de discussão sobre o que estava acontecendo no Brasil e ia dando margem para que as pessoas fossem se imbuindo de que estava havendo um processo de mudanças no país, estava vendo que passos estavam sendo dado no sentido de liberar mais as atividades das pessoas. Então foi um instrumento importantíssimo.⁵⁰

Outra importante função do material analisado está relacionada ao reforço da identidade vinculada à militância, uma vez que as discussões suscitadas por eles davam continuidade à luta iniciada no Brasil. Em alguns casos, até mesmo as informações obtidas por meio do contato com organizações revolucionárias clandestinas brasileiras eram incorporadas aos debates entre grupos de exilados.

Através da estruturação destas redes de comunicação espontâneas e da organização de reuniões para discutir as notícias que chegavam do Brasil, eram reafirmados os laços de coesão entre brasileiros provenientes de distintas organizações, transformando a busca pela informação em uma linguagem comum entre eles. Isto pode ser constatado em uma entrevista de uma ex-militante que preferiu não se identificar. Quando ela foi questionada sobre o motivo pelo qual participava da produção destas revistas no exterior, respondeu de forma singela que o fazia para ficar feliz, provavelmente se referindo ao bem-estar proporcionado pela interação com os demais brasileiros ou, até mesmo, por se sentir produtiva diante do resultado final do trabalho.

O conjunto das atividades jornalísticas analisadas por esta pesquisa permite ainda que seja observado o impacto do contato com diferentes culturas para a expansão da visão de mundo e para a atualização dos projetos políticos entre a colônia de exilados, mediante a incorporação de questões pouco valorizadas pela esquerda brasileira, como o feminismo, a questão racial, o respeito ao homossexualismo e a proteção ao meio ambiente.

⁵⁰ Idem.

De acordo com Francisco Inácio de Almeida, o contato com outras realidades permitiu a revisão de algumas diretrizes do PCB e a incorporação de uma orientação política direcionada a promover alianças, o que de certa forma se opunha ao exclusivismo que determinou o isolamento da esquerda ao longo da década de 1970.

Como nós estávamos em diferentes países, diferentes realidades econômicas, sociais e políticas, isso fez com que ao voltarmos ao país se refletisse em uma linha política que aprofundava aquilo que nos já havíamos discutido em 1958: Uma visão de maior intervenção na sociedade e considerando que a questão democrática não é só um fim, ela é um meio e um fim de um projeto nosso (...). Foi um cadinho de informações e também uma experiência muito bonita de ter estado por dentro de países socialistas vendo as dificuldades no plano democrático. Então era uma coisa delicada para a gente porque começamos a ver.⁵¹

Portanto, a sanção da lei da Anistia em agosto de 1979, durante o governo do general João Figueiredo, e o desenvolvimento do processo de abertura política alteraram mais uma vez o projeto de militância promovido pelos exilados. Com o retorno dos brasileiros, a tarefa que passou a se impor a estes grupos foi a reorganização da esquerda brasileira, mediante a incorporação das experiências adquiridas por eles através do contato com diferentes culturas durante todo o período de exílio.

⁵¹ Idem.

3.0 Brasil: Ame-o ou Deixe-o

Sem lenço, sem documento
Nada no bolso ou nas mãos
Eu quero seguir vivendo, amor
Eu vou...
Por que não? por que não?⁵²

O golpe civil-militar de 31 de março de 1964 implantou no Brasil um “regime de exceções” que dissolveu as instituições representativas e militarizou a vida política e social. A ruptura com a democracia foi justificada pela necessidade de restabelecer a ordem, que teria sido abalada pelo apoio de Goulart às manifestações de sargentos e marinheiros, e também como resposta ao Comício das Reformas realizado na Central do Brasil. Esta manifestação reuniu aproximadamente duzentas mil pessoas na Praça da República, no Rio de Janeiro⁵³.

Em 1965, mais um golpe contra a democracia foi desferido. O pretexto foi a vitória de candidatos da oposição nas eleições para governador nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O governo militar respondeu a esta situação com a promulgação do AI-2 e do AI-3. O primeiro estabelecia eleições indiretas para governos estaduais, enquanto que o segundo determinava o bipartidarismo e a ampliação de poderes para o presidente. Sob pressão dos militares que compunham a chamada “linha dura”, o governo estava promovendo o gradual fechamento político.

Entre a corrente da cúpula militar denominada “castelistas”, defendia-se uma breve permanência dos militares no governo e o retorno aos quartéis tão logo fosse restabelecida a “normalidade democrática”, enquanto a “linha-dura” era alinhada a idéia de manutenção mais duradoura da ditadura. No entanto, o caráter temporário nas previsões para a permanência do “regime de exceções” não se verificou. A prorrogação do mandato de Castello Branco até 1967 e o decreto de inúmeros Atos Institucionais inauguraram uma genuína ditadura que perdurou por mais de 20 anos.

Neste contexto, Costa e Silva foi eleito para a Presidência da República por uma Junta Militar em 1966. Muitos consideram que em seu mandato se iniciou a fase mais dura do regime com a promulgação da constituição de 1967 – que institucionalizou a ditadura, convertendo o legislativo em homologador do executivo – e a Lei de Segurança Nacional – que julgava de acordo com uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado.

⁵² VELOSO, Caetano. Alegria, Alegria: 1967

⁵³ BUENO, Eduardo. Brasil, uma história : a incrível saga de um país. São Paulo: Ática, 2004, p.360.

Após um período preliminar de aceitação ao regime ditatorial entre segmentos da classe média, houve um incremento da oposição. O distanciamento de tais setores em relação ao governo instaurado foi motivado pelo aumento das cassações, prisões políticas e repressão aos órgãos de representação de classe. Soma-se a isto as constantes manifestações organizadas por estudantes, intelectuais e líderes trabalhadores no Rio de Janeiro e em São Paulo, reforçando a crise no interior do regime militar⁵⁴.

Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, a dinâmica do governo instaurado seguiu o modelo de “freios” e “contra-freios”, no qual a radicalização das ações de oposição foi seguida por uma repressão mais incisiva. Tal estratégia visava manter a liderança da cúpula militar na condução do processo de abertura de forma a limitá-lo, evitando qualquer tipo de revanchismo.⁵⁵

Manifestações estudantis, greves operárias, a morte do estudante Édson Luiz, a Passeata dos Cem Mil, o discurso do deputado Márcio Moreira Alves, o avanço da guerrilha urbana. A eclosão de inúmeras manifestações em diversos pontos do país fez com que o governo militar articulasse um “golpe dentro do golpe”, interrompendo o projeto de abertura imaginado pelos militares ligados a linha castelista. A junta militar impediu a posse do vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, após o afastamento por motivos de saúde do então presidente, Costa e Silva, e impôs uma série de medidas policiais, entre elas o AI-5⁵⁶ em 13 de dezembro de 1968.

Se na política o embate entre direita e esquerda marcou o período, na economia o “milagre” possibilitou um significativo desenvolvimento do setor – 10% do PIB ao ano – associado a baixos índices de inflação – 15% a 20 % por ano. O aumento do PIB gerou uma “febre” de investimentos, principalmente nos setores automobilístico e de construção civil. Com efeito, esse crescimento econômico dividiu a classe média entre usufruir os benefícios do milagre econômico ou lutar pela redemocratização⁵⁷.

Por outro lado, a situação de supressão das liberdades individuais, decorrente do gradual fechamento político, convenceu alguns segmentos da oposição de que a luta armada

⁵⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. (Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985). In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge (Org.). O Brasil Republicano - O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.4, 2ª edição. p.256.

⁵⁵ Idem Ibidem.

⁵⁶ O AI-5 ampliou os poderes do Executivo, atribuindo ao Presidente a prerrogativa de fechar o Congresso Nacional e de nomear interventores para os Estados e Municípios. Como também, autorizou a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de 10 anos, anulou o direito de habeas corpus em caso de crimes políticos ou contra a segurança nacional, estabeleceu a censura à imprensa e proibição de passeatas e assembleias.

⁵⁷ BUENO: 2004, p.375.

era o caminho para se estabelecer um governo sob bases populares. Segundo Jacob Gorender⁵⁸, após o decreto do AI-5, ocorreu à intensificação da “imersão geral” da esquerda revolucionária na luta armada.

Muitos destes revolucionários foram inspirados pelas posições de Marx, Che Guevara, Debray e Mao Tsé-Tung, e por líderes revolucionários brasileiros, como Lamarca e Marighela, que defendiam, entre outras concepções, um projeto revolucionário no qual a implantação de um governo do povo ocorreria através da mobilização das massas e do confronto direto com as forças reacionárias.

Alguns teóricos divergem sobre as concepções que associam a adesão na luta armada à impossibilidade de atuação dos movimentos sociais após o decreto do AI-5. Denise Rollemberg⁵⁹, por exemplo, aponta para a circulação de tais estratégias de luta entre a esquerda brasileira desde a formação das Ligas Camponesas na década de 1950.

Segundo um levantamento do projeto *Brasil: Nunca mais*⁶⁰, durante este período existiram 44 organizações e partidos políticos de oposição no país. Alguns destes grupos foram formados após a cisão com o PCB, em decorrência de divergências em relação à idéia de transição revolucionária para o socialismo por meios pacíficos que passou a ser defendida a partir do *XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética*, em 1956.

Esta fragmentação no movimento de vanguarda pode ser justificada tanto pelos diferentes projetos revolucionários defendidos pelos militantes, como pelas próprias exigências impostas pela vida clandestina. Apesar desta grande diversidade, as organizações revolucionárias também possuíam alguns pontos de contato, como por exemplo, a supervalorização da ação, a defesa dos princípios marxistas-leninistas, o voluntarismo e a crítica das estrutura burocrática dos partidos políticos. Muitos destes grupos tentaram transplantar para a realidade brasileira modelos de revoluções vitoriosas em outros pontos do globo, como a teoria do *Foquismo* presente na Revolução Cubana e o *Maoísmo* seguido na Revolução Chinesa.⁶¹

As ações praticadas por estes grupos de vanguarda no cenário urbano durante a década de 1960 buscaram atender a dois objetivos centrais. O primeiro, de cunho político, era a “propaganda armada”, direcionada a conquistar a adesão popular através da demonstração da existência de focos de resistência ao regime por meio da organização de manifestações,

⁵⁸ LIMA, Edileuza Pimenta. "Trabalhador: arme-se e liberte-se": A Ação Libertadora Nacional (ALN) e a resistência operária pela luta guerrilheira. Rio de Janeiro: 2007. Trabalho de conclusão de curso – Curso de História, UNIRIO, 2007, p.29.

⁵⁹ ROLEMBERG, (Esquerdas revolucionárias e a luta armada). In: DELGADO, FERREIRA: 2007, p.48.

⁶⁰ Idem, p.57.

⁶¹ Idem, p. 58-59.

passeatas, ações armadas e veiculação de manifestos na imprensa. Enquanto que o segundo, de ordem logística, visava à libertação de presos políticos e à aquisição de recursos necessários para a sustentação da revolução e para a organização dos focos de guerrilha rural. Dessa forma, expropriações - como assaltos a banco e roubo de carros - eram realizadas em nome de um povo oprimido e de uma democracia que teria deixado de existir⁶².

O aprofundamento da guerrilha urbana foi utilizado como pretexto para a não concretização do projeto de abertura durante o governo do General Garrastazu Médice. Em 1969, após algumas ações bem sucedidas empreendidas por organizações revolucionárias no seqüestro de embaixadores estrangeiros foi editada a nova Lei de Segurança Nacional que determinou a pena de morte e banimento para crimes políticos. Neste período foram criados órgãos que tornaram as ações de repressão mais integradas, como a Operação Bandeirantes (Oban) e os Destacamentos de Operações e Informações e os Centros de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI).

A atuação mais incisiva da repressão resultou na desagregação de grande parte das organizações de vanguarda entre 1969 e 1972, embora até 1974 ainda sobrevivessem alguns resquícios da guerrilha rural, como por exemplo, a Guerrilha do Araguaia no Pará. Esta desorganização da ação revolucionária é explicada por Jacob Gorender⁶³ como o produto do desequilíbrio de forças e do despreparo diante do aparelho repressor do governo militar. Contudo, Daniel Aarão Reis⁶⁴ defende que a falência deste projeto político resultou da ausência de uma identificação entre as vanguardas revolucionárias e os demais setores da sociedade, já que estes não se alinhavam à estratégia de enfrentamento direto ao governo militar.

Diante do gradual fechamento político e das sucessivas prisões e assassinatos de militantes que atuavam na oposição ao regime militar, um grande número de brasileiros se deslocou para o exterior. Muitos foram perseguidos e obrigados a deixar o país devido as suas convicções políticas consideradas subversivas, entre eles um grande número de professores universitários que com o AI-5 foram impedidos de exercer a função em instituições públicas ou em Universidades que recebessem verbas federais. Outros saíram por vontade própria, pois se recusavam a viver em um país sob um regime que reprimia as liberdades individuais.

O jornalista Arthur José Poerner foi demitido do jornal, o *Correio da Manhã*, para o qual trabalhava desde 1963, no Rio de Janeiro, devido às perseguições políticas empreendidas

⁶² FERNANDES JÚNIOR, Ottoni. O baú do guerrilheiro: memórias da luta armada. Rio de Janeiro: Record, 2004, pp.227-229.

⁶³ ROLEMBERG (Esquerdas revolucionárias e a luta armada). In: DELGADO, FERREIRA, op. cit., pp. 50-51.

⁶⁴ Idem, pp.52-53.

pelo governo militar. Em 1971, após ser libertado do cárcere no DOI-CODI, onde ficou detido por cerca de três meses, as Forças Armadas determinaram uma série de medidas restritivas, entre elas, a obrigatoriedade de sua apresentação periódica aos militares. Diante desta situação, foi organizada a sua saída do país, utilizando como pretexto para a obtenção do visto a participação na feira internacional do livro em Frankfurt.

Outros militantes foram libertos em ações promovidas pela esquerda armada, como seqüestros de diplomatas estrangeiros e de aviões. Estes, a partir de 1969, foram submetidos ao AI-13. Tal Ato Inconstitucional, decretado após o seqüestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick, determinava o banimento de pessoas perigosas para a segurança nacional e a anulação da cidadania dos militantes que saíram do Brasil através de ações revolucionárias. Nestes casos, o militante deixava do país sem nenhum documento oficial, tornando-se assim um apátrida.

Entre os brasileiros condenados pelo AI-13 está Jaime Cardoso, ex-integrante da VAR-Palmares que foi enviado ao Chile, em janeiro de 1971, com outros 69 presos políticos libertos com o seqüestro do embaixador suíço. Este ex-militante participou de forma bastante expressiva de ações da luta armada como integrante do comando regional do COLINA e posteriormente, após a fusão desta organização com a VPR, também atuou na direção regional da VAR-Palmares.

Jaime foi preso no final de 1969, quando um integrante de outra organização, para ganhar tempo na tortura, entregou aos militares a localização de uma residência no Catete utilizada como esconderijo, desconhecendo que Jaime estava no local. Após a prisão, foi torturado durante dois meses na Polícia do Exército e encaminhado ao Presídio da Ilha das Flores, onde ficou detido até o anúncio de que seu nome constava na lista dos libertos.

Para sair do Brasil, aqueles que não tiveram forte atuação no movimento estudantil e na luta armada ainda conseguiram cruzar a fronteira com documentos próprios. Outros solicitaram asilo em embaixadas, recorreram a redes de apoio das próprias organizações que facilitavam as saídas, ou partiram com documentos falsos por fronteiras em locais remotos do país⁶⁵.

Severino de Melo, um dos antigos dirigentes regionais do PCB, trabalhou no apoio logístico, fazendo a ponte entre os integrantes do partido e os responsáveis pela falsificação de documentos utilizados para cruzar as fronteiras. Em 1974, esqueceu em um táxi alguns documentos falsos que ainda não haviam sido concluídos e, diante do receio de que o material

⁶⁵ ROLLEMBERG, op. cit., p. 62.

caísse nas mãos dos militares, o partido organizou a sua viagem para Moscou a partir da fronteira com o Uruguai⁶⁶.

O PCB, desde a partida de Prestes para Moscou, em 1971, passou a manter 1/3 dos 31 membros do Comitê Central no exterior. Tal estratégia visava criar as condições necessárias para a reestruturação do partido caso houvesse prisões de um grande número de integrantes no Brasil. Os militantes que chegavam ao exterior recebiam as diretrizes e tarefas que deveriam ser desenvolvidas em terras estrangeiras. Também ficou convencionado que há cada dois anos seria substituído o grupo de dirigentes sediado no exterior.

Foi isso que se pensou para não ter alguma coisa que alguém pensasse ‘eu vou ficar lá o resto da minha vida, enquanto durar essa ditadura e vou ficando isolado do partido’. Ou senão, ‘os outros estão lá fora e eu aqui correndo perigo. Não vou ter uma folguinha, umas férias’. Mas a razão fundamental era se caísse a direção aqui, você tinha uma direção lá fora, uma parte da direção para reestruturar, uma parte que sabia como tomar... A escolha de quem ia para lá, neste primeiro grupo teve até ‘fulano, beltrano, sicrano, esse qualquer coisa sabe como ligar com tal estado’⁶⁷.

Em 1973, com a prisão de um dos dirigentes do partido, Fued Saad, na fronteira entre Brasil e Uruguai, o sistema de trocas foi suspenso, já que não havia mais garantias de segurança para aqueles que retornassem. Diante de um grande afluxo de integrantes do PCB para o exterior, foi formado, em 1978, um secretariado em Paris para evitar o registro da viagem à Moscou no passaporte daqueles que partiam com documentos legais.

Aqueles que se dirigiam para capital da antiga União Soviética, geralmente, ficavam hospedados em apartamentos cedidos pelo Partido Comunista local e recebiam um auxílio de custos. Estes militantes também tiveram a oportunidade de fazer cursos teóricos sobre o comunismo em uma escola do partido localizada nas proximidades de Moscou. Este curso condensava em 1 ano e 6 meses, o que normalmente era ensinado em 3 anos, mediante uma carga horária de 6 horas aulas, durante a semana, e meio expediente aos sábados.

Francisco Inácio de Almeida, integrantes do PCB, saiu do país com o apoio das redes que organizavam as partidas. Em 1973, por determinação do partido, cruzou as fronteiras levando consigo documentos falsos em um voo a Paris. Posteriormente, seguiu para Moscou onde ficou estabelecido na escola do Partido Comunista para concluir um curso de teoria marxista.

Com a desestruturação de grande parte das organizações revolucionárias que atuavam no Brasil ao longo da década de 1970, houve o incremento da percepção de que o espaço político, embora limitado, se constituía como uma via para a mudança. Desta forma, a visão

⁶⁶ Entrevista de Severino de Melo, concedida à autora, em 18 de maio de 2008.

⁶⁷ Idem.

do MDB como uma oposição consentida gradualmente passou a ser substituída pela noção de um partido autêntico com “um projeto político pacífico, parlamentar e democrático”⁶⁸.

Um dos episódios mais marcantes da liderança do MDB na condução dos movimentos sociais neste período foi representado pela vitória nas eleições parlamentares em 1974. Na ocasião, mesmo sob o controle da censura, o MDB conseguiu eleger 16 senadores e 187 deputados. Esta vitória também foi compartilhada pelo PCB que, impossibilitado de existir legalmente, apoiou a candidatura de vários políticos eleitos.

Segundo Francisco Inácio de Almeida, com a vitória do MDB naquelas eleições, o cerco contra os integrantes do Partido Comunista Brasileiro começou a se fechar e, por isso, houve uma orientação para aqueles que permanecessem no país se passassem como “mortos”. Mesmo com a redução da atividade política durante este período houve o desaparecimento de 15 pecebistas e a prisão de Marco Antônio Coelho, uma das figuras mais importante na atuação logística e operacional deste partido⁶⁹.

As ligações entre o PCB e o MDB motivaram ações do governo militar em Campo Grande (Rio de Janeiro) e em São Paulo contra uma suposta “ameaça comunista” poderia desestabilizar o projeto de abertura preconizado pela cúpula militar. Tais operações tiveram como resultado a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, em 1976, nas instalações do CODI em São Paulo. Ainda em 1976, outra ação policial-militar foi responsável pela morte de integrantes do PC do B, no episódio conhecido como o *massacre da Lapa*.

O exílio, em um primeiro momento, foi percebido como um tempo transitório para a organização do retorno ao Brasil, um tempo de preparação para a reentrada na militância política a curto prazo⁷⁰. Desta forma, apesar da possibilidade de adquirir empregos estáveis em faculdades e organizações governamentais no exterior, não houve a preocupação de se inserir na dinâmica social do país de acolha. Entre aqueles que saíram por meio de seqüestros, muitas vezes, era mantido um sentimento de dívida com a organização, logo a militância em terras estrangeiras e a preparação do retorno deveria justificar a inclusão de seus nomes nas listas dos libertos pelas ações revolucionárias.

Quando saímos em 1964- e todas as tendências políticas cometeram seríssimos erros de avaliação da situação nacional e do desdobramento da luta -, nós tínhamos a ilusão de que pelo menos havíamos arranhado a estrutura do poder no Brasil; só nos faltava o governo. Nós todos, por isso mesmo, tínhamos a ilusão de que o exílio seria uma coisa curta. Eu me lembro inclusive da declaração que fiz pouco antes de

⁶⁸SILVA, Francisco Carlos Teixeira. (Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985). In: FERREIRA, DELGADO, op. cit., p.261.

⁶⁹ Entrevista concedida por Francisco Inácio de Almeida à autora, em 07 de junho de 2008.

⁷⁰ ROLLEMBERG, op. cit., p.53.

tomar o avião. Mandeí aos jornais, e o *Correio da Manhã* publicou com bastante destaque, uma nota que começava dizendo que nós partíamos para um breve regresso. Foi com essa idéia que quase todos nós deixamos o Brasil.⁷¹

A proximidade territorial e as semelhanças em relação à realidade social encontrada no Brasil converteram a América Latina no local de destino para muitos exilados. E em 1970, com a vitória da Unidade Popular nas eleições do Chile, este país se tornou um pólo de atração para brasileiros e outros latino-americanos que deixavam o país de origem.

Neste momento, a dedicação à militância era quase integral, por meio da preparação física e teórica para a reinserção na luta armada e do aprendizado de atividades manuais a serem exercidas nos trabalhos de massa ou na clandestinidade. Muitos se dirigiram a Cuba e Coréia para fazer treinamentos militares. De acordo com Rollemberg, neste momento, ainda não havia uma percepção clara de que o exílio havia começado⁷².

Jaime Cardoso ao desembarcar no Chile iniciou o seu preparo para o reingresso na luta armada no Brasil, mediante a realização de treinamentos de guerrilha em Cuba e na Coréia entre os anos de 1971 e 1972. No entanto, o gradual encrudescimento da repressão e a desarticulação das organizações de vanguarda afastaram a perspectiva de um breve retorno do horizonte deste ex-guerrilheiro.

Do Chile fomos para Cuba para fazermos exames médicos e etc. E de Cuba fomos para a Coréia, onde nós ficamos alguns meses - eu não sei precisar quantos - fazendo um treinamento de guerrilha completo, sabotagem, tática militar, sobrevivência na selva, e o mais estranho é que fazendo no inverno onde nevava. (...) Quando terminamos o treinamento na Coréia já não havia mais condições para voltar ao Brasil. (...) Da Coréia fomos para Cuba, onde ficamos aguardando o sinal para entrar no Brasil ou não. Mas a situação estava se deteriorando muito rapidamente aqui. Nós pedimos para que o governo cubano facilitasse a nossa saída para fazermos um congresso no Chile para avaliar a situação, para reavaliar tudo. Então voltamos para o Chile⁷³.

Em terras estrangeiras começou a ser formada uma imprensa produzida pelos exilados que, seguindo heterogêneas orientações políticas, específicas a cada organização, e atendendo objetivos diversos, atuava na manutenção da identidade destes grupos dando continuidade a militância. O conjunto das publicações produzidas na América Latina, embora expressasse tal diversidade, reflete a perspectiva de um retorno imediato ao Brasil. Alguns dos periódicos analisados pela pesquisa estimulavam a volta de militantes que participaram de ações armadas para cumprir o seu dever revolucionário no país, ou até mesmo, promoviam uma seleção das matérias publicadas de forma a privilegiar a divulgação dos avanços dos movimentos sociais e das ações revolucionárias no Brasil.

⁷¹ RABÊLO, José Maria. In CAVALCANTI, RAMOS, op. cit., p.147.

⁷² ROLLEMBERG, op. cit., p.55.

⁷³ Entrevista de Jaime Cardoso concedida à autora, em 10 de julho de 2008.

Embora muitas publicações tenham sido editadas neste período, o trabalho irá se deter na análise de dois periódicos representativos do momento em questão: o *Correio Braziliense*, produzido pela Organização dos Exilados Brasileiros no México (OEBM), uma organização que defendia o retorno a democracia pela legalidade e que foi extinta, ainda em 1964, devido a transferência de seus integrantes para outros países, inclusive para o Brasil; e *A Resistência*, jornal editado no Chile pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e pelo MR-8 para divulgar documentos oficiais destas organizações.

3.1 Correio Braziliense

O *Correio Braziliense* (ANEXO I – Correio Braziliense, 125 p.) , publicado no México entre junho e outubro de 1964, foi estruturado a partir de uma reunião entre representantes do movimento sindical da Organização dos Exilados Brasileiros no México (OEBM). Tal organização foi fundada com o objetivo de promover as formas mais adequadas da luta pela restauração da legalidade democrática no Brasil, em cada uma das fases deste processo.

A OEBM também tinha como objetivo contribuir para a articulação dos asilados políticos em diferentes países e mobilizar a opinião pública internacional contra “o odioso e anti-humano regime de terror, de tortura e de crime que se instalou no Brasil”⁷⁴. Esta organização também desenvolveu ações direcionadas a pressionar o governo para a libertação de presos políticos.

Esta publicação se autodenominava como a segunda fase do jornal brasileiro, publicado entre 1808 e 1822 por Hipólito da Costa em Londres, que realizava a análise e crítica da situação político-econômica de Portugal e do Brasil. A citação deste jornal demonstra a intenção de estabelecer vínculos com outras publicações produzidas por asilados em terras estrangeiras, uma vez que Hipólito da Costa se estabeleceu naquele país após ter sido perseguido pela inquisição devido à acusação de que estaria disseminando a maçonaria em Portugal.

Este vínculo está presente na própria reprodução de um fragmento do *Correio Braziliense*, veiculado em junho de 1809, que previa a instalação de governos militares no

⁷⁴Caderno Especial - Fisionomia de uma Nação traída, In. Correio Braziliense, México: 1964, p.1.

Brasil “... a continuarem tais governos... o Brasil será administrado por satrapas militares, a pior das farsas do governo que a imaginação do homem pode inventar⁷⁵”.

Embora informações contidas na capa afirmem que o jornal tenha sido produzido semanalmente, o acervo consultado possui apenas dois exemplares que foram publicados nos dias 7 e 14 de agosto de 1964. Este número reduzido de fontes dificulta a percepção de possíveis padronizações existentes no jornal, como por exemplo, colunas fixas, número de páginas e elementos gráficos comuns. No entanto, considero de grande importância a inclusão do *Correio Braziliense* no corpo de análise da pesquisa, já que este periódico representa as publicações produzidas pela geração de 1964 que foram editadas por organizações de apoio aos exilados.

O periódico possui 11 páginas, em média, que foram datilografadas em português, e não tem ilustrações. Embora não seja um padrão, algumas matérias e pequenas notas foram divididas em duas colunas, diferenciando-se dos demais textos. Apenas o editorial e alguns elementos que constituem a capa foram separados por um box. Os títulos se destacam pela utilização de caixa-alta ou por estarem sublinhados. As citações de matérias provenientes de outros veículos recebem um recuo em relação ao corpo do texto e algumas vezes espaçamentos distintos foram utilizados para separar os assuntos.

Nas edições analisadas, foi verificado um parâmetro comum na confecção das primeiras páginas através da repetição de alguns elementos que variavam apenas a sua disposição. Entre tais elementos há informações editoriais (título, data, número e ano de publicação), a citação de Hipólito da Costa já mencionada, as matérias de destaque e o editorial.

Neste mesmo espaço havia um box que divulgava o expediente do jornal com a frase “Segunda fase do jornal fundado por Hipólito José da Costa exilado em Londres, em 1808”⁷⁶ e outro box com os dizeres “*Correio Braziliense* é o órgão dos brasileiros exilados no México. Será distribuído semanalmente e veiculará todas as informações pertinentes as necessidades da OEBM, a qual é subordinado. Divulgará também as principais notícias do que se passa no Brasil”⁷⁷.

A capa do jornal atribuía destaque a três matérias, entre elas, documentos enviados aos exilados – como cartas e manifestos - e assuntos publicados nas seções *Condensado Político* e *Movimento Sindical*. Entre as manchetes publicadas, há notícia da elaboração de uma nova

⁷⁵ Correio Braziliense, México: 7-8-1964, p.1.

⁷⁶ Idem, Ibidem.

⁷⁷ Idem, Ibidem.

política salarial⁷⁸ pelo ministro do trabalho brasileiro que congelaria os salários dos servidores federais por um ano. Esta medida também previa a reorganização do Conselho Nacional de Política Salarial, para regular todos os ajustes coletivos no serviço público federal e nas empresas privadas subvencionadas pela União.

Diferente de outras publicações analisadas por esta pesquisa, o *Correio Braziliense* não mantinha os seus organizadores no anonimato. Estes eram figuras de destaque no cenário político brasileiro antes mesmo do golpe militar, o que pode justificar a saída do país de forma tão prematura. Alguns destes organizadores foram Félix de Athaíde, Inácio de Alencar e Heron de Alencar.

Félix de Athaíde trabalhou nas redações da *Última Hora* e da *Tribuna da Imprensa*, como também participou do Centro Popular de Cultura da UNE. Após o golpe de 1964, se asilou na embaixada da Argélia de onde partiu para na Cidade do México. No exílio passou pelo México, Cuba, Alemanha Oriental e Argélia. Retornou para o Brasil de forma clandestina em 1968 para as redações do *Correio da Manhã* e de *O País*, quando ainda estava respondendo um processo do DOPS.

Heron de Alencar foi crítico literário, jornalista, escritor e professor universitário. Entre os anos de 1947 e 1952, manteve uma coluna de crítica e divulgação literária no jornal de *A Tarde* de Salvador. Foi um dos fundadores da Universidade de Brasília onde trabalhou como professor do departamento de letras até o golpe militar. Após a invasão da Universidade, em 9 de abril de 1964, seguiu para o exílio no México.

O jornalista Inácio de Alencar também participou da comissão organizadora do *Correio Braziliense*. Ele iniciou a carreira em 1948, no jornal do Partido Comunista *O Momento*. Posteriormente, trabalhou nas redações de outros veículos, como o *Diário da Bahia*, *Vanguarda* e o *Estado da Bahia*. Devido a sua intensa atuação no movimento sindical liderou a greve dos jornalistas de Salvador que paralisou todas as rotativas da capital em 1957.

Em 1964, quando foi cassado pelo governo militar ainda trabalhava como assessor de imprensa da Petrobras e era colunista do *Diário de Notícias*. Neste mesmo ano, deixou o país em direção ao México onde colaborou com a revista *Política*. Após sua breve estada naquele país, seguiu para Cuba e depois Argélia com o propósito de encontrar o grupo de Arraes. No final da década de 60 retornou ao Brasil clandestinamente e colaborou com pequenas publicações.

⁷⁸Idem, p.9

Um dado interessante é que *O Correio Braziliense*, embora tenha sido organizado por jornalistas, afirma a impossibilidade de manter o princípio da imparcialidade jornalística diante de fatos como a tortura e as perseguições políticas, já que estes estabeleciam uma relação próxima com a realidade dos asilados.

Compreendemos desde o início que a tarefa era fácil, que nem sempre poderíamos guardar equidistância e objetividade diante dos acontecimentos que nos motivaram passionalmente e ainda repercutem no íntimo de cada um de nós⁷⁹.

O conjunto destes textos visavam veicular informações referentes às atividades da OEBM e divulgar as principais notícias do Brasil de forma a oferecer aos exilados “um roteiro de estudo que pode ser ampliado com anotações e experiências pessoais”⁸⁰. Deste modo, a publicação pretendia reunir uma pequena documentação que possibilitasse denunciar à opinião internacional as arbitrariedades cometidas pelo regime instaurado no Brasil.

As informações que compõem o periódico foram obtidas através do envio de publicações brasileiras para a comunidade de exilados através de telegramas e cartas. Os textos eram distribuídos entre o editorial, algumas colunas fixas e documentos enviados por diferentes personalidades e organizações.

O editorial era o espaço no qual os editores estabeleciam um diálogo com os leitores, expressando também a linha de análise que orientou a publicação das matérias. Nos periódicos analisados este era o local destinado para comentar os fatos mais relevantes da política brasileira. Tais posicionamentos deixam entrever os projetos políticos dos autores e suas opiniões em relação ao desdobramento dos acontecimentos no país.

O editorial *As duas faces da ditadura*⁸¹, por exemplo, defendia a idéia de que por mais que o governo tentasse ocultar a face de uma ditadura fascista, apresentando-a ao povo brasileiro e a comunidade internacional com outras roupagens, os fatos do cotidiano teriam desmascarado tal intento. Esta interpretação considera que, embora a propaganda oficial naquele momento tentasse apresentar o general Castelo Branco como um democrata de centro-esquerda, interessado em proteger a indústria nacional e os interesses do povo, o fechamento de fábricas em diversos pontos do país, o congelamento dos salários e o aumento dos índices de desemprego teriam demonstrado que a política econômico-financeira empreendida no seu governo era ditada pelos interesses do complexo industrial-militar norte-americano.

⁷⁹ Caderno Especial - Fisionomia de uma Nação traída: 1964, p.2.

⁸⁰ Idem, Ibidem.

⁸¹ Correio Brasiliense: 7-8-1964, pp.1-3.

O artigo *A Tática dos oportunistas não confunde as forças populares*⁸² comenta as divergências entre forças militares que, embora fossem heterogêneas, teriam se unido para derrubar o governo de João Goulart e implantar a ditadura. De acordo com o documento, quatro meses após a instauração do regime militar, já estaria ocorrendo uma cisão entre a ala mais moderada, representada por Castelo Branco, e os ultradireitistas favoráveis ao fechamento ainda maior do regime. Para o autor, a luta pelo restabelecimento da democracia também englobava o combate à ditadura, ao latifúndio e ao imperialismo. Neste contexto, a classe operária seria a vanguarda revolucionária que assumiria a direção do processo pelo restabelecimento da legalidade, já que demonstrava fidelidade aos princípios democráticos de emancipação nacional.

O jornal também publicou alguns documentos enviados à colônia de exilados, entre eles, um manifesto, enviado ao *Correio Braziliense* no dia 3 de abril de 1964, que foi assinado pelo secretariado da Federação Sindical Mundial. Este texto afirma que o golpe militar que derrubou Goulart e as forças sindicais a ele atreladas foi uma medida empreendida com o apoio do imperialismo norte-americano para conter as reformas de base e que, através da Aliança pelo Progresso, também contribuiu para a deposição de governantes em diversos pontos da América Latina.⁸³

A seção *Notícias Políticas* reúne um compilado de notas sobre a atuação do governo militar brasileiro direcionada para neutralizar a oposição fundamentada na representação partidária legal. Uma destas notas criticou o apelo da Assembléia Legislativa de Pernambuco para que todos os partidos políticos do estado indicassem o deputado Cleofas de Oliveira como candidato a fim de preencher as vagas deixadas pela cassação de Francisco Julião e Waldermar Luiz. Segundo a matéria, retirada do *Correio da Manhã* em 26 de julho de 1964, Cleofas teria posições ideológicas contrárias ao parlamentares cassados e o partido destes, o PSB, poderia indicar outros parlamentares.⁸⁴

O *Condensado Político* comenta os fatos políticos considerados de maior relevância na semana. O *Saco de gatos da gorilada*⁸⁵, por exemplo, discute a rearticulação da oposição nacionalista através da formação de uma Frente que lideraria o processo de lutas pela redemocratização por meio da legalidade.

Por sugestão que parece do deputado Doutel de Andrade (PTS-SC) as forças nacionalistas estão evoluindo para a formação de uma frente de aliança da legalidade, que passará a lutar coordenadamente pelo restabelecimento das

⁸²Idem, pp.1-2.

⁸³Idem, p.2.

⁸⁴Idem, p.7

⁸⁵Idem,Ibidem, p.7

liberdades públicas, da política econômica, do desenvolvimento e da política externa independente.⁸⁶

Enquanto que o artigo *A Crise de agosto está sendo construída*⁸⁷ aponta uma suposta divergência entre integrantes da chamada linha dura do regime. O documento afirma que esta corrente era composta por militares que exigiam maior fechamento do governo e negociastas, grupos vinculados ao comércio e a indústria que reivindicavam maior liberdade e afrouxamento no combate à inflação.

Segundo os autores, um dos pontos ápices desta crise foi representado pela transferência do general “linha dura”, Justino Alves, do Comando do IV Exército, em Recife, para outra instituição do Exército, em Porto Alegre. Tal iniciativa visava isolar este general, já que ele teria liderado um movimento da ultradireita para derrubar Castelo e assumir o governo de forma mais absolutista.

A seção *Movimento Sindical* era composta por pequenos textos sobre as reivindicações e manifestações de trabalhadores em todo o país. Um dos assuntos abordados neste espaço foi um movimento de 120 mil bancários pelo reajuste salarial e pela implantação de um novo acordo no mês seguinte. Diante desta manifestação, algumas autoridades teriam solicitado ao sindicato dos bancários a discussão dos termos de um contrato coletivo⁸⁸.

Outra nota, veiculada nesta mesma seção, denunciava a demissão de aproximadamente 100 petroleiros da Petrobras em decorrência de um inquérito instaurado para apurar atividades subversivas. Segundo informações da Assessoria Geral de Relações Públicas da Petrobras, 900 funcionários foram ouvidos pela comissão militar de inquérito e muitos deles teriam sido presos sem ter o direito de defesa. Outros 51 servidores da refinaria de Capuava também teriam sido demitidos devido à greve pela encampação dessa empresa⁸⁹.

As *Notícias do Brasil* reúnem textos que discutiam as arbitrariedades do governo militar no Brasil. Entre este material, há um comentário sobre o pedido de desculpas feito por Castelo Branco devido a invasão da residência do ex-chefe da Casa Civil do governo Kubistchek, ex-embaixador do Brasil em Portugal e ex-Dirigente do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, Álvaro Lins. Tal incursão, realizada por oficiais do Exército, foi caracterizada como um terrorismo cultural, “uma ofensiva obscurantista que opõe as idéias à força bruta e à ameaça de cadeia”⁹⁰.

⁸⁶ Idem, p.6.

⁸⁷ Correio Brasiliense: 14-8-1964, pp.6-7.

⁸⁸ Idem, p.7.

⁸⁹ Correio Brasiliense: 7-8-1964, p.6.

⁹⁰ Idem, p.10.

Esta coluna reproduziu um texto do jornal *Correio da Manhã* sobre a censura, elaborado por uma correspondente do Brasil nos Estados Unidos.

A carta veio dos States – terra da liberdade, entre Kennedy e Gooldwal – e atravessou céus e mares, passando por cima e por baixo do “censorship” ou de “la censura mexicana”. De uma forma ou de outra, protegida pela inviolabilidade, não foi aberta por uma censura com C. Até chegar ao Brasil e aqui – Rãs- a espátula oficial abriu o envelope tricolor e um “sensor” a leu, releu, fechou e carimbou: SENSURADO. A palavra é nova, mas o expediente é velho: o DTC consegue, num carimbo só, desrespeitar a liberdade e a gramática, na parte relativa a ortografia, e à inviolabilidade da correspondência.⁹¹

O *Correio Braziliense* também divulgava informações relacionadas diretamente às experiências do exílio. As *Notas Breves* eram um espaço destinado à publicação de assuntos institucionais que pudessem interessar a colônia de brasileiros. Uma das notícias divulgadas pela seção foi o reconhecimento da criação da OEBC pela União Internacional dos Trabalhadores de Berlim⁹².

Enquanto que as *Notícias Locais* veiculavam a programação de eventos culturais realizados no México. Entre os eventos divulgados, há um festival de cinema soviético, a formação de uma biblioteca portuguesa, a programação de um cineclub local, uma exposição de gravuras e tapeçaria. A coluna também abordou a repercussão do periódico em outros países da América Latina por meio da divulgação de uma nota, elaborada por asilados na Bolívia, que reconhecia os esforços para a publicação do *Correio Braziliense* diante da dificuldade em obter informações sobre o Brasil no exterior⁹³.

Segundo o documento, a OEBC foi formada inicialmente por pessoas ligadas ao movimento sindical e, no decorrer do exílio, passou a congrega grande parte dos asilados no México. No entanto, a partir de novembro de 1964, o número de integrantes desta organização teria reduzido devido ao processo de transferência para outros países. Neste mesmo período, Félix de Athaide, Heron de Alencar e Inácio de Alencar seguiram para Cuba com o objetivo de transmitir a mensagem de Miguel Arraes a Fidel Castro. Posteriormente, eles se deslocaram para outros países, como Alemanha Oriental e Argélia. Diante da impossibilidade de manter a estrutura anterior, o *Correio Braziliense* encerrou as atividades no final de outubro de 1964.

A última edição deste periódico publicou como anexo o caderno especial *Fisionomia de uma Nação Traída* (ANEXO II – FISIONOMIA DE UMA NAÇÃO TRAÍDA, 126 p.), em homenagem a Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco que foi preso no dia em que

⁹¹ Correio Brasiliense: 14-8-1964, p.10.

⁹² Idem, Ibidem.

⁹³ Idem, p.11.

ocorreu o golpe civil-militar por se recusar a renunciar ao cargo. Arraes foi enviado a ilha de Fernando de Noronha, onde permaneceu isolado por onze meses. Apenas em maio de 1965, o ex-governador obteve a liberdade através de um *habeas corpus* e seguiu para o exílio na Argélia.

Um dado interessante é que os demais exemplares desta coleção não possuíam ilustrações, porém o caderno especial publicou algumas fotos de Arraes e de outros políticos brasileiros na primeira e última páginas. Um conjunto de imagens fecha esta edição, reunindo tanto fotografias do almirante Aragão sob a legenda “Almirante torturado: torturado na prisão Aragão está com a saúde mental abalada”, quanto um retângulo preto com os dizeres “luto pelos patriotas assassinatos”⁹⁴, seguido por uma lista de alguns nomes de militantes e suas respectivas profissões.

Este caderno especial possui 81 páginas, nas quais foram publicados quatro documentos e 14 recortes de reportagens veiculadas na mídia brasileira. Entre estes documentos, há uma carta do diretor geral do FBI, J.E.Hoover, parabenizando um agente norte-americano pelo trabalho desenvolvido no Brasil no sentido de proteger os EUA, mesmo fora de suas fronteiras. Nesta edição especial também há uma matéria sobre a carta do presidente Lyndon Johnson que felicitava o chefe de estado brasileiro, Ranieri Mazzilli, e o declarava presidente do Brasil, em substituição a Goulart.

Os assuntos que compõem este caderno especial foram agrupados em quatro eixos temáticos. Na primeira parte, os autores defendem que a dominação norte-americana foi progressiva na história brasileira e o golpe teria sido desencadeado pelos grandes grupos econômicos, principalmente os norte-americanos, para dominar o Brasil política e economicamente. Neste sentido, o país seria uma *Nação traída*, devido a sua subordinação econômica e social frente a interesses que privilegiariam apenas uma minoria.

Tal situação foi ilustrada pelo autor com a campanha desmoralizatória contra o governo de Vargas liderada por Lacerda e com a declaração do embaixador dos EUA, Berie Jr., de que “se o governo de Vargas continuasse a criar dificuldades para os investidores norte-americanos, o governo de seu país cobraria, imediatamente, as dívidas que o Brasil tinha para com eles”⁹⁵. A declaração teria sido feita como uma retaliação à criação da Petrobras e à tentativa de regularizar as remessas de lucros durante o governo Vargas.

O jornal também defendia a idéia de que o golpe militar estaria sendo preparado desde setembro de 1971, quando Goulart assumiu a presidência. Neste sentido, os autores

⁹⁴ Caderno Especial - Fisionomia de uma Nação traída: 1964, p.81.

⁹⁵ Idem, p.3.

apresentaram alguns fatos políticos para demonstrar os vínculos entre o governo brasileiro e norte-americano durante o período que antecedeu a deposição de Goulart, entre eles, o apoio da imprensa estrangeira à implantação de um governo militar no Brasil e a ratificação de acordos militares entre ambos os países.

A “ameaça comunista” teria sido utilizada como pretexto para a tomada de poder pelas forças de direita associadas ao imperialismo norte-americano. De acordo com o documento, a deposição de Goulart foi consentida, já que o ex-presidente não estava ligado aos movimentos sociais, mas os utilizava como massas de manobra.

O povo brasileiro deve muito ao presidente João Goulart. Seus últimos anos de governo possibilitaram um grande avanço para a luta de emancipação nacional. Mas a sua deposição consentida entregou, a esse mesmo povo, a sanha policial-militar mais violenta e mais sangrenta da história brasileira. Cortou a 80 milhões de pessoas a suas imediatas oportunidades de progresso social, político e econômico. Impediu a efetivação de uma nação livre e soberana, capaz de oferecer a todos os brasileiros a dignidade de uma vida de paz e trabalho⁹⁶.

O governo civil-militar instaurado no país estaria orientado a espoliar as riquezas brasileiras em benefício de grupos econômicos internacionais, mantendo “o povo brasileiro nas condições de fome e miséria em que secularmente tem vivido”⁹⁷. Tal orientação se manifestaria através de ações do Ministério da Fazenda e do Planejamento que estariam descapitalizando o Brasil, tornando-o incapaz de se desenvolver independentemente. Entre tais medidas são mencionados a extinção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, órgão que discutia os problemas nacionais, e os acordos com os EUA para a abertura de bases militares daquele país no Brasil.

O caderno especial também dedicou grande espaço para denunciar casos de torturas ocorridos no Brasil através do *Quadro incompleto do terror e da tortura*. Neste espaço foi divulgado um levantamento das torturas realizadas por agentes do governo em cada estado da federação visando “(...) proporcionar uma visão conjunta dos crimes monstruosos que se estão praticando no Brasil em nome da família, de Deus e da liberdade”⁹⁸.

O terror e a tortura foram institucionalizados no Brasil com o golpe. Esta reportagem – não é a história – e só uma parte dela, o que nos foi possível recolher do exílio – desse trágico capítulo, sem dúvida alguma, e mais brutal de todas quanto já ocorreram nos 464 anos de história brasileira⁹⁹.

Esta reportagem também pretendia mobilizar a opinião pública internacional “que só vagamente tem notícia de tais crimes”, em especial a Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas. As informações contidas neste levantamento foram obtidas a partir da reunião

⁹⁶ Idem, p.27.

⁹⁷ Idem, p.41.

⁹⁸ Idem, p.47.

⁹⁹ Idem, p.47.

de matérias veiculadas na imprensa brasileira e do relato das próprias vítimas das arbitrariedades do governo militar.

Os autores relembram que, em um primeiro momento, as denúncias sobre as torturas foram denominadas pelas Forças Armadas como uma campanha de calúnias empreendida pela oposição. No entanto, “(...) de todos os pontos do país, não amanhecia dia em que não surgissem casos e mais casos devidamente comprovados, cada qual mais revoltante”¹⁰⁰, de forma que o general Castelo Branco foi obrigado a assumi-las e determinou que se fizessem investigações.

Os depoimentos que compõem o roteiro das torturas também incorporaram uma matéria, retirada da edição do *Correio da Manhã* de setembro de 1964, que foi escrita pelo enviado especial Márcio Moreira Alves. Este jornalista reuniu relatos das torturas entre presos da Casa de Detenção de Recife, local que abrigou grande parte dos presos políticos de Pernambuco.

Outro ponto abordado pelo conjunto de matérias foi a denúncia da prisão do Almirante Cândido Aragão nas dependências da Marinha. Aragão foi solto após cinco meses de detenção, em razão de um *habeas corpus*, e buscou asilo na embaixada do Uruguai. Durante o tempo em que aguardava o salvo-conduto, as Forças Armadas teriam ameaçado invadir a embaixada.

O ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes figura entre os importantes personagens políticos que foram detidos pelo governo civil-militar. Os organizadores deste periódico provavelmente mantinham fortes vínculos políticos com o ex-governador, razão pela qual destacaram às denúncias contra as arbitrariedades empreendidas pelo governo durante a sua prisão. Segundo o documento, Arraes tentou estabelecer um governo de bases populares naquele estado, mas foi detido por não ter aceitado exercer o cargo vigiado pelo Exército, como lhe foi exigido.

Pela primeira vez, não só a polícia passou a defender o povo da ganância e das arbitrariedades de seus exploradores, como, sobretudo o camponês nordestino encontrou um governador que começou a lhe retirar do estado de sobrevida que lhe estiolava a existência. E isso, a gorilada de 1º de abril deu o nome de subversão.¹⁰¹

Sob o subtítulo *Arraes o fazedor de homens livres*, o periódico denunciou a prisão do ex-governador e o seu isolamento no presídio de Fernando de Noronha. Segundo os autores, para obter ou fabricar provas de subversão, os militares teriam torturado colaboradores, parentes, amigos e colaboradores deste político, a ponto de um de seus auxiliares sair da

¹⁰⁰ Idem, p.49.

¹⁰¹ Caderno Especial - Fisionomia de uma Nação traída: 1964, p.50.

cadeia semiparalítico e com deslocamento dos rins e da coluna vertebral. Os militares também teriam deturpado o depoimento de Arraes a fim de desmoralizá-lo.

Nas últimas páginas do *Correio Braziliense* foram divulgados documentos referentes à última reunião da Organização dos Exilados Brasileiros no México e o comunicado de extinção desta organização. Estes documentos expressavam os princípios da OEPM e reafirmavam o seu objetivo de intensificar a atuação da Frente Ampla no combate à ditadura. Tal Frente reunia forças heterogêneas - como associações de exilados, trabalhadores e sindicatos - que se mantiveram unidas pelo propósito de restabelecer a legalidade democrática.

Este texto defende a mobilização de amplos setores nacionais para exigir a libertação dos presos políticos; a promoção de uma campanha pela Anistia ampla e sem restrições; a melhoria salarial; a reforma agrária; entre outras reivindicações. Enquanto que a circular de extinção da organização, divulgou os motivos que causaram o encerramento das atividades da OEPM e um endereço no México para o envio de correspondência para os exilados, visando manter a ligação entre os que lá permanecessem e aqueles estabelecidos em outros países.

O *Correio Braziliense* representa uma das publicações produzidas na primeira fase do exílio. O jornal foi organizado por representantes da geração de 64, ou seja, personalidades de destaque no cenário político que se exilaram logo após o golpe. Estes militantes defendiam um projeto político de redemocratização através da legalidade.

Neste primeiro momento, o exílio não era vislumbrado como um espaço de lutas devido às perspectivas de um retorno imediato. Tal característica se reflete na própria desestruturação da OEPM, com já foi mencionado, após a transferência de grande parte de seus membros para outros países. Alguns deles retornaram ao Brasil para dar prosseguimento da militância política, enquanto que outros seguiram para Cuba, Argélia e Alemanha.

As concepções ideológicas deste grupo, ligado ao movimento sindical e à luta pela legalidade, se expressa na escolha das matérias que compunham o jornal, privilegiando o acompanhamento do desenrolar dos acontecimentos no cenário político brasileiro, a denúncia das arbitrariedades cometidas pelo regime militar e a divulgação de reivindicações trabalhistas e dos movimentos sociais. As posições assumidas são diferentes daquelas presentes nas publicações da geração de 68, já que estas destinavam espaço de destaque para a divulgação das ações da luta armada no Brasil.

No entanto, na edição que encerrou as atividades do jornal é mencionada claramente, pela primeira vez a alternativa da luta armada. Embora a ação legal junto às massas se mantivesse como uma estratégia central, não foi descartada a possibilidade do enfrentamento

armado caso as condições materiais do tempo e lugar onde a luta se desenvolvesse assim o exigisse.

Tais mudanças discursivas nas estratégias de enfrentamento com o regime militar podem denotar que, diante das condições de lutas no Brasil, os asilados passaram a vislumbrar a possibilidade de permanência da ditadura por um tempo maior do que o previsto, o que exigiria a reformulação das estratégias de confronto. Diante do gradual fechamento político, o enfrentamento direto com o governo já começava a ocupar o espaço deixado pelos projetos políticos ligados à representação partidária legal. Este processo atingiu o seu ápice em 1968, mas declinou a partir de meados da década de 70, com a desestruturação de grande parte das organizações revolucionárias que atuavam no Brasil. Neste cenário, ocorre a retomada da posição de liderança do MDB na condução dos movimentos sociais pela redemocratização.

3.2 Resistência

O Periódico *Resistência* (ANEXO III – Resistência, 127 p.) foi publicado, entre 1969 e 1972, como um órgão oficial do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e da Ação Libertadora Nacional (ALN). Essas organizações empreenderam inúmeras ações armadas no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970, entre elas o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969.

Este jornal surgiu no Brasil em 13 de dezembro de 1968, como uma iniciativa dos grupos de imprensa destas organizações. O objetivo era divulgar informações censuradas pelos setores “burgueses” da sociedade e pelos órgãos oficiais de repressão. Segundo o editorial, a *Resistência* era produzida mensalmente e circulava na clandestinidade com a pretensão de disseminar as experiências destas organizações e de divulgar ao povo as discussões sobre a revolução brasileira.

O acervo consultado reúne exemplares publicados no Brasil, entre 1969 e 1972; no Chile, em 1972; e na França, em 1971. A pesquisa irá se deter na análise da edição chilena, já que esta expressa as percepções do grupo que a produziu em relação ao exílio na América Latina. Apenas um jornal foi produzido no Chile e a sua circulação entre os grupos de exilados foi restrita, o que é evidenciado pelo fato de seus organizadores não serem conhecidos por alguns militantes da ALN que atuavam naquele país durante este período.

Não há informações de como eram obtidos os conteúdos para o periódico, mas na última página do jornal foi divulgado o endereço do *Frente Brasileño de Informaciones*

(FBI)¹⁰² para o envio de boletins e outras informações sobre o Brasil. Isto pode demonstrar uma parceria entre ambos jornais ou, até mesmo, a própria intenção de encerrar as atividades da *Resistencia* em sua primeira edição.

O exemplar chileno foi produzido de forma mais artesanal do que outras publicações analisadas. Suas ilustrações foram desenhadas manualmente, e as composições gráficas não eram muito complexas. Os textos foram datilografados em espanhol e estão dispostos em duas colunas nas oito páginas que compõem o periódico.

A capa é ilustrada por uma charge que representa um diretor de jornal trajando um possível uniforme militar. Ele segura um jornalista com uma de suas mãos e lhe aponta o indicador enquanto diz “... Rápido... Escreva um artigo sobre as arbitrariedades do governo chileno à liberdade de imprensa... Ouviu?”¹⁰³. A charge representa uma notícia divulgada no periódico sobre o encontro da Sociedad Interamericana de Prensa, realizado no Brasil, durante a vigência do governo militar brasileiro.

As informações editoriais – como o título, o subtítulo, as organizações que a produziram, o número da edição e o seu ano de existência – estão reunidas nesta primeira página, mas não há informações em relação à tiragem e à distribuição dos exemplares. Um dado interessante é que, apesar do jornal ter circulado por apenas uma edição, dados na capa informam que ele existiu durante três anos. Tal fato pode denotar a intenção de estabelecer um vínculo com a linha editorial que norteou as publicações brasileiras ou com o próprio projeto de militância empreendido naquele país.

O conjunto dos textos reunidos neste periódico abordava, de forma mais ou menos contundente, o tema expresso no subtítulo *Brasil-Terror-Tortura*, o que se evidencia pela relativa recorrência de matérias sobre os crimes cometidos pelo regime militar. Tal tema se manifesta de forma mais enfática nas seções *Revolución Noticias* e *Nuevo crimen de la dictadura*. Estes compilados de notas informam sobre as torturas cometidas pelos órgãos oficiais, a opressão sofrida pela classe camponesa no interior do país e o apoio de setores eclesiásticos para conter a violência empreendida pela ditadura.

Entre estes textos, há uma nota sobre o envio de uma carta ao papa Paulo VI, na qual Lina Satamini denunciava as torturas sofridas por seu filho nos porões da ditadura. Também há informações de que, em Milão, Gaetano Vicini, pai do sacerdote Giulio Vicini, teria

¹⁰² Jornal publicado por grupos de exilados políticos no Chile, entre janeiro de 1971 e agosto de 1973, que surgiu a partir do *Front Bresilien d'Information*, editado em Argel desde 1969.

¹⁰³ ... Rápido... Escriba un artículo sobre los atropellos del gobierno chileno a la libertad de prensa... ¿Oíste?” (RESISTENCIA: Brasil-Terror-Tortura. Chile: 1972, n. 1, ano III, p. 1)

anunciado que iria pedir ao primeiro-ministro da Itália, Aldo Moro, e ao secretário da ONU para interferir na prisão e tortura do seu filho pelo Exército brasileiro.

Outras notícias abordam as ações de propaganda armada empreendidas no Brasil, como o assalto à agência do Banco Nacional de Minas Gerais, no bairro de Ramos. Estas ações, além de garantir a aquisição de recursos materiais, também proporcionavam maior visibilidade às organizações de vanguarda, por meio da distribuição de panfletos e da publicação de manifestos na imprensa.

Muitas notícias foram divulgadas com um relativo atraso em relação à data de seu acontecimento. Apesar do jornal ter sido publicado em 1972, o assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais ocorreu em agosto de 1970; já a reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa no Brasil aconteceu em 1970. Este atraso pode expressar a dificuldade dos organizadores do periódico em obter informações. Contudo, não pode ser descartada a possibilidade de este recorte temporal ter sido intencional, visando atender aos interesses dos autores na divulgação de tais temas.

A coluna *Represión* denunciava o envio de agentes do governo brasileiro aos países que acolheram os exilados políticos. O texto expressa as expectativas da colônia brasileira em torno da chegada do delegado do Departamento de Ordem Política Social (DOPS) ao Chile.

Não é a primeira vez que este senhor [Fleury] viaja ao exterior para cumprir sua função. No ano passado esteve no Chile e na Europa, sendo expulso de Paris por exilados de lá. Os companheiros brasileiros que estão no Chile confiam no povo chileno, que saberá denunciar qualquer ameaça contra nós, denunciando os passos deste agente do terror da ditadura brasileira¹⁰⁴.

El Frente Brasileño explica, de forma bastante didática, as características dos grupos que compõem a esquerda revolucionária brasileira e os objetivos das ações empreendidas no país. O documento demonstra como a luta desenvolvida no Brasil atingiu, gradualmente, um caráter global.

Segundo o documento, a partir de ações isoladas nos primeiros anos do golpe, tais grupos passaram a realizar operações conjuntas. Esta estratégia visava conter o processo de desmobilização da luta armada no Brasil, que se acirrou após o assassinato de Marighela, em 1969. Porém, é no exterior que o combate à opressão atinge um caráter mais abrangente com a percepção de um possível papel estratégico do Brasil no contexto da revolução latino-americana.

¹⁰⁴ No es la primera vez que este señor [Fleury] viaja al exterior para cumplir su función. El año pasado estuvo en Chile y en Europa, siendo expulsado de Paris por los exilados de allá. Los compañeros brasileños que están en Chile confían en el pueblo chileno, que sabrá denunciar cualquier amenaza contra nosotros, denunciando los pasos de eso agente del terror de la dictadura brasileña (RESISTENCIA: Brasil-Terror-Tortura, op. cit., p. 5)

O fortalecimento da Frente¹⁰⁵ no Brasil é uma contribuição indispensável para uma futura criação de uma ação revolucionária conjunta na América Latina. A revolução antiimperialista latino-americana necessita coordenar os esforços em todos os países para a vitória final sobre a opressão. Os revolucionários brasileiros crêem que sua contribuição atual para isso é a Frente¹⁰⁶.

Também foi publicado no periódico um *Manifesto* produzido em nome dos setenta brasileiros trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher¹⁰⁷, em 13 de janeiro de 1971. Este documento considerava que as condições materiais do Brasil – como a opressão da classe trabalhadora, as desigualdades sociais e os crimes cometidos pela ditadura – teriam criado as condições para o surgimento da luta armada. Ao mesmo tempo, o texto explicava o projeto de revolução adotado pelo grupo responsável pela publicação do periódico.

Segundo este projeto, a revolução se processaria, a longo prazo, por meio da mobilização da classe operária e camponesa para a guerrilha urbana e rural. Segundo estas diretrizes, a luta armada seria o principal instrumento para instalar um governo popular que viabilizasse a realização de amplas reformas sociais para libertar o povo da exploração.

O povo empreende uma luta de larga duração, na qual as ações armadas formam dia a dia a coluna dorsal da luta política. O povo brasileiro compreende que não basta restabelecer as instituições democráticas destruídas pelos generais, mas é necessário estabelecer uma nova democracia com novas bases, que não seja apenas uma troca de generais. A verdadeira democracia no Brasil surgirá como expressão de um governo popular revolucionário, fruto de uma larga e dura luta de nosso povo¹⁰⁸.

O próprio seqüestro do embaixador suíço, que possibilitou a libertação destes guerrilheiros, foi mencionado, em alguns trechos do periódico, por meio de uma explicação didática de como esta ação se inseria na dinâmica do projeto revolucionário.

(...) o ato [o seqüestro do embaixador suíço] foi uma defesa legítima do povo para salvar os companheiros dos horrores das prisões. Enquanto continuar a ação da ditadura, continuaremos a utilizar esta arma.¹⁰⁹

¹⁰⁵ A Frente Brasileira seria formada por algumas organizações que atuavam na luta armada no Brasil, tais como, ALN, MR-8, Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Partido Brasileiro Revolucionário (PCBR) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

¹⁰⁶ El fortalecimiento del Frente en el Brasil es una contribución indispensable para una futura creación de una acción revolucionaria conjunta en la América Latina. La revolución anti-imperialista latinoamericana necesita coordinar los esfuerzos en todos los países para la victoria final sobre la opresión. Los revolucionarios brasileños creen que su contribución actual para eso es el Frente. (RESISTENCIA: Brasil-Terror-Tortura, op. cit., p. 7)

¹⁰⁷ O seqüestro do diplomata suíço foi promovido pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em 7 de dezembro de 1970.

¹⁰⁸ El pueblo entabla una lucha de larga duración, donde las acciones armadas forman día a día la columna dorsal de la lucha política. El pueblo brasileño comprende que no basta restablecer las instituciones democráticas destruidas por los generales, pero que es necesario establecer una democracia con nuevas bases, que no sean apenas un cambio de generales. La verdadera democracia en el Brasil surgirá como expresión de un gobierno popular revolucionario, fruto de una larga y dura lucha de nuestro pueblo (RESISTENCIA: Brasil-Terror-Tortura, op. cit., p. 4)

¹⁰⁹ (...) o acto [o sequestro do embaixador suíço] fue una legítima defensa del pueblo para salvar a los compañeros de los horrores de las cárceles. Mientras continúe la acción de la dictadura, continuaremos a utilizar esa arma (RESISTENCIA: Brasil-Terror-Tortura, op. cit., p. 4)

Entre os anos de 1970 a 1972, a edição chilena adotou uma linha editorial e recursos gráficos análogos às edições escritas em português. Percebe-se até mesmo um parâmetro comum na elaboração das charges publicadas nestes jornais. No entanto, não há informações sobre o local em que elas foram editadas. Já os periódicos de 1969 foram produzidos de forma mais elaborada do que os demais. Apesar de estes não possuírem nenhuma ilustração e não adotarem recursos gráficos complexos, aparentemente foram impressos em gráficas, e não datilografados como as outras edições.

Estes dois grupos de revistas visavam divulgar as notícias censuradas pelos órgãos oficiais de repressão do regime militar. Todavia, nos jornais de 1969 foi constatada uma presença mais expressiva de textos que denunciavam as arbitrariedades do governo militar no Brasil e que divulgavam as ações de resistência empreendidas neste país. Além disso, a edição de julho de 1969 destacava a importância do órgão como fonte para a imprensa estrangeira e dirigia um apelo à formação de comitês do jornal em outros países. Tal estratégia visava contribuir para a mobilização de brasileiros ou das organizações internacionais solidárias à luta contra o regime militar.

Em contraposição, os jornais editados a partir de 1970 dedicavam um espaço maior às notícias sobre ações revolucionárias em toda a América Latina. Veicularam também matérias sobre o seqüestro do cônsul do Brasil no Uruguai pelos Tupamarus¹¹⁰ a fim de obter a liberdade de presos políticos; uma suposta infiltração de agentes da CIA na revolução haitiana; o justicamento de um médico torturador pelo Exército de Libertação Boliviano; as ações armadas promovidas por revolucionários argentinos; entre outras.

Em anexo ao jornal chileno, foi publicado o suplemento *Marighela* (ANEXO IV – Suplemento Marighela, 128 p.) em homenagem ao líder revolucionário da ALN, assassinado durante uma emboscada comandada pelo delegado do DOPS, Sérgio Paranhos Fleury. Este documento foi produzido pelo fundador da ALN em maio de 1969. A sua reprodução na edição chilena pode expressar a permanência no exterior do projeto político, discutido pela organização naquele ano.

O texto, que compõe as catorze páginas do suplemento, está disposto em duas colunas e também foi datilografado em espanhol. O caderno especial aparenta ter sido confeccionado artesanalmente, já que não possui ilustrações. Além disso, as informações que constam na capa e a paginação no interior do caderno foram escritos com letras de forma desenhadas manualmente.

¹¹⁰ Organização revolucionária uruguaia.

Este suplemento, intitulado *Ratificación de una tesis: El papel de la acción revolucionaria de la organización*, sintetiza o projeto político da ALN e retoma algumas concepções acerca da revolução que também estão expressas na *Resistência*. Os militantes discorrem sobre a trajetória da luta revolucionária no país e o seu papel no projeto político da organização. O texto é dedicado à nova esquerda e aos companheiros revolucionários e antifascistas europeus.

O documento supervaloriza o papel do militarismo para a instauração da revolução, concepção esta presente na própria gênese das organizações de vanguarda que atuavam no Brasil. Muitos destes grupos surgiram por meio de dissidências no interior do Partido Comunista, após o golpe de 1964, causadas por divergências em relação à forma de conduzir o confronto com o governo. Enquanto alguns passaram a assumir o caminho armado em seus projetos políticos, outros continuaram a adotar o “Reformismo Soviético”, concepção que emergiu após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, na qual era considerada a viabilidade de uma transição revolucionária para o socialismo por meios pacíficos¹¹¹.

O projeto de revolução da ALN propunha a guerrilha rural como um fim a ser obtido. Desta forma, as ações promovidas nas grandes cidades visavam à criação das condições materiais e humanas para a instalação da luta no campo, por meio da aquisição de recursos financeiros e logísticos, recrutamento de quadros e divulgação das reivindicações da organização com a propaganda armada.

De acordo com estes militantes, as ações realizadas no cenário urbano permitiriam que a ALN se transformasse em uma organização com ramificações por todo o país. Possibilitariam também a aglutinação de forças entre organizações com projetos distintos em torno de uma Frente Única. Tal Frente seria capaz de ampliar o poder de fogo e o volume das ações revolucionárias até chegar ao ponto que fosse possível a desestruturação da máquina burocrática e militar do governo.

A implantação da guerrilha no Brasil exigiria a execução rigorosa de três fases: o planejamento e preparação da guerrilha, o seu lançamento e, por último, a transformação da guerrilha em guerra de manobras com a criação do Exército Revolucionário de Liberação Nacional. No momento da publicação do documento, a guerrilha urbana já teria sido desencadeada e a guerrilha rural estaria na fase preparatória para o seu lançamento.

¹¹¹ LIMA ,op. cit., p.10.

Este modelo se assemelha ao projeto de revolução defendido por Che Guevara e Regis Debray, denominado Foco Guerrilheiro. Segundo estas concepções, a revolução seria desencadeada por um grupo de homens muito bem treinado e separados das massas que atuariam em pontos remotos do país. Esse grupo, pelo exemplo de suas ações, impulsionaria as massas à revolução e também desestabilizaria o governo, criando as condições necessárias para a sua substituição forçada.

Nosso esforço principal se concentra a favor da “guerrilha rural como foco”, e não como resultado da implantação da infra-estrutura guerrilheira, onde quer que apareça e se desenvolva nossa organização revolucionária.¹¹²

Marcelo Ridenti considera que ambas correntes ideológicas possuem traços do *Romantismo Revolucionário*, como a “identificação com o camponês, tomado como autêntico representante do povo; a negação da modernização conservadora da sociedade, do rápido processo de industrialização e urbanização que oprimia o povo; o combate ao dinheiro e à fetichização impostos pelo mercado capitalista; o sacrifício pessoal do militante em nome da causa popular; dentre outros”¹¹³.

Contudo, o projeto difundido pela ALN reduzia a importância do trabalho político e assistencialista junto às massas. Isto porque as ações direcionadas a atender às reivindicações imediatas do povo, através da estruturação de uma luta política, eram consideradas fadadas ao fracasso devido à repressão do governo, apoiada na ampliação do seu poder de fogo e na crescente publicação de decretos e leis de exceção. A organização revolucionária adquiriria confiança e maior adesão do povo, na luta contra a ditadura, com os exemplos gerados pelas ações armadas. Neste sentido, o crescimento do movimento de massas seria proporcional ao desenvolvimento dessas ações.

De acordo com esse ponto de vista, o movimento de massas não teria condições de sobreviver se não fosse protegido pela própria potência de fogo dos revolucionários. Nossa organização segue esta concepção revolucionária e por isso não pode ser acusada de subestimar o movimento de massas.¹¹⁴

Segundo estas perspectivas, haveria apenas duas formas de uma organização revolucionária crescer. A primeira, através do proselitismo e preparação dos quadros políticos

¹¹² Nuestro esfuerzo principal se concentra a favor de guerrilla rural como foco, sino como el resultado de la implantación de la infra estructura guerrillera, dondequiera que aparezca y se desarrolle nuestra organización revolucionaria (MARIGHELA. Suplemento de RESISTENCIA: Brasil-Terror-Tortura. Chile: 1972, n. 1, ano III, p. 8)

¹¹³ RIDENTI, Marcelo. “O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo”. Chicago: Latin American Studies Association, 1998. Texto disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Ridenti.pdf>. Acesso em: 13 set. 2008, p. 19.

¹¹⁴ De acuerdo con ese punto de vista, el movimiento de masas no tendría condiciones de subsistir si no tuviera escudado en la propia potencia de fuego de los revolucionarios. Nuestra organización es seguidora de esa concepción por eso no puede ser causada de subestimar El movimiento de masas. (MARIGHELA, op.cit, p. 9)

para discutir documentos e programas. No entanto, esta estratégia seria responsável pela grande evasão de militantes nas fileiras revolucionárias, já que enfrentaria a ditadura dentro dos marcos impostos pelo governo, sem a pretensão de modificá-los.

A segunda forma seria a ênfase no desenvolvimento de ações revolucionárias, caracterizadas por sua violência e radicalismo, que derrubariam a ditadura através da força das massas e pela luta armada. Tal estratégia possibilitaria a permanência dos militantes na organização.

Sendo o nosso caminho o da violência e do terrorismo (as únicas armas que podem ser antepostas com eficiência sem nome à ditadura), os que afluem à nossa organização não virão enganados, mas atraídos pela violência que nos caracteriza¹¹⁵.

Além disso, a implantação da revolução por meio da luta armada permitiria a emancipação do povo brasileiro sem que fossem adotadas medidas conciliatórias com os setores conservadores da sociedade.

Para nós, ao contrário, a guerrilha tem exatamente a finalidade de não permitir nenhuma negociação política de conciliação com a burguesia em detrimento dos interesses de classes dos operários, camponeses e seus aliados, e em preconceito da revolução brasileira destinada a expulsar o imperialismo do país e eliminar os obstáculos para o socialismo¹¹⁶.

A valorização do voluntarismo e da práxis na transformação social, mediante a exaltação da ação, são características marcantes das organizações de vanguarda durante as décadas de 1960 e 1970. Segundo estas concepções, a ação revolucionária seria o mecanismo para mudar a história e para construir “um homem novo”, nos termos de Marx e Che Guevara¹¹⁷. Esta supervalorização da prática relegava à teoria o papel de nortear as ações empreendidas contra o regime ditatorial.

Tal característica também foi expressa através da condenação da existência de uma cúpula diretora encarregada dos assuntos burocráticos da organização, já que os militantes deveriam estar preparados para uma atuação tanto política quanto militar. Para a ALN, as ações armadas deveriam ser realizadas por pequenos grupos com autonomia tática, mas subordinados à estratégia geral da organização, seguindo um modelo de estruturação horizontal, ou seja, sem hierarquias.

¹¹⁵ Siendo nuestro camino el da violencia, del radicalismo y del terrorismo (las únicas armas que pueden ser antepuestas con eficiencia sin nombre de la dictadura), los que afluyen a nuestra organización no vendrán engañados sino atraídos por la violencia que nos caracteriza (MARIGHELA, op.cit, p. 5)

¹¹⁶ Para nosotros, al contrario, la guerrilla tiene exactamente la finalidad de no permitir ninguna negociación política de conciliación con la burguesía en detrimento de los intereses de clases de los obreros, campesinos y sus aliados y en perjuicio de la revolución brasileña destinada a expulsar al imperialismo do país y eliminar los obstáculos para el socialismo (MARIGHELA, op.cit, p. 8)

¹¹⁷ RIDENTI, op. cit., p. 2.

Não há entre nós a separação entre político e militar. Na guerra revolucionária brasileira não temos força policial que assessoros os quadros militares. Todos os membros da organização são obrigatoriamente as duas coisas ao mesmo tempo e se preparam para ela desde o primeiro momento. O tipo de ação de nossa organização é tal que os que não conseguem ser políticos e militares juntamente têm poucas possibilidades de sobreviverem nela¹¹⁸.

O projeto político da ALN, presente nas páginas da *Resistência*, previa o desenvolvimento da guerra móvel no campo e nas cidades. Isto possibilitaria a implantação de um Exército Revolucionário de Libertação Nacional, capaz de enfrentar o Exército convencional da ditadura e de realizar a reforma agrária; o confisco das empresas de capital privado nacional que colaboram com os interesses norte americanos; e a expulsão dos norte-americanos estabelecidos no Brasil.

Todavia, verifica-se que o contato com diferentes projetos revolucionários na América Latina não promoveu alterações significativas nestas concepções, mas as perspectivas de revolução da esquerda revolucionária adquiriram caráter global. Neste sentido, ao publicar os textos em espanhol, o periódico adquiria maior amplitude informativa, possibilitando que fosse atingido um público leitor mais amplo do que a colônia brasileira. Alguns trechos do jornal aparentam utilizar a língua estrangeira como uma estratégia para adquirir novas adesões a esta causa, como, por exemplo, a divulgação de um apelo para que os latino-americanos participassem das discussões políticas travadas pela esquerda revolucionária brasileira.

Hoje, em seu primeiro exemplar em espanhol, [o jornal] se propõe a divulgar ao povo latino-americano até que ponto chegaram as atrocidades no Brasil e como se desenvolvem as discussões mais importantes da esquerda revolucionária.¹¹⁹

A análise discursiva dos textos que compõem este jornal também permite vislumbrar algumas características comuns aos diferentes grupos da esquerda revolucionária durante o exílio na América latina. Neste momento, havia a perspectiva de um retorno imediato ao Brasil para dar prosseguimento à militância. Desta forma, as matérias publicadas não foram assinadas, possivelmente devido ao receio de retaliações do governo brasileiro caso ocorresse o regresso àquele país. Em um trecho do *Manifesto*, por exemplo, o autor demonstrava a intenção de dar prosseguimento à luta contra a opressão, enquanto criticava a publicação do AI-13.

¹¹⁸ No hay entre nosotros entre el político y El militar. En la guerra revolucionaria brasileña no tenemos comisarios políticos que asesoren los cuadros militares. Todos los miembros de la organización son obligatoriamente las dos cosas al mismo tiempo y se preparan para ellos desde el primer momento. El tipo de acción de nuestra organización es tal que los que no consiguen ser políticos y militares juntamente, tienen pocas posibilidades de supervivencia en ella (MARIGHELA, op.cit, p. 10).

¹¹⁹ Hoy, en su primer ejemplar en español, se propone a hacer conocer al pueblo latinoamericano hasta que punto llegaron las atrocidades en el Brasil y como se desarrollan las discusiones mas importantes de la izquierda revolucionaria (RESISTENCIA: Brasil-Terror-Tortura, op. cit., p. 1).

(...) consideramos que o caráter antipatriótico da ditadura brasileira fica ainda mais claro quando seus agentes tentam negar cidadania a nós, legítimos patriotas. Mas o povo sabe que continuaremos a nossa luta. Se a ditadura nasceu e morrerá fascista, nós nascemos e morreremos brasileiros.¹²⁰

Seguindo a mesma diretriz, o *Nuevo crimen de la dictadura* retomava a premissa defendida pela organização que considerava como dever de todo revolucionário fazer a revolução. Desta forma, estimulava o retorno dos militantes ao Brasil para dar continuidade à luta. O autor enfatiza esta opinião ao informar o assassinato de militante que foi trocado pelo embaixador alemão, em junho de 1970. Aderbal Alves Coqueiro morreu durante um cerco policial no Rio de Janeiro.

Aderbal foi um dos quarenta companheiros enviados para a Argélia na troca pelo embaixador alemão, seqüestrado em junho de 1970. Cumprindo o seu dever revolucionário, retornou ao Brasil para continuar lutando. Poucos dias depois de instalar-se na cidade do Rio de Janeiro, seu apartamento foi atacado por mais de cinquenta policiais, armados de metralhadoras, que cercaram toda a região. Aderbal resistiu, e dele não poderíamos esperar menos. Morreu, mas a luta continua¹²¹.

A preparação do retorno ao Brasil e o incentivo para que outros militantes também o fizessem demonstram a continuidade, no exterior, do projeto político empreendido naquele país. Tal característica era comum entre a colônia de brasileiros exilados na América Latina e também está presente no discurso empregado na publicação.

O documento a que nos referimos tem o título de “Pronunciamento do grupo comunista de São Paulo”¹²². A esse pronunciamento se seguiu, mais tarde, a publicação do trabalho chamado “Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil”. Esse trabalho constitui o plano estratégico global que seguimos até hoje. Aqueles que o lerem novamente agora verão que não nos distanciamos dele, nem sequer um milímetro.¹²³

Os textos reunidos neste periódico expressavam um forte comprometimento com o projeto político de confronto direto com o regime militar. No discurso empregado na publicação, verifica-se a falta de interesse em manter o público leitor atualizado sobre os fatos ou acontecimentos da atualidade considerados relevantes. Este jornal foi utilizado como um

¹²⁰ consideramos que el carácter antipatriótico de la dictadura brasileña queda aún mas claro, cuando sus agentes intentan anular la ciudadanía a nosotros, legítimos patriotas. Pero el pueblo sabe que continuaremos nuestra lucha. Si la dictadura nació y morirá fascista, nosotros nascimos y moriremos brasileños (RESISTENCIA: Brasil-Terror-Tortura, op. cit., p. 5).

¹²¹ Aderbal fue uno de los 40 compañeros enviados para Argelia en canje por el Embajador Alemán, secuestrado en junio de 1970. Cumpliendo su deber revolucionario, volvió al Brasil para continuar luchando. Poco días después de hallarse en la ciudad do Rio de Janeiro, su departamento fue atacado por más de 50 policías, armados de metralletas que cercaron toda la región. Aderbal resistió y de él no podíamos esperar menos. Murió, mas la lucha continua (RESISTENCIA: Brasil-Terror-Tortura, op. cit., p. 7)

¹²² Publicado em “Guerrilheiro”, órgão oficial da organização posto em circulação a partir de abril de 1968.

¹²³ El documento al que nos referimos tiene el título de “Pronunciamento del grupo comunista de São Paulo. A ese pronunciamento se siguió, mas tarde la publicación del trabajo llamado “Algumas cuestiones acerca de las guerrillas en Brasil”. Ese trabajo constituye el plano estratégico global que seguimos hasta hoy. Los que lo lean nuevamente ahora, verán que nos hemos apartado de el ni siquiera un milímetro (MARIGHELA, op.cit, p. 7)

instrumento para divulgar no exterior as concepções da ALN em relação ao projeto de governo que deveria ser implantado no Brasil e na América Latina. Além disso, o documento permite que sejam observados o estímulo ao retorno dos revolucionários brasileiros para que estes dessem prosseguimento ao seu dever revolucionário e a intenção de reorganizar uma luta revolucionária de caráter global.

4.0 Segundo Exílio

Tem dias que a gente se sente
 Como quem partiu ou morreu
 A gente estancou de repente
 Ou foi o mundo então que cresceu...
 A gente quer ter voz ativa
 No nosso destino mandar
 Mas eis que chega a roda viva
 E carrega o destino prá lá ...¹²⁴

Salvador Allende foi legitimado pelo Congresso Nacional como Presidente da República no Chile, após uma apertada vitória eleitoral em 1970, com 36,2% dos votos, seguido por Alesandri, com 35%, e Tomic, com 27,8%. Segundo o sistema eleitoral vigente naquele país, para o presidente ser empossado, ele deveria obter a maioria relativa de votos da população, caso contrário seria exigido uma aprovação do Parlamento, o que obrigou ao partido negociar com a oposição.

Desta forma, o projeto de reformas econômico-sociais empreendido por Allende se tornou limitado, já que era necessário conciliar os interesses dos 6 partidos que sustentavam a coalizão da Unidade Popular. O presidente se propunha a realizar apenas as reformas que respeitassem a legislação pela legislação e que obtivessem a aprovação de um Congresso Nacional, então dominado pela direita.

O governo de Allende já nasceu com as mãos amarradas. Nasceu de uma solução de compromissos, que o imobilizava: o respeito ao que ele chamava de “legalidade”. Governo minoritário – com apenas 36% da votação, tinha contra si o Congresso (controlado pela [Democracia Cristã] DC e a direita), o Judiciário, a Controladoria (espécie de Tribunal de Contas, que no Chile tem imensos poderes), a quase totalidade da máquina tradicional, inclusive a polícia, a imprensa e etc.¹²⁵

Embora estas restrições dificultassem a implantação de amplas reformas sociais, nos primeiros anos do governo da Unidade Popular foi posto em prática a nacionalização da economia, através do controle das minas de cobre, indústrias oligopolistas, bancos e outras empresas estrangeiras. A nova economia que estava sendo implantada visava estabelecer uma área de propriedade social, complementada por propriedades privadas e de capital misto.

No campo, o movimento rural, inspirado pelo projeto governamental de reforma agrária, iniciou uma série de invasões a propriedades improdutivas. Enquanto que no perímetro urbano, trabalhadores ocupavam as fábricas para garantir o seu funcionamento diante da greve patronal que se instaurava no país. O Chile estava dividido e, fosse para

¹²⁴ BUARQUE, Chico. Roda-Viva:1967.

¹²⁵ RABÊLO, José Maria. In CAVALCANTI, RAMOS, op. cit., p.159.

criticar ou apoiar o governo instaurado, a população altamente politizada tomava as ruas para discutir abertamente a política ou para realizar manifestações.

O sociólogo, José Hebert de Souza, ao comparar a realidade brasileira e a chilena, verifica as diferenças entre um processo de ampla mobilização popular em curso naquele país e suas antigas experiências políticas no Brasil.

O Chile era inegavelmente o país de maior politização e mobilização política da América Latina, senão do mundo (...). Então compare. Quando nos 1º de Maio dizíamos, vamos fazer um comício relâmpago na Praça Roosevelt, na saída do trem, umas 30/40 pessoas que eram a própria organização diante de uma massa assustada, que passava e que via aqueles negos falando, falando, e daí a pouco, baixava a repressão. Vou passar para uma realidade onde a Unidade Popular convocava uma manifestação que quando tinha 700 mil era considerada pequena. Em que se participava de manifestações de 1 milhão em Santiago. Aí, sim, você compreendia que a política é política, como dizia Lênin, quando milhões de pessoas entram na história.¹²⁶

A “experiência chilena” entusiasmou integrantes da esquerda em diversos países da América Latina. Com o acirramento da repressão e a instauração de governos militares no continente, houve um grande afluxo para o Chile de militantes expulsos ou perseguidos em suas nações de origem, o que transformou Santiago na primeira capital do exílio. Do total de pessoas de outras nacionalidades que se dirigiram a este país, cerca de 1200¹²⁷ eram brasileiros.

Tal entusiasmo, gerado pela eleição democrática de um governo de bases socialista, eclipsou a crise que se aproximava. Os setores “burgueses”, prejudicados com o processo de nacionalização, reduziram os investimentos na produção, enquanto que o mercado financeiro internacional parou de fornecer créditos para este país. O Banco Mundial, por exemplo, não concedeu novos empréstimos para o Chile durante todo o governo de Allende.

Diante da recessão econômica, com o congelamento de preços e aumento da inflação, grande parte da população passou adquirir produtos de primeira necessidade no mercado negro. No entanto, o problema do desabastecimento de gêneros de consumo popular se agravou com a greve dos caminhoneiros que interrompeu a distribuição dos alimentos e outras mercadorias em todo o país a partir de outubro de 1972.

Neste cenário foi arquitetado um ensaio do golpe militar em 29 de junho de 1973. O episódio, conhecido como “Tanquetaço”, foi uma tentativa precipitada dos militares para assumir o governo. A ala mais radical dos oficiais saiu às ruas e posicionou tanques na entrada do Palácio de “La Moneda” para pressionar a renúncia de Allende. Tal iniciativa foi

¹²⁶ SOUZA, José Hebert. In CAVALCANTI, RAMOS, op. cit., p.95.

¹²⁷ ROLLEMBERG, op. cit., p.170.

frustrada pelo apoio do ministro do Exército, general Carlos Prats, a neutralização das ações golpistas.

No entanto, em agosto, Allende perdeu um de seus mais influentes aliados no interior da cúpula militar após a renúncia de Prats e sua substituição pelo general Augusto Pinochet. O crescimento da insatisfação nos grupos de direita culminou nos eventos de 11 de setembro de 1973, concretizando as tentativas golpistas que já estavam sendo planejadas pelas Forças Armadas desde o mês anterior. Houve, então, o bombardeio de “La Moneda” e o suicídio (ou assassinato) de Allende. Betinho relata os momentos de angústia que se seguiram à deposição o presidente chileno.

A experiência de ver a Moneda ser bombardeada, saber do assassinato de Allende dentro do palácio, o silenciamento das rádios, a invasão das ruas pelas tropas militares, os assassinatos durante a noite, os tiroteios ininterruptos noite adentro, o pânico e o significado dessa derrota de um movimento de milhões e milhões de pessoas, foi algo mais grave para mim, mais chocante que o próprio golpe de 1964.¹²⁸

Após a invasão do Palácio Presidencial, a Junta Militar iniciou uma campanha¹²⁹ contra estrangeiros, explorando o sentimento nacionalista para estimular o povo a delatá-los. Desta forma, houve uma intensa perseguição aos integrantes de organizações de esquerda nacionais ou estrangeiras. O relato da militante do movimento estudantil, Marijane V. Lisboa, aborda a desorientação causada entre os estrangeiros sediados no Chile durante o desdobramento do golpe militar.

O último mês de Chile foi vivido com sobressaltos. Pensávamos que caso houvesse um golpe e não pudesse haver resistência, poderíamos abandonar o Chile com uma certa tranqüilidade. Afinal éramos asilados, vida absolutamente legal e etc.. Nunca pensamos que a propaganda golpista fosse se basear no “perigo vermelho estrangeiro” e nos declarasse como inimigos nº1 do novo regime.¹³⁰

O Estádio Nacional se transformou em um dos cárceres para onde se dirigiram os presos políticos. No entanto, esta prisão se diferenciava das demais por realizar o registro dos detidos, diferente do que ocorria nas comissarias onde houve uma manifestação mais incisiva da violência policial e o bloqueio da interferência de organizações internacionais de defesa dos Direitos Humanos¹³¹.

Segundo Rollemberg¹³², o grupo dos brasileiros que foi preso pela Junta Militar era composto por aqueles que se encontravam legalmente no Chile e mantinham contato com partidos políticos locais, mas não procuraram refúgios acreditando que se integrariam a

¹²⁸ SOUZA, José Hebert. In CAVALCANTI, RAMOS, op. cit., p.103.

¹²⁹ ROLLEMBERG, op. cit., p.170.

¹³⁰ LISBOA, Marijane. In CAVALCANTI, RAMOS, op. cit., p.249.

¹³¹ ROLLEMBERG, op. cit., p.173.

¹³² Idem, p.172.

resistência ao golpe. Também havia aqueles que possuíam documentos atualizados e, por isso, achavam que não encontrariam dificuldades para deixar o país. Mas os militantes estabelecidos no país ilegalmente, ou os que foram banidos do Brasil, procuraram o abrigo das embaixadas tão logo quanto ocorreu o golpe.

A violência deste golpe de estado mobilizou a comunidade internacional para receber os exilados. No Chile, autoridades formaram o Comitê Nacional de Ajuda aos Refugiados¹³³ (CNAR) que atuava conjuntamente com outras entidades - como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias (CIME) e a Cruz Vermelha - para prestar socorro àqueles que tentavam deixar o país.

Uma das iniciativas desenvolvidas por estas entidades foi a criação dos “Centros de Recepção de Urgência” que possuíam condição de extraterritorialidade semelhante às embaixadas. Os refugiados que os procuravam recebiam um documento de viagem que seriam apresentados aos órgãos diplomáticos para que fosse obtida a autorização para sair do país e, por fim, eram organizadas as partidas.

Os brasileiros passaram dias de terror e insegurança em embaixadas ou presos em comissárias e no Estádio Nacional, incertos se sobreviveriam ao golpe e aguardando a transferência para outros países. Depois de determinado o país de destino, os exilados eram transferidos para refúgios onde aguardavam os salvo-condutos que lhes garantiriam a liberdade. Tais refúgios eram colocados a disposição daqueles que necessitavam por anúncios nas rádios¹³⁴.

Jaime Cardoso, um ex-militante da VPR, ficou detido no Estádio Nacional por três meses. Em seguida foi transferido para um refúgio onde aguardou a saída do país.

No segundo dia do golpe nos levaram para o Estádio Nacional. Nós ficamos no Estádio, se eu não me engano, até dezembro... de setembro a dezembro. Depois nos retiraram do Estádio e a ditadura chilena permitiu que a gente ficasse em um refúgio com a proteção da embaixada Suíça. Por ironia, eu saí com o seqüestro do embaixador Suíço e fiquei sobre proteção da embaixada Suíça no Chile até que um país resolvesse nos acolher. E agente foi para a Suécia. (...) Foi tudo supervisionado pelo Alto comissariado das Nações Unidas para refugiados. Quando eles assumiram o controle desse processo todo, começamos a nos sentir mais seguros¹³⁵.

Houve uma procura pelas embaixadas e pelos Centros de Recepção de Urgência, maior do que eles estavam preparados para receber. Há relatos de problemas de convivência nestes locais devido ao ambiente superlotado e carente de recursos que proporcionassem

¹³³ Idem, p.171.

¹³⁴ Idem, p.176.

¹³⁵ Entrevista concedida por Jaime Cardoso à autora, em 20 de julho de 2007.

condições mínimas de higiene e alimentação. Betinho conta as dificuldades enfrentadas por aqueles que procuraram abrigo na embaixada do Panamá.

Fomos à residência do embaixador, que é um apartamento de três quartos, duas salas, uma cozinha e dois banheiros, num carrinho de uma funcionária da Flacso, que nos levou até a porta. Nós com uma sacola, e quando entramos nesse apartamento tivemos que começar a fazer força desde a porta, porque quando chegamos havia lá 200 pessoas. Estava todo mundo de pé, crianças, mulheres grávidas, psiquiatras, psicopatas, de tudo. E lá fora, carabineiros, tiros. E um hemofílico para completar o povo.¹³⁶

Nos momentos que antecederam os acontecimentos de 1973, as portas das embaixadas ficaram abertas para acolher aqueles que procuravam socorro. Mas a Junta Militar logo determinou o seu fechamento e colocou agentes policiais armados para impedir a entrada de refugiados. Não raramente, os policiais atacavam estes locais, contrariando o princípio de inviolabilidade que as resguardavam.

Após este golpe de estado, a América Latina presenciou instaurações de ditaduras. Apesar do interesse dos refugiados em se manter próximos do Brasil, diante da recusa de grande parte dos governos latino-americanos em recebê-los, houve a diáspora destes grupos na Europa. A França, Suécia e Suíça foram os primeiros países que os acolheram¹³⁷.

A França¹³⁸ assumiu uma política restritiva em relação à concessão de asilo aos latino-americanos desde 1964 e tornou-se ainda mais rigorosa após maio de 1968. Mas em 1973, com o golpe de Pinochet, o governo francês adotou uma postura liberal e recebeu um número expressivo de refugiados. A partir de então, o governo iniciou o repasse de verbas públicas para organizações que cuidavam da recepção, instalação e adaptação dos exilados.

Enquanto que na Suécia, o Estado assumiu diretamente a acolha dos refugiados. Em um primeiro momento o governo os instalou no campo de Alvesta, distribuiu os recursos materiais necessários para a sua sobrevivência e forneceu bolsas de estudo para aqueles que desejassem estudar a língua local.

Tivemos uma recepção do governo sueco extraordinária. O primeiro mês eles chamavam de “Nosso Palmo”. Nos deram todo o apoio, nos vestiram completamente, a gente chegou sem nada. A assistência social nos dava uma bolsa para estudar sueco. Os que estudavam sueco tinham que estar em um acampamento no interior da Suécia, onde a gente tinha comida, assistência médica, tudo. Foi uma recepção, assim, humanitária, de solidariedade do povo e do governo sueco inesquecível¹³⁹.

¹³⁶ SOUZA, José Hebert. In CAVALCANTI, RAMOS, op. cit., p.104.

¹³⁷ ROLLEMBERG, op. cit., p.173.

¹³⁸ Idem, p.125.

¹³⁹ Entrevista concedida por Jaime Cardoso à autora, em 20 de julho de 2007.

Rollemberg considera que os brasileiros adquiriram o estatuto de refugiado apenas com a sua expulsão do continente americano¹⁴⁰. Tal conceito, elaborado a partir da *Convenção de Genebra* de 1951 e ratificado pelo *Estatuto de Refugiado* de 1961, abarca todos aqueles que se encontram fora do país de sua nacionalidade ou que não queiram se entregar a proteção deste país devido a temores fundados de perseguições empreendidas pelo governo por motivos de raça, religião, vínculo social ou opinião política.

A partir da chegada ao território europeu ocorreu a falência da perspectiva de que o retorno seria breve e, para muitos, apenas neste momento houve a percepção de que o exílio havia começado. No novo cenário, a própria necessidade de sobrevivência exigiu o desenvolvimento de outros projetos relacionados à vida profissional e, com isso, a militância deixou de ser vivida integralmente¹⁴¹.

Na Europa, os problemas de adaptação foram sentidos de forma mais contundente devido às diferenças climáticas, o despreparo para o mercado de trabalho e o próprio desconhecimento da língua. Em algumas ocasiões, organizações como a ACNUR e o CIME intermediavam a obtenção de vagas de emprego para os exilados. Outras instituições européias forneciam bolsas que permitiam o prosseguimento dos estudos e o aprendizado da língua estrangeira.

Apesar do esforço para a inserção social na dinâmica dos países europeus, muitas vezes, esta ocorreu mediante o rebaixamento profissional e social destes grupos devido a *infantilização* pela comunidade internacional e a descrença em relação a sua capacidade para o trabalho. Tal situação se manifestou de forma mais expressiva entre os militantes da geração de 68. Estes, não raramente, encontraram dificuldades em se reposicionar no mercado de trabalho já que muitos saíram do Brasil antes de completar os estudos e, assim, foram direcionados para atividades pouco especializadas. Jaime Cardoso, por exemplo, trabalhou na bilheteria do metrô na Suécia enquanto estudava.

Quando eu estudava em Gotemburgo, nas férias eu trabalhava como auxiliar de jardineiro, cortando grama naqueles grandes conjuntos habitacionais que tem lá, com grandes jardins e gramados. Eu trabalhava nisso uns dois meses por ano no verão. Depois que eu fui para Estocolmo, eu recebi também uma bolsa para estudar economia na Universidade de Estocolmo, mas aquilo já não era mais suficiente porque eu já estava com dois filhos. E comecei a trabalhar vendendo bilhetes no metro de Estocolmo, meio expediente, dava para continuar estudando.¹⁴²

¹⁴⁰ ROLLEMBERG, op. cit., pp. 39-57.

¹⁴¹ Idem, p.110.

¹⁴² Entrevista concedida por Jaime Cardoso à autora, em 20 de julho de 2007.

Situação um pouco distinta daqueles que saíram do Brasil com uma carreira profissional já definida e que, no exterior, tiveram maiores oportunidades de trabalho e puderam realizar cursos de especialização. O jornalista Arthur José Poerner, por exemplo, embora tenha recebido nos primeiros meses de exílio uma bolsa da Fundação Frederish Eindert, ligada ao Partido Social Democrata da Alemanha, pouco tempo depois foi contratado como redator, tradutor e locutor pela rádio *Voz da Alemanha*.

O contato com a ideologia que circulava entre esquerda européia permitiu a atualização destes grupos mediante a incorporação nas pautas de discussões de questões que, até então, eram pouco valorizadas pela esquerda brasileira, como a proteção do meio ambiente, a questão racial e o feminismo. A partir desta expansão do sentido de militância, as denúncias contra a violação dos direitos humanos pela ditadura brasileira e a luta pela redemocratização passaram a ocupar o espaço deixado pelo projeto de Revolução adotado nos primeiros anos da ditadura.

A análise das publicações editadas durante este período permite vislumbrar o impacto da chegada às terras européias na atualização dos projetos políticos destes grupos. Com o afastamento do continente americano há a redefinição das identidades e a superação da idéia de que o retorno seria por meio de conflitos direto com o regime militar.

A revista *Brasil Socialista* - editada trimestralmente na Suíça, entre os meses de janeiro de 1975 e de 1977 - fornecia um espaço de discussão para os exilados sobre as concepções ideológicas mantidas entre organizações de tendências Marxistas-Leninistas. No entanto, esta publicação mantém fortes vínculos com o projeto ideológico defendido no Brasil que propunha a integração às massas e a derrubada do poder por meio da força.

Já a revista *Reflexo*, editada em Estocolmo em 1978, demonstra a angústia e o pessimismo da colônia de exilados diante do prolongamento do exílio. O material reunido na publicação se apresenta mais próximos da realidade brasileira do que da própria condição de exilado e da vivência em terras estrangeiras. Através de textos ficcionais, foram narradas perseguições, prisões, torturas e arbitrariedades promovidas pelo governo militar brasileiro, até mesmo, nos recantos mais distantes do país.

4.1 Brasil Socialista

A Revista *Brasil Socialista* (ANEXO V – Brasil Socialista, 129 p.) era uma publicação teórica-política, editada trimestralmente na Suíça entre os meses de janeiro de 1975 e de 1977,

com o objetivo de construir e aprofundar a linha política de tendência operária da esquerda brasileira. O periódico também apoiava os esforços direcionados à construção de uma alternativa revolucionária para a classe trabalhadora e para o povo brasileiro por meio de uma coalizão entre organizações da esquerda proletária brasileira - como a Ação Popular Marxista Leninista (APML), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Política Operária (OP), entre outras – para assim forjar “instrumentos unitários de ação”¹⁴³.

As orientações marxista-leninistas, que defendiam o internacionalismo operário, também permeavam os princípios da publicação. Todavia, seus editores consideravam que a formação de uma Internacional Comunista deveria ser baseada no avanço das lutas revolucionárias em cada país e no amadurecimento de suas vanguardas. Eles defendiam, ainda, que o contexto das lutas que se processavam no Brasil havia determinado as condições necessárias para o desencadeamento de uma revolução aos moldes socialistas “Afirmamos que a Revolução Brasileira, por suas tarefas, por seus inimigos e pelas forças sociais nela interessadas, é socialista – ou será socialista ou não será revolução”¹⁴⁴.

Embora no decorrer da década de 1970 muitos militantes exilados tenham realizado a sua autocrítica em relação às estratégias de combate que preconizavam um confronto direto com o governo civil-militar, a *Brasil Socialista* mantém o apoio à luta armada, considerando tal alternativa como indispensável para a tomada do poder.

Defendemos a imprescindibilidade da violência organizada das massas revolucionárias para quebrar a violência reacionária organizada do Estado e vemos a luta armada como forma fundamental de luta para a tomada do poder.¹⁴⁵

Este plano de ação defendia que “os fatores decisivos para a derrubada da ditadura militar são a ação, a organização e a violência das massas trabalhadoras do país”¹⁴⁶, mas também destacava a importância do esclarecimento dos trabalhadores urbanos e rurais para que estes pudessem se mobilizar contra a exploração e lutar por melhores condições de vida e de trabalho.

Neste contexto, o periódico assume o papel de criar espaços para o debate político ideológico no interior da esquerda proletária e de realizar um trabalho sistemático de propaganda e aprofundamento das posições políticas defendidas por tais grupos. Seguindo estas orientações, a revista divulgava artigos produzidos por militantes brasileiros e estrangeiros, documentos oficiais de organizações revolucionárias, críticas literárias de

¹⁴³ BRASIL SOCIALISTA. Suíça: 1975, ano 1, n°1, p.1.

¹⁴⁴ Idem, p.2.

¹⁴⁵ Idem, Ibidem.

¹⁴⁶ Idem, p.3.

publicações marxistas e pesquisas diversas sobre temáticas relacionadas ao mundo do trabalho e a revolução.

O acervo consultado possui oito exemplares da *Brasil Socialista*, contudo devido a dificuldade de legibilidade do material foram analisados para esta pesquisa apenas o número de lançamento e o sexto exemplar. Esta amostragem permite que sejam observados os principais temas que eram discutidos e as posições ideológicas assumidas pelos autores dos artigos.

As revistas estudadas possuem 96 páginas, em média, e o texto está disposto de forma justificada. Os títulos dos artigos estão alinhados à esquerda e sua fonte possui um corpo maior do que o texto propriamente dito. E há um grande número de tabelas e gráficos completando as informações discutidas no âmbito da revista. Não foi verificada a presença de outros tipos de ilustrações como fotografias, figuras e charges.

A capa obedece a um projeto gráfico semelhante em todos os exemplares, o que proporcionava maior identidade visual à publicação. O título *Brasil Socialista* está disposto de forma centralizada entre o número da edição e seu mês e ano de publicação. Estas duas últimas informações possuem caracteres com corpo menor do que todos os outros utilizados na primeira página. Ao longo da existência da revista, o título foi publicado em caixa-alta com diferentes cores, mas não há como determinar se tal escolha era aleatória ou se havia algum vínculo com o conteúdo.

A primeira página contém ainda a citação “Organizar a resistência dos trabalhadores e construir o partido revolucionário do proletariado”, referente ao objetivo geral proposto pelo comitê editorial. Logo abaixo, cerca de quatro a seis títulos de textos publicados no interior do periódico e os seus respectivos autores foram posicionados dentro de um retângulo.

Na contracapa foram divulgadas informações editoriais - o nome da revista e a sua auto-classificação como uma publicação político-teórica. Soma-se a estes dados, a identificação da editora e da gráfica sediadas no exterior, assim como a determinação dos seus preços de venda e assinatura no Brasil e nos demais países. Estes valores foram discriminados como “ordinário” e “apoio”, sendo que o primeiro possui um valor inferior ao segundo.

Estas informações editoriais afirmam que o periódico também foi produzido no Brasil. No entanto, não há como precisar se a revista conseguia burlar a censura para circular no país. Este local também menciona o nome da gráfica e da Editora *Nouvelles Editions Populaires*, estabelecido em Lousanne, na Suíça. O apoio fornecido pela gráfica, provavelmente, contribuiu para a maior regularidade de publicação, diferente de outras que foram editadas no exterior cuja ausência desta ajuda condicionou uma existência fugaz. No entanto, não há

como precisar o grau de ingerência desta editora sobre o material divulgado e o tipo de apoio fornecido por ela.

Em algumas edições foi disponibilizado um endereço para correspondência na França. Aqueles que desejassem manter a assinatura também poderiam enviar cheques com o montante a ser pago para este endereço. Michael Terry foi designado para dirigir a revista, mas não há como afirmar se trata de um pseudônimo, se é o nome de algum colaborador ou, até mesmo, de um funcionário da editora que exercia tal atribuição.

Um número restrito de jornais e revistas analisados pela pesquisa veiculava o nome dos autores dos artigos publicados. No entanto, a *Brasil Socialista* identifica estes autores, mas retira a responsabilidade do periódico em relação às posições defendidas por eles “Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando necessariamente o ponto de vista do Comitê da Redação”. Tal atitude reafirma a intenção de transformar as páginas do periódico em um espaço de debate, mas não há como determinar qual era o critério para a escolha de tais textos.

Ainda na contracapa, há um sumário que permite a orientação da leitura mediante a identificação dos títulos dos textos em caixa-alta, sua respectiva localização no interior da revista, além de um breve resumo de seu conteúdo. Neste espaço, os autores são identificados como camaradas, um termo de caráter afetivo tradicionalmente utilizado pela esquerda socialista nas décadas de 1960 e 1970.

A última página do primeiro exemplar divulgava temas que poderiam ser discutidos na próxima edição. A análise dos exemplares subsequentes demonstra que foram discutidos pelo menos cinco dos sete temas propostos, o que pode denotar um trabalho prévio de planejamento e elaboração dos artigos, preconizando a análise de determinados fatos do cenário político latino-americano em detrimento da divulgação de notícias atuais. As edições seguintes abandonam esta estratégia e utilizam o espaço para divulgar os conteúdos publicados nos exemplares anteriores, informando o seu número e os seus respectivos textos.

O conteúdo da revista foi agrupado nas colunas *Política Nacional*, *Debate*, *Documentos*, *Economia*, *Internacional*, *Críticas de leituras e Pesquisa*. Tal identificação era veiculada no canto superior direito da primeira página de cada texto. Embora a ordem de publicação das referidas seções tenha variado ao longo da existência da revista, esta divisão procurou ser mantida. Os autores que colaboravam com artigos geralmente não eram fixos, o que pode ser explicado pela densidade dos trabalhos e pela necessidade de uma intensa pesquisa para a sua elaboração. Entre o material reunido, coexistem textos atuais e matérias

frias, como por exemplo, documentos de organizações revolucionárias e notícias veiculadas pela imprensa internacional.

Os artigos discutem diversas questões relacionadas à dinâmica interna das organizações de vanguarda e fatos importantes do cenário político latino-americano. O editorial¹⁴⁷, publicado em abril de 1976, por exemplo, analisa o golpe militar na Argentina, inserindo-o em um contexto mais amplo da atuação das Forças Armadas em diversos pontos da América Latina – Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Segundo o documento, tal estratégia visava regular os conflitos no interior das classes dominantes e fazer frente aos movimentos de massas que foram intensificados no continente pela vitória da Revolução Cubana. Para o comitê editorial, a contra-revolução impôs novas características para a luta operária, passando a exigir maior mobilização das classes trabalhadoras e solidariedade entre as forças revolucionárias latino-americanas.

A Revolução Brasileira está ligada, como unha e carne à revolução latino americana. O colonialismo primeiro e o imperialismo e as burguesias locais posteriormente, para facilitarem a opressão, a dominação e a exploração, empenharam-se em separar e dividir os povos latinos americanos. Por isso mesmo a luta revolucionária é o único caminho onde eles poderão construir sua unidade, reconhecendo, através de sua própria experiência combativa, que nossos problemas são semelhantes, nossos inimigos são comuns e nossos caminhos são convergentes.¹⁴⁸

Entre os artigos publicados na seção *Política Nacional*, há o texto *Projetos e Contradições das Classes Dominantes*¹⁴⁹, que foi elaborado pelo militante do Partido Operário, Raul Villa, em novembro de 1974. Neste texto, Villa analisa os primeiros meses do governo de Geisel, logo após as eleições indiretas ocorridas em novembro de 1974. Para o autor, a transição para este governo trouxe consigo os sinais do esgotamento de um ciclo cujas altas taxas de crescimento econômico haviam garantido estabilidade para o governo de Médici.

O endividamento externo, a inflação e a escassez de recursos estariam demonstrando que este crescimento havia ultrapassado o limite de segurança, o que reservou ao presidente a responsabilidade de implantar medidas de contenção. Estes primeiros sinais da recessão tiveram efeitos sociais sobre a ditadura, já que, a ausência de mecanismos para frear as disputas da classe dominante e das bases de apoio para sua legitimação ideológica teria criado brechas para a ampliação das lutas da classe trabalhadora.

¹⁴⁷ BRASIL SOCIALISTA. Suíça: 1976, ano 2, n°6, p.1.

¹⁴⁸ Idem, p.4.

¹⁴⁹ BRASIL SOCIALISTA: 1975, op. cit., pp. 4-14.

Embora Geisel tenha sido um integrante da tendência militar denominada “castelista”, que previa o retorno aos quartéis tão logo fosse estabelecida a ordem social, o presidente nomeou para o seu ministério figuras conservadoras provenientes dos órgãos de repressão. Do ponto de vista econômico, o presidente teria demonstrado o interesse em manter a liberalidade ao movimento do capital externo, enquanto que negligenciava o mercado interno.

Villa defende a tese de que o MDB era uma oposição consentida, tendo em vista que este partido recuava diante das ameaças de possíveis endurecimentos do regime. Neste cenário, Golbery¹⁵⁰ teria procurado sustentar uma aparência de abertura para manter uma opinião favorável de segmento das classes burguesas, mas sem realizar concessões que pudessem desencadear um processo reivindicatório mais amplo.

As eleições indiretas, em 1974, são consideradas pelo autor como uma “farsa eleitoral”, já que se interessavam no reforço das lideranças políticas estaduais através da condução ao cargo de aliados de Geisel em alguns estados. Villa também critica o papel da grande imprensa neste processo, principalmente *O Jornal do Brasil*, por apoiar a tese da redemocratização gradual, e *O Estadão*, por confundir constitucionalização e democracia.

A aparência progressista do regime também se contrastava com a manutenção da repressão às oposições e aos seus movimentos reivindicatórios. Por outro lado, a política econômica ao privilegiar o capital externo causou descontentamento entre segmentos da classe burguesa. Neste sentido, a “farsa eleitoral” teria representado a busca da ditadura por uma legitimidade democrática em um momento no qual se acirravam a insatisfação e a oposição em amplos setores da sociedade.

Alguns destes pontos foram retomados pela coluna *Debate*. Este espaço era destinado para discutir questões referentes às ideologias e aos distintos projetos revolucionários propostos pelas organizações de esquerda brasileiras. A edição de janeiro de 1975 publicou o artigo *Sobre a Frente Patriótica Antifascista proposta pelo PCB*¹⁵¹, elaborado pelo militante da Ação Popular Marxista-Leninista, Fábio de Almeida, em novembro de 1974. Neste artigo, o autor critica a proposta de uma Frente Patriótica Anti-Fascista lançada pelo PCB em novembro de 1973. Embora reconheça que o Partido tenha sido a única força social a apresentar uma proposta política global que atingisse todos os movimentos de massas, tal programa era considerado desvinculado da realidade brasileira, já que não considerava o grau de organização e de conscientização da classe operária.

¹⁵⁰ O General Golbery do Couto e Silva era partidário da linha “castelista” e, durante governo Geisel, tornou-se chefe da Casa Civil da Presidência da República.

¹⁵¹ BRASIL SOCIALISTA: 1975, op. cit., pp. 35-45.

Fábio Almeida promove uma longa discussão conceitual sobre a adoção de determinados termos no documento, como por exemplo, fascismo e burguesia. O autor avalia como inapropriada a afirmação do PCB de que a ditadura teria passado de um regime militar para o fascismo durante a transição de Castelo Branco para Médici. Segundo ele, neste período, não teria ocorrido uma alteração significativa da conjuntura econômica para a classe trabalhadora e sim para a burguesia brasileira. Esta passou a apoiar a oposição diante da falência do milagre econômico.

Este argumento foi reforçado pela afirmação de que o PCB teria tentado transplantar para o Brasil uma realidade presente em outras regiões e épocas sem, com isso, promover uma análise profunda contexto brasileiro. O partido não teria desconsiderando o desinteresse da burguesia em promover uma reforma democrática e a suposta relação de dependência mantida entre esta classe e o regime autoritário para assegurar a efetivação dos seus objetivos econômicos e político.

O autor também se concentra na análise de alguns pontos de divergência entre o PCB e a Ação Popular Marxista-Leninista, tais como o entendimento em relação à luta democrática, a tomada pelo poder, o socialismo, a política de alianças e as formas de lutas preconizadas por estas organizações. Entre tais críticas, aquela que recebe maior destaque se refere à contestação do próprio sentido da Frente proposta pelo PCB.

Para Almeida, a proposta de unir grupos com programas divergentes poderia se desviar dos objetivos centrais e limitar a atuação política de cada força mantida no interior desta dinâmica. Portanto, era necessário estabelecer um direcionamento estratégico, definindo pontos centrais que garantissem a hegemonia para a classe trabalhadora. O PCB, no referido documento, teria tratado a Igreja e o MDB como um bloco homogêneo, propondo uma política de alianças que negligenciava as relações de classe e a presença de grupos reacionários no interior de tais instituições.

Outro ponto de discussão era a linha pacifista adotada pelo PCB. Segundo o documento, as formas legais de luta reduziam o movimento de massas em um movimento de pressão dentro dos marcos impostos pelo regime. Este cenário ainda era agravado pela limitação do Legislativo diante da concentração de poderes na esfera do Executivo durante a vigência do governo militar.

Desta forma, para o autor, a proposta do PCB de criar uma *Frente Patriótica Anti-Fascista* não se baseava em uma análise científica da realidade concreta brasileira. Tal projeto não preservaria os interesses fundamentais e a posição de liderança da classe trabalhadora na condução deste processo.

Outro espaço dedicado a apresentação das concepções e ideologias acerca dos distintos projetos de revolução pelas organizações de vanguarda era a sessão *Documentos*. Na primeira edição da *Brasil Socialista*, esta sessão abrigou o artigo *Contribuições ao aprofundamento da análise das relações de trabalho na agricultura brasileira*¹⁵², desenvolvido por Paulo Wright. No entanto será analisado o texto *Nossas tarefas atuais no Movimento Operário*¹⁵³, elaborado em janeiro de 1974 pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro. O caráter oficial deste documento produzido por uma organização revolucionária o aproxima do tipo de discussões que foram travadas nesta coluna nas edições subseqüentes da publicação.

Em linhas gerais, o texto reafirma os compromissos do MR-8 com os princípios básicos da Revolução Socialista e estabelece estratégias de ação orientadas para a mobilização da classe trabalhadora brasileira propostos no Pleno de 1972. Entre estes princípios há a defesa de transformações revolucionárias de caráter socialista para superar a crise da sociedade brasileira, o papel do proletariado como força hegemônica responsável por conduzir a revolução, a preponderância da teoria Marxista-Leninista no desenvolvimento deste processo e a defesa do emprego da força e violência como estratégia direcionada para a derrubada das classes dominantes.

No entanto, este grupo critica a concepção “militarista e pequeno burguesa de revolução” que, além de não contar com a adesão das massas, provocou a aniquilação de parcelas da esquerda brasileira. Por outro lado, propõe a reconstrução partidária como uma forma de reorganizar a classe operária, já que esta se encontrava com baixo nível de conscientização e mobilização desde a instauração da ditadura militar em 1964. De acordo com o MR-8, este cenário também estaria marcado por uma crise de direção entre a classe operária, o que teria resultado em ações revolucionárias dispersas e isoladas.

Segundo o documento, a penetração desta classe deveria ser orientada por uma tática de resistência e por trabalhos de massa que responderiam os problemas impostos pela luta e também aumentariam a influência da organização entre tais grupos. Tal atividade deveria se concentrar, primeiramente, na formação de pólos nas grandes concentrações industriais e empresas para ampliar sua capacidade de influenciar o conjunto da classe operária.

Os autores discordam da idéia de que a desmobilização da classe operária teria sido causada por um refluxo diante do crescimento industrial com o Milagre Econômico, uma vez que tal retrocesso seria o resultado das derrotas sofridas pelo movimento operário no pós-64.

¹⁵² Idem, pp.46-56.

¹⁵³ Idem, pp. 15-34.

Neste mesmo sentido, também divergem das proposições que aguardam uma “explosão” de uma classe operária motivada por uma crescente insatisfação e falta de canais de comunicação. A ascensão da classe operária seria um processo retilíneo, entrecortado por avanços e recuos, no qual os operários gradualmente tomariam consciência de si e se organizariam para o desenvolvimento de estratégias de resistência.

A organização da resistência dos trabalhadores significa dar condições ao proletariado de ingressar na arena da luta política como força independente, provocando o enfraquecimento da ditadura militar e assumindo concretamente o papel de vanguarda na luta por sua derrubada.¹⁵⁴

O documento *Nossas tarefas atuais no Movimento Operário* também estabelece diretrizes para a estruturação da resistência. Entre elas, há a proposta para a criação de “Comitês de fábrica” eleitos e sustentados pela maioria dos trabalhadores. Tais Comitês se converteriam na unidade básica de organização dos operários através de uma plataforma de lutas que orientaria a sua atuação na clandestinidade e contribuiria para a propagação do movimento.

Outra reivindicação expressiva desta organização esta direcionada à formação de sindicatos livres, ou seja, órgãos classistas que se converteriam em instrumentos para a realização de lutas imediatas. Tal objetivo seria alcançado através da concretização de uma estratégia de lutas dentro e fora dos sindicatos atrelados o que incluiria um amplo trabalho de mobilização nas portas de fábricas. Os autores também propõem uma atuação mais efetiva nos bairros operários com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre sua realidade e aglutinar forças entre estes setores.

As discussões promovidas pelo documento também visavam fornecer argumentos para a criação de uma *União Comunista*. Este órgão agregaria as tendências proletárias de esquerda e centralizaria a reconstrução partidária, como também contribuiria para a formulação de um programa socialista de revolução que superaria os erros e insuficiências presentes nos programas existentes. O MR-8 considera que esta proposta era “o caminho mais acertado” para a formulação de um pólo político do proletariado, mesmo assim, pretendia manter um canal de comunicação aberto com as demais organizações de tendências proletárias a fim de discutir fórmulas para concretização destas propostas.

A revista também divulgava as idéias que circulavam ao nível internacional sobre a organização partidária estrangeira e suas diferentes concepções acerca da revolução. A

¹⁵⁴ Idem, p.26.

entrevista com Vitorio Reiser, membro do secretariado político de *Avanguardia Operaia*¹⁵⁵, é um dos exemplos dos textos publicados pelo Comitê de Redação na sessão *Internacional*.

Nesta entrevista, intitulada *Itália: Compromisso Histórico e a Esquerda Revolucionária*¹⁵⁶, Reiser discute a linha do compromisso histórico desenvolvida pelo Partido Comunista Italiano, os maiores problemas enfrentados pelos revolucionários neste país e as adaptações feitas nas antigas estratégias do Partido Comunista Italiano frente ao novo quadro político que se delineava na Itália. O autor acredita que o PCI obteve avanços na estratégia de colaboração com a democracia burguesa e no desenvolvimento das potencialidades revisionista presentes no VII Congresso Internacional, no tocante a luta contra o fascismo, a defesa do socialismo e uma política de alianças.

As novas perspectivas que se abriram para as lutas operárias na década de 60 estariam agregando a “Experiência Chilena” e a crise no regime democrata-cristão na Itália. Para este militante, o golpe no Chile teria demonstrado que as reformas promovidas por governos de esquerda para atender os interesses das classes operárias resultaram no enfrentamento com a burguesia local e internacional. Diante deste cenário, os revolucionários teriam como opções ampliar suas alianças para acumular forças necessárias a um enfrentamento global ou evitar este confronto, negligenciando os pontos polêmicos do projeto de reformas.

Para o PCI, a revolução deveria se desenvolver por etapas graduais para não por em risco a estabilidade econômica e política no país. Contudo, o internacionalismo preconizado pelas tendências euro-comunistas, baseado no reconhecimento da independência de cada Partido Comunista, além de provocar o descontentamento na URSS por enfraquecer sua margem de manobra política face aos EUA, também poderia representar o abandono das perspectivas concretas da luta revolucionária para o estabelecimento do socialismo.

Alguns artigos veiculados pela publicação discutiam a economia e a organização do trabalho no Brasil. A seção *Economia*, por exemplo, divulgava trabalhos produzidos pelos militantes sobre diversos aspectos referentes à conformação da classe trabalhadora e do processo de acumulação de capitais no Brasil e no mundo. Um dos artigos publicados neste espaço foi *Progreso técnico, acumulação de capital e mercado interno*¹⁵⁷, de Henrique Lima. O texto foi publicado em espanhol em março de 1975 na revista colombiana *Teoria y práctica na América Latina* por organizações da esquerda revolucionária latino-americanas.

¹⁵⁵ *Avanguardia Operaia* era considerada a terceira maior organização de esquerda italiana.

¹⁵⁶ BRASIL SOCIALISTA: 1976, op. cit., pp.84-91.

¹⁵⁷ Idem, pp.28-50.

O artigo debate o desenvolvimento do capitalismo no setor industrial e a sua estreita ligação com a formação do mercado interno. Analisa também, os impactos da incorporação do progresso técnico no sistema produtivo, no tocante à composição da força de trabalho e ao incremento da mais-valia, considerando que a modernização necessita de um número mais reduzido de empregados com um maior nível de qualificação. Esta situação desvalorizaria o custo do trabalho humano nas funções que agora pode ser desempenhadas por máquinas mais produtivas.

Tais máquinas alteram o ritmo de trabalho, tornando-o mais intenso e produtivo sem que seja necessário alongar a jornada de trabalho. Em 1974, 39% indústrias brasileiras operavam em plena capacidade. Tal situação condicionava a expansão industrial ao investimento no maquinário, seja substituindo ou comprando novos equipamentos. Segundo o autor, alguns indicadores sugerem que houve a intensificação do trabalho em 1968 com a ampliação da acumulação do capital e a limitação da resistência da classe trabalhadora.

Quanto mais produtiva é a indústria, maior é a proporção de trabalhadores especializados com maior nível de qualificação em relação ao conjunto da mão-de-obra empregada. A ampliação do nível de renda destes trabalhadores teria contribuído para o incremento da política econômica baseada na ampliação do crédito e da demanda de determinados tipos de produtos com maior valor agregado. Este cenário também é marcado pelo aumento da produção de bens de consumo duráveis e de sua importância para o desenvolvimento da política preconizada pelo *milagre econômico*.

A sessão *Pesquisa* também se dedicava a divulgação de produções acadêmicas sobre temas referentes ao mundo do trabalho e a estruturação de organizações revolucionárias. Entre estes trabalhos, há *Notas sobre a força de trabalho industrial da grande São Paulo*¹⁵⁸, elaborado por Luis Antônio Tovar. O artigo - apoiado nos censos industriais do IBGE e em dados do departamento estatístico de São Paulo, ambos divulgados em 1965 – descreve a classe operária paulista de acordo com sua maior área de concentração e de atuação. Eles constatarem também o crescimento acelerado deste grupo que, em 30 anos, teria sextuplicado o seu número, o que também teria sido acompanhado pelo incremento do peso desta atividade no conjunto da economia da região.

De acordo com estas informações, quase 97% da classe operária fabril se concentrava nas sub-regiões que abrigavam os municípios da Capital, ABC paulista, Guarulhos e Osasco. Nestas regiões, estaria em curso o crescimento da importância do setor moderno – metalurgia,

¹⁵⁸ BRASIL SOCIALISTA: 1975, op. cit., pp 83-96.

mecânica, material elétrico e de comunicações, transporte, química e plástico – que já empregava 56% da mão de obra da região. Tal fato, poderia ser explicado pela expansão da indústria de bens duráveis no período analisado.

A partir dos dados apresentados, Tovar realiza projeções em relação à reordenação da classe trabalhadora em São Paulo. Para o autor, prevalecia uma tendência de deslocamento das indústrias do centro para as regiões periféricas devido à saturação da capital com a elevação dos custos de produtos e serviços nesta região. Ele também previa a redução da importância da indústria têxtil no conjunto do valor de produção devido ao crescimento dos setores produtivos modernos.

Já a coluna *Críticas de Leituras* divulgava análises produzidas por colaboradores da revista sobre obras que não foram traduzidas em português ou outros trabalhos relacionados à temática do mundo do trabalho, sociologia ou economia. Entre estes textos, há *Sobre o Estado Contemporâneo e o Marxismo*¹⁵⁹, uma resenha da coletânea *L'état contemporain et le marxisme* que foi publicada em Paris.

Este texto estuda o Estado capitalista com o objetivo de compreender a relação dialética existente entre as múltiplas atividades exercidas por ele. O autor critica a idéia que limita o Estado ao seu aparato repressivo, já que tal concepção reduziria a importância desta esfera como instrumento fundamental para a reprodução das relações capitalistas mediante a manutenção da coesão social e a superação das crises internas do sistema.

Outro ponto de divergência em relação a outras ideologias marxistas seria a noção instrumental do Estado que o considerava a serviço das classes dominantes. Tal concepção, de acordo com o documento, não explicaria a concessão de benefícios à classe dominada em alguns momentos históricos. Da mesma forma, o texto contesta a teoria do “Capitalismo Monopolista do Estado” por considerar que ela era situada ao nível dos fenômenos em detrimento da exposição de suas manifestações concretas.

As especificidades do papel do Estado nos países submetidos ao imperialismo também foram destacadas pelo artigo. Segundo o autor, a autonomia destas nações era reduzida pelas relações desiguais mantidas com os países centrais e pelas pressões econômicas resultante das dívidas externas e dos déficits nas balanças comerciais.

A primeira edição de *Brasil Socialista* lançou uma *Campanha pela Vida e Liberdade de Paulo Wright*¹⁶⁰, um importante líder das classes trabalhadoras que foi preso e conduzido para a sede da Oban, em São Paulo, após o seu retorno do exílio no México. Segundo o

¹⁵⁹ BRASIL SOCIALISTA: 1976, op. cit., pp.78-83.

¹⁶⁰ Idem, p.97.

documento, apesar de o governo ter negado a detenção de Wright, notícias da prisão teriam confirmado que ele estava vivo e sofrendo selvagens torturas. O receio de que este militante fosse brutalmente assassinado nos porões da ditadura motivou a realização desta campanha, que contou com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a oposição parlamentar brasileira (MDB), a Amnesty International e a Liga Suíça pelos Direitos do Homem.

Seguindo uma orientação semelhante, o sexto exemplar do periódico divulgou um manifesto de *Solidariedade com a resistência da classe operária e do povo argentino*¹⁶¹ contra o golpe realizado neste país. De acordo com os militantes, apesar de a imprensa ter apresentado o governo militar argentino como uma salvação para a economia deste país, as medidas empreendidas pelos militares teriam atacado severamente a classe trabalhadora com intervenções em sindicatos, perseguições às comissões de fábrica, prisões e campanhas de extermínio de militantes.

Conforme pôde ser observado, a revista *Brasil Socialista* reuniu em suas páginas um material bastante heterogêneo que evidencia as permanências e rupturas neste processo de autocritica das concepções ideológicas defendidas pelas organizações revolucionárias durante o exílio. A revista preconizava a publicação de artigos baseados em um intenso trabalho de pesquisa, além de outros materiais publicados na imprensa internacional. Esta predominância de textos, às vezes produzidos com meses de antecedência, demonstra a ausência de um compromisso com as notícias factuais. Por outro lado, reforça a intenção de construir espaços para o debate sobre concepções ideológicas e planos de ação defendidos pelas organizações Marxistas-Leninistas brasileiras.

É interessante notar que, para alguns integrantes destes grupos, a condição de exílio não provocou alterações em alguns pontos significativos em seus planos de ação, como por exemplo, a defesa da maior penetração entre as classes operárias e do trabalho de massas presente no documento divulgado pelo MR-8. Não ficou claro, entretanto, o papel que o militante exilado assumiria no desenvolvimento desta revolução. Por outro lado, percebe-se uma divergência entre as organizações em relação ao uso da força e da violência para a derrubada do regime militar. Enquanto o próprio editorial da revista mantém a defesa desta estratégia de luta mesmo diante da desorganização dos grupos revolucionários no Brasil, o MR-8 considera que esta opção, tal como estava sendo desenvolvida, representava uma idéia “militarista e pequena burguesa de revolução”.

¹⁶¹ Idem, p.93.

Também merece destaque, no conjunto de textos observados, a crítica sistemática as concepções ideológicas defendidas pelo PCB, que posicionavam parcelas significativas destas organizações revolucionárias como uma oposição a este partido. Tal postura pode ser justificada pela própria origem de algumas destas organizações que surgiram a partir de dissensões no interior do PCB, motivadas pela oposição acerca do modo de se fazer a revolução que eram mantidas por este partido.

A análise da *Brasil Socialista* foi limitada pela ausência de depoimento de membros do Comitê da Redação ou, até mesmo, do público leitor da revista. Tais relatos são imprescindíveis para mensurar a importância da publicação, a sua recepção e circularidade entre os brasileiros e a estrutura organizacional do periódico. Contudo, a inclusão deste material no âmbito da pesquisa ocorreu em decorrência de sua singularidade em relação às demais publicações analisadas. A revista é uma importante fonte de análise para o estudo das rupturas e continuidades nas concepções ideológicas de organizações revolucionárias brasileiras durante o exílio.

4.2 Reflexo da Cultura Brasileira no Exílio

A revista *Reflexo da Cultura Brasileira no Exílio* (ANEXO VII – REFLEXO DA CULTURA BRASILEIRA NO EXÍLIO, 131 p.) foi editada em 1978, em Estocolmo, Suécia, por um grupo de quatro brasileiros exilados naquele país. A ideia da concepção deste periódico surgiu em 1976, durante a *Semana da Cultura Brasileira no Exílio*, realizada pelo Grupo Brasileiro pela Anistia. No entanto, devido aos próprios problemas gerados pela organização da vida no exterior, a revista foi concretizada somente dois anos depois.

De acordo com um dos integrantes da comissão editorial ¹⁶²que organizou a publicação, Jaime Cardoso, o nome da revista procurava demonstrar que apesar dos esforços direcionados a estreitar os laços com o Brasil, utilizando para este fim as iniciativas culturais, o que era produzido apenas se completaria, como uma expressão cultural brasileira, quando se processasse o retorno dos exilados.

O reflexo nunca é a própria coisa. (...) Seria difícil produzir a cultura mesmo brasileira no exílio. Reproduzir a cultura, produzir uma cultura brasileira, de raiz mesmo brasileira, no exílio. Então a gente usou um pouco o [nome] *Reflexo* para chamar a atenção de que isso só se completaria mesmo com o retorno a pátria, ao país.¹⁶³

¹⁶² A comissão editorial também era formada por Alberto de Aguiar Berquó, Luiz Carlos Guimarães e Reinaldo Guarany Simões.

¹⁶³ Entrevista concedida por Jaime Cardoso à autora, em 20 de julho de 2007.

O principal critério que orientava a escolha dos textos para a publicação buscava expressar a diversidade cultural brasileira, através da reunião de diferentes gêneros artísticos, como a pintura, desenho, fotografia e arquitetura, seguindo também as diretrizes herdadas da *Semana de 22*¹⁶⁴.

No entanto, os temas dos trabalhos reunidos na revista não eram determinados por uma decisão editorial. Segundo Jaime Cardoso, a comissão evitava qualquer tipo de censura como uma forma de respeitar a liberdade de pensamento que, durante tantos anos, foi reprimida pelo regime ditatorial brasileiro.

E tínhamos como principal critério não manter nenhum tipo de censura, nem estética, nem... Porque já éramos muito marcados pela questão da ditadura no Brasil. Era engraçado porque havia até discussão entre a gente se deveria fazer algum tipo de revisão de algum erro de datilografia. (...) A gente pedia que, na verdade, a contribuição dos conhecedores da especialização, se pode-se dizer assim, de cada um em relação a um aspecto da arte, a gente encomendava um trabalho e publicava tal qual havia chegado em nossas mãos¹⁶⁵.

A grafia adotada pelos autores era respeitada, evitava-se, até mesmo, a correção de erros de datilografia. Acreditava-se que, com isso, o resultado obtido seria a tradução do estado de espírito da comunidade de exilados.

Realmente a gente quis captar o momento da cultura no exterior. Como é que os brasileiros no exterior viviam as diferentes manifestações culturais, a fotografia, o conto. Como é que isso se reproduzia no exílio. A gente quis fazer uma fotografia disso.¹⁶⁶

Embora esta publicação tenha sido mantida através de recursos arrecadados entre os membros da comissão, ela foi produzida de uma forma mais elaborada do que outros periódicos analisados. Os textos, distribuído em 80 páginas, foram datilografados em língua portuguesa e distribuídos em duas colunas ou em texto corrido. Os títulos foram destacados pela utilização de caixa-alta.

A capa é composta pelo título da revista e foi ilustrada por uma imagem feita por Reginaldo Farias que sobrepõe recortes de anúncios de eventos culturais franceses. Na contracapa há um agradecimento a colaboração das pessoas interessadas na promoção cultural, um comunicado no qual a comissão organizadora se propõe a enviar os livros mencionados as pessoas que os solicitarem e o informe de que seria respeitada a grafia adotada pelos autores.

¹⁶⁴ Movimento Modernista que propôs a renovação da linguagem artística por meio da experimentação, liberdade criadora e ruptura com o passado. Outro traço característico deste movimento foi a afirmação romântica das tradições da nação e do povo brasileiro como base de sustentação da modernidade.

¹⁶⁵ Entrevista concedida por Jaime Cardoso à autora, em 20 de julho de 2007.

¹⁶⁶ Idem.

Neste espaço também foram dispostas informações editoriais, como o título, identificação da comissão editorial e um endereço na Suécia para o envio de correspondência. Nas primeiras páginas do periódico, há um sumário que orienta o acesso aos artigos veiculados.

Diferente de outras publicações editadas no exterior, a revista *Reflexo* identifica todos os autores que colaboraram com textos e os membros da comissão editorial. O número do ISBN demonstra que a publicação foi registrada ou que, pelo menos, houve a intenção de reconhecê-la como propriedade intelectual de sua comissão organizadora.

A publicação existiu por apenas um número, apesar da intenção expressa no editorial de que fossem organizadas outras edições. “Talvez, algum dia, a revista deixe de existir, assim como também, as causas que alimentam este involuntário exílio”¹⁶⁷. E não há informações sobre o número de exemplares que circularam na Europa, nem de como foi realizada a sua distribuição.

O principal objetivo do periódico era se converter em um instrumento de divulgação do que foi criado a nível artístico e literário no exílio para assim promover o estreitamento dos vínculos culturais com o Brasil. Seguindo estas diretrizes, foram reunidos 18 textos compostos por artigos que promoviam discussões teóricas sobre a relação entre o marxismo e as artes, além de textos ficcionais que falavam sobre o Brasil e as perseguições sofridas por alguns ex-guerrilheiros durante o período de militância.

Entre os textos teóricos há *Considerações sobre a relação entre a Arquitetura, Espaço e Tempo*, no qual Frank Svensson discute conceitos da arquitetura e historiciza a relação entre o homem e os espaços arquitetônicos a partir da evolução dos processos de conhecimento. O autor também analisa o realismo neste campo do saber, como uma integração entre os espaços e a realidade concreta, na qual a produção da arquitetura se manifestaria como uma expressão artística e cultural de uma sociedade onde as classes trabalhadoras, ao tomarem consciência de si, buscariam modificações na organização espacial para que estas atendessem aos seus interesses.

José Fernandes da Silva, em *A especificidade da arte entre outras formas de conhecimento*, propõe uma análise marxista sobre o caráter específico da arte em relação às formas de conhecimento científicas. Segundo estas concepções, a distinção entre os dois campos do saber se guiaria pelas relações estabelecidas com a singularidade, particularidade e universalidade. Embora a singularidade seja comum a ambas as dimensões, na ciência a

¹⁶⁷ Reflexo da Cultura Brasileira no Exílio, Suécia:1978, p.2.

ênfase seria dada a universalidade, enquanto nas artes a particularidade que seria valorizada. Mas estas categorias estabeleceriam entre si uma relação dialética.

Outra diferença entre estas dimensões seria a forma de representação do fenômeno. Enquanto a ciência abarcaria os nexos que procuram a determinação qualitativa dos acontecimentos, a arte promoveria a tipificação, ou seja, a representação da realidade por aquilo que lhe é mais profundo e característico. O autor considera que a promoção de tais estudos seria importante para desvendar idéias e conflitos próprios nas sociedades classistas que são travados no âmbito das artes e dos demais elementos superestruturais.

Também foram publicados no periódico 6 poesias. Entre estes textos, há o poema *Deserto*, de Ronaldo Periassu, no qual o autor compara as imagens dos desertos da América do Sul com alguns de seus sentimentos e percepções, o que pode representar a sensação de isolamento provocado pelo exílio.

Outra poesia divulgada na publicação foi uma criação de Aldo Sá Brito, ex-guerrilheiro da ALN que morreu em janeiro de 1971 em decorrência das seções de tortura que sofreu durante a sua prisão. O poema *Sem* fala de uma despedida, mas subtrai alguns elementos emocionais envolvidos neste contexto refletindo, assim, as inúmeras partidas que os militantes fizeram no decorrer de sua luta contra o governo militar, como as despedidas dos conhecidos para entrar na vida clandestina, dos companheiros mortos em combate ou após as seções de tortura, dos entes queridos durante as partidas para o exílio, entre outras.

Sem

Sem despedidas.
Muito bem: aplaudo.

Sem desperdício de lágrimas:
lágrimas são jóias.

Sem abraços apertados
e beijos
porque os abraços e beijos são atestados:
a oficialização da perda

Sem palavras
porque palavras não dizem.

Sem atos
porque atos comprometem.

Sem muita tristeza
e sem também alegria.

Sem simbolizar a natureza
porque a natureza
-todo mundo sabe- é bela.

Porque as ondas do mar –
 todo mundo sabe –
 são belas quebram
 e são do mar:
 são únicas e exclusivamente
 ondas do mar.

Sem desespero,
 sem esperança
 e sem perda de esperança – porque a gente sabe-
 é a última que morre.
 e morre.¹⁶⁸

Sem vacilar em ceder a vida.
 Sem desprezar a vida
 Sem ter medo do perigo.
 Sem se deixar prender muito aos amigos:
 Ser amigo é perigoso.

Sem versos,
 sem rima,
 sem poesia:
 hoje são todas inúteis.

Sem amor,
 sem esquecer do nosso amor.

Sem caminhar,
 nem cantar,
 nem seguir a canção:
 Vamos deixar de frescura.

Sem nada mais do que isto,
 sem sequer apenas isto.

Sem, por favor,
 por favor, sem saudade.

Sem porra nenhuma,
 adeus.

Também foram publicados dois poemas de Alex Polari, um revolucionário que foi condenado a cumprir prisão perpétua no Brasil. Em *Oceânica dos Nervos*, o autor se consome na intensidade das emoções que, provavelmente, refletem o turbilhão de sensações que habita o interior de um preso político. Enquanto em *A estupidez é o preço da eterna vigilância*, o autor, possivelmente, relata suas observações, a partir do interior de uma cela da prisão, e faz uma metáfora em relação a sociedade do período na qual a permanência de um regime “estúpido” apenas seria possível através da atuação incisiva dos órgãos de repressão.

A estupidez é o preço da eterna vigilância

¹⁶⁸ Idem, pp. 40-41.

Pronto para intervirem
 na natureza das coisas
 e na dignidade dos homens
 os soldados atentos
 armados de fuzis
 e radinho de pilha
 vigiam marcialmente
 o entardecer.

(Do lado de dentro, os prisioneiros lêem ou escrevem suas cartas)¹⁶⁹

A *Ode Brasileiro-luso-africana de um descendente de Zumbi da centésima geração e de um descendente em linha direta do assassino de Ganga Zumba, só para enganar o doutor Freud e seus seguidores*, Lúcio Flávio Uchôa, utiliza a imagem destes personagens como se quisesse retratar a história de repressão aos movimentos sociais e a herança africana na luta contra as desigualdades sociais no Brasil.

Já Nestor Peixoto Noya, em *Rum 917*, estabelece uma dicotomia entre o dentro e o fora, na qual o primeiro refletiria um vazio interior dominado pela angústia e inquietação, enquanto o fora seria o mundo exterior com sua dinâmica própria. Embora o texto seja pessimista, o autor demonstra a intenção de lutar contra a solidão que o aflige diante de sua condição de exilado.

O trabalho vai ser duro
 - abrir as portas, varrer a poeira, rebocar as paredes,
 estar presente n'algum lugar,
 sentir, pensar, amar
 (SOMENTE ASSIM A SOLIDÃO CESSA.)¹⁷⁰

As ficções buscavam retratar situações relacionadas com o Brasil ou com o próprio período da militância. Reinaldo Guarany, no conto *Ana Luisa*, que foi retirado do livro *Spleen: O fim dos tempos*, narra às angústias da prisão. Enquanto o personagem se mantém enclausurado em um apartamento como um refugiado, ele se lembra de alguns episódios de sua vida em um fluxo incessante de pensamentos.

Com a invasão de seu esconderijo, ele é levado para a tortura e posteriormente para a execução. Embora o texto seja uma ficção, apresenta uma identificação muito estreita com os acontecimentos que Guarany vivenciou no Brasil durante a militância na Ação Libertadora Nacional (ALN).

No texto *Conto*, Jessie Jane usa a ficção para falar de uma ampla revolução social. A autora simboliza a sociedade do período utilizando a imagem da “*Casa dos Mortos*”, espaço

¹⁶⁹ Idem, p.56.

¹⁷⁰ Idem, p.78.

no qual os mortos eram enclausurados em pequenas caixas fechadas por grandes cadeados que eram trancadas pelos morto-vivos.

Todas as noites os mortos se reuniam para planejar a tomada de poder que possibilitaria o estabelecimento de uma sociedade onde não haveria a exploração do seu grupo social. A acumulação de forças e de sofrimentos entre os mortos durante os séculos possibilitaria a organização de um movimento vitorioso. O *Conto* pode ser interpretado como uma metáfora para uma revolução que, por meio da mobilização das massas, possibilitaria a estruturação de uma sociedade onde não haveria desigualdades sociais.

A ficção *Santa Missão tá na Terra*, de Maria Laura de Mendonça, aborda como uma manifestação da religiosa de grupos da igreja católica mudou a rotina em uma pequena cidade no interior do sertão, destacando também a diversidade presente na composição étnica do povo brasileiro. A Missão, retratada pela autora, exerce uma função pedagógica, já que se revela como uma oportunidade da igreja para corrigir a conduta dos fiéis, através da coerção pelas imagens do inferno e da punição dos pecados em outra dimensão. Enquanto que para o povo, representa a esperança de que esta aproximação com a igreja curasse suas mazelas.

Alberto Berquó contribui para a revista com uma bem humorada crônica de futebol, intitulada *A vaca e o Urubu*, que estabelecia um paralelo entre os jogos da seleção brasileira, durante a Copa Mundial de 1978, e um treino do Vila Nova de Goiás assistido por ele em 1959. A comparação é utilizada para criticar as estratégias empreendidas pela seleção brasileira que privilegiavam as jogadas aéreas. Este texto também está presente no livro *A Região Submersa*, de autoria do escritor brasileiro Tabajaras Ruas, editado no início de 1978, em Portugal, pela editora Bertrand.

Já Luiz Alberto Sanz, no texto *Lá*, narra uma história onde a dimensão da realidade e da ficção se cruzam. O personagem principal é, aparentemente, um ator que interpretou no teatro cenas nas quais militantes políticos partiam para o exílio. Após a apresentação, o ator passa a vivenciar uma perseguição por possíveis agentes do governo.

Outra ficção que integra o conjunto de textos é o *Conto*, de Athos Pereira. O texto se remete a cidade de Jalapão - localizada em um ponto situado entre Goiás, Bahia, Piauí e Maranhão - que se insere a civilização a partir de um contato arcaico com a tecnologia. Desde a primeira bicicleta, passando pelo carro Ford 1929 e pelos aviões que cruzavam os céus da cidade, até a construção da primeira rodovia que definitivamente retirou Jalapão do isolamento, os moradores passaram a acompanhar as mudanças e buscaram compreendê-las a partir de suas realidades.

É interessante notar que, nos últimos parágrafos da ficção, o autor estabelece uma ligação com as perseguições empreendidas pelo governo como se quisesse demonstrar a irracionalidade de um regime que atingiu com a sua agressividade até as mais remotas localidades. A vítima em Jalapão foi um filósofo da cidade que tentou implantar a democracia voltariana no bordel da região. Este personagem foi preso e torturado devido acusações de um pequeno engraxate da rodoviária de Gurupi de que ele seria um comunista.

(...) Simultâneos como o tempo, três agentes da lei agarraram o infortunado Dantas. Não fosse a crise da energia ainda hoje ele estaria consumindo-se em volts. Usando e abusando dos instrumentos da verdade, os agentes da ordem queriam demonstrar que Dantas professava o euro-comunismo. Só a crise os obrigou a compreender que pelo menos em parte Dantas era inocente. Concluíram que ele era apenas euro, não oferecendo portanto grande perigo para a sociedade. Estropiado por tão rude trato, hoje Dantas navega pelas águas abstratas das curvas, elipses e esferas. Teme apenas colidir com sua própria sombra, porque as vezes tem a impressão que seu vulto é um agente da ordem. Mas vai levando, em frente, porque é preciso rodar, já que tudo é curvo e finito.¹⁷¹

No conto *O verbo*, Alberto Berquó brinca com a semântica para retratar o personagem principal cujo seu estado de espírito é expresso pelas variações do tempo verbal e outros componentes da sintaxe. O texto foi extraído do livro *El verbo e otros cuantos* do mesmo autor.

Entre os trabalhos vinculados às artes gráficas há um desenho de Eli que retrata uma mulher com pássaros saindo de seus olhos. O desenho pode representar uma ambigüidade comum aos exilados, já que, para muitos, esta condição representou a liberdade de uma vida clandestina, da perseguição, das prisões e da tortura. Ao mesmo tempo, as aves podem ser interpretadas como a expansão dos horizontes através do contato com diferentes culturas no exterior. Por outro lado, dos olhos da mulher também saem lágrimas que denotam a dor das despedidas e das incertezas sobre quando reveria os seus entes queridos.

Também há uma fotografia, possivelmente inspirada no movimento concretista, que registra uma esfera e sua sombra em um chão ladrilhado por tijolos. Foi publicado ainda um trabalho de Nestor Peixoto Noya, que retrata uma via com inúmeros cartazes afixados em uma extensa parede e uma fotografia de Reginaldo Farias que enquadra crianças brincando em uma rua qualquer.

Nas últimas páginas da *Reflexo* há um compilado de notas referentes à vida cultural da colônia de exilados no exterior que enfocava a presença de artistas brasileiros vinculados à

¹⁷¹ Idem, p.71.

arte engajada no *XI Festival Mundial da Juventude*, em Cuba. Neste evento, estiveram presentes grupos como o *Tatu Guaraná*, *Saci Pererê*, *Teatro União e Olho Vivo*.

A publicação também divulgou críticas da imprensa sueca em relação ao documentário *Quando Chegar o Momento*, de Luiz Alberto Sanz e Lars Safstron, que aborda a trajetória no exílio da militante Maria Auxiliadora de Lara Barcelos, a Dora, e o seu trágico suicídio em Berlim, em 1976. Também foi exibido no evento o filme *76 Anos*, *Gregório Bezerra, Comunista*, dos mesmos diretores.

Em anexo a revista foi editada a separata *O herói grafisonoro per capita: uma aventura no conto experimental* (ANEXO VIII - O HERÓI GRAFISONORO PER CAPITA, 132 p.) que, em suas 31 páginas datilografadas em português, abriga alguns trabalhos do autor que foram retirados do livro *As aventuras eletrônicas de um agente experimental*. A capa é constituída pelo título da separata e o nome do autor sobrepostos em um fundo fragmentado.

A contracapa desta publicação é ilustrada por um mosaico formado por recortes de fotografias que retratam agrupamentos de pessoas em diversas localidades. Na última página foi publicada a imagem de uma criança agachada e, aparentemente, subnutrida.

O material que compõe a separata é formado por poesias concretas que expressam um conjunto caótico de imagens e, ao mesmo tempo, brincam com a sonoridade e grafia das palavras para transmitir uma determinada mensagem. Os textos também abusam das artes gráficas, seja através da publicação de gravuras ou na própria diagramação do texto, visando utilizar a forma como um complemento dos significados.

Os textos foram separados por subtítulos que denotam as ações de uma ave: *A ave voa*, *A ave vem*, *A ave volta* e *A ave vê*. É interessante notar que a imagem do pássaro está presente em outros trabalhos produzidos por exilados, o que pode denotar um estado de espírito comum entre eles, já que esta imagem ilustra a liberdade e o desprendimento de suas raízes.

Embora a proposta da revista tenha sido refletir as expressões da cultura brasileira produzidas no exterior, o que se verifica é que os trabalhos publicados agregam as experiências das vivências na época da militância, o cosmopolitismo adquirido durante uma longa trajetória no exterior e o próprio processo constante de reconstrução das identidades.

O resultado é, portanto, um reflexo de uma imagem do Brasil que agrega as percepções sobre o processo cultural em curso em um país que, em alguns casos, foi deixado para trás por quase 15 anos, somadas as atualizações provocadas pelas vivências no exterior.

5.0 A Anistia e o retorno

Meu Brasil!
Que sonha com a volta do irmão do Henfil.
Com tanta gente que partiu num rabo de foguete
Chora! A nossa Pátria mãe gentil
Choram Marias e Clarisses no solo do Brasil¹⁷²

O desembarque dos brasileiros no território europeu, após a dispersão causada pela instauração de governos autoritários na América Latina, representou a derrota do projeto de militância no qual se acreditava que o retorno seria breve e mediante um confronto direto com o regime militar. Por outro lado, o contato com diferentes realidades nos distintos países nos quais os exilados estiveram estabelecidos também proporcionou a atualização e a redefinição das identidades destes grupos.

O feminismo, por exemplo, foi uma descoberta para a esquerda brasileira. Ainda na América Latina, as brasileiras puderam ver a mobilização das donas-de-casa pela direita através das “Marchas da família com Deus pela liberdade”, no Brasil, e as “Marchas das panelas vazias”, no governo de Allende, no Chile. Este quadro se contrapunha ao cenário europeu onde estava em curso um amplo processo de transformação social, influenciados pelo movimento de *Maio de 1968*, no qual as mulheres empunhavam bandeiras questionando as tradições. Com isto, temáticas específicas do universo feminino gradualmente passaram a ocupar os programas dos partidos políticos europeus, mas não assumindo o caráter assistencialista e despolitizado que possuíam anteriormente¹⁷³.

Neste contexto, foram organizadas em diferentes países associações direcionadas ao público feminino que representavam tanto este deslocamento do enfoque político e social para o campo individual¹⁷⁴, com também procuravam incorporar a tendência do movimento feminista internacional de levar a prática social para o cotidiano¹⁷⁵. Tais associações também desempenharam uma importante função na reconstrução dos laços de coesão entre as brasileiras. Uma destas associações foi o *Círculo de Mulheres Brasileiras*¹⁷⁶, criado em Paris, em 1976, com o objetivo de promover debates variados, englobando desde a inserção das mulheres na política, a sexualidade, o consumismo, até os métodos anticoncepcionais e o mundo do trabalho.

¹⁷² BOSCO, João e BLANC, Aldir. O bêbado e a equilibrista, 1979.

¹⁷³ ROLLEMBERG, op. cit., p.207.

¹⁷⁴ Idem, p.210.

¹⁷⁵ Idem, p.215.

¹⁷⁶ Idem, pp.212 – 219.

O continente africano se constituiu como outra descoberta para a esquerda naquele momento. Com a conclusão de alguns processos de descolonização durante a década de 1970 nas antigas colônias portuguesas, ocorre mais um deslocamento entre os brasileiros, mas dessa vez em busca de empregos que exigissem a profissionalização adquirida com a realização de cursos de qualificação na Europa. Rollemberg¹⁷⁷ define estes exilados como migrantes, já que as novas partidas foram motivadas pela possibilidade de obter oportunidades econômicas e profissionais mais atraentes.

A permanência durante um longo período no exterior também estimulou a organização de atividades direcionadas a atender aos filhos dos exilados, conjugando a necessidade de adaptação ao país de acolha com a preservação dos quadros de referências de um Brasil, que muitas vezes não era conhecido por estas crianças. Um exemplo destas iniciativas foi o *Clubinho do Saci*¹⁷⁸, criado em Paris em 1975, com o objetivo de suavizar os conflitos de língua e cultura vivenciados pelos filhos de brasileiros, através da organização de atividades de caráter lúdico, como uma festa de São João, Carnaval, contação de histórias e brincadeiras com personagens do folclore.

Ao longo da década de 1970 percebe-se entre a colônia de exilados o deslocamento do destaque dado as ações das organizações de vanguarda para a denúncia da violação dos direitos humanos e organização de campanhas em defesa da Anistia. Da mesma forma como a imprensa editada no exílio, tais campanhas eram orientadas para mobilizar a opinião pública internacional contra as arbitrariedades cometidas pelo governo militar.

Algumas destas iniciativas foram *O Tribunal Bertrand Russell II* e *O Comitê de Defesa dos Presos Políticos Brasileiros*. O primeiro¹⁷⁹ foi organizado em Bruxelas, em 1973, para julgar os crimes cometidos pelas ditaduras na América Latina e os sistemas econômicos atrelados a estes governos. Enquanto que *O Comitê de Defesa dos Presos Políticos Brasileiros*¹⁸⁰ foi fundado em São Paulo, em 1967, por um grupo de franceses e passou a atuar na Europa como *Comitê de Solidariedade França-Brasil*. Esta associação pressionava as autoridades brasileiras para obter informações sobre presos políticos, denunciava torturas e reivindicava a liberação de militantes detidos.

Estas ações contribuíram para a perda de prestígio, no contexto internacional, dos governos autoritários na América Latina. Soma-se a este fato o *turning point* na política

¹⁷⁷ Idem, p.58 .

¹⁷⁸ Idem, pp.220-223.

¹⁷⁹ Idem, p. 233.

¹⁸⁰ Idem, p.245.

externa norte-americana com a eleição de Jimmy Carter¹⁸¹, em 1976, defendendo uma plataforma política em favor dos direitos humanos e da liberdade de expressão. Tal estratégia visava recuperar a hegemonia norte-americana que foi fortemente abalada com a derrota na guerra do Vietnã, o escândalo de corrupção no caso Watergates e o apoio deste país a inúmeros regimes ditatoriais em diferentes pontos do globo. Os EUA iniciaram uma campanha de denúncias contra a limitação das liberdades individuais e contra as arbitrariedades cometidas pela União Soviética. Para adquirir maior credibilidade, tal campanha também deveria ser acompanhada por críticas similares aos governos latino-americanos¹⁸².

Com isto, o regime militar brasileiro perdeu um dos seus mais importantes aliados. Uma prova da alteração deste cenário foi a advertência pública de Washington ao presidente Geisel em relação à violação dos direitos humanos no Brasil. Como resposta, o governante brasileiro empreendeu algumas medidas em desacordo com a política norte-americana como, por exemplo, a assinatura de um acordo nuclear com a Alemanha, a condenação de Israel na ONU e reconhecimento da China Popular, Angola e Moçambique¹⁸³.

A falência do projeto econômico empreendido pelo governo militar, denominado de “Milagre econômico”, se configura como outro fator que contribuiu para o esgotamento do modelo de gestão política no Brasil. Tal projeto se estruturou a partir da realização de obras de infra-estrutura e da criação de mecanismos para expandir o crédito, o que possibilitou a alavancagem do setor de construção civil e a ampliação do parque industrial brasileiro. Neste período, condições externas favoráveis associadas a reformas conservadoras no governo de Castelo Branco confluíram para um crescimento acelerado da economia brasileira, obtendo taxas do PIB superiores a 10% entre 1968 e 1973¹⁸⁴.

No entanto, o ministro da Fazenda no governo do General Costa e Silva, Delfim Netto, sintetizou uma característica estrutural deste sistema com uma de suas mais conhecidas declarações “Primeiro é necessário fazer crescer o bolo, para depois dividi-lo”. Considerava-se que o aumento da concentração de renda permitiria a expansão do consumo de produtos de alto valor agregado pelas classes média e alta, o que demandaria o aumento de sua produção.

¹⁸¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. (Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1874-1985). In: FERREIRA, DELGADO, op. cit., p.246-247.

¹⁸² Idem, p.250-252.

¹⁸³ Idem, p.252.

¹⁸⁴ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. (O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In: FERREIRA, DELGADO, op. cit., p.222.

Desta forma, as desigualdades sociais seriam equalizadas ao longo deste processo pela maior geração de empregos qualificados¹⁸⁵.

Contudo, alterações na geopolítica internacional favoreceram a interrupção do crescimento virtuoso da economia brasileira. Em 1971, o governo norte-americano abandonou a conversibilidade do dólar em outro, que vinha sendo seguida desde a Conferência de Bretton Woods¹⁸⁶, em 1944, e passou a adotar o câmbio flutuante, o que resultou na maior instabilidade da moeda. Nesta década também começaram a ser sentidos os primeiros efeitos da crise internacional provocada pelo súbito aumento do preço do petróleo após a Guerra do Yom Kippur, em 1973. Ambos fatores confluíram para o aumento da dívida externa brasileira devido ao incremento da taxa de juros pelo governo norte-americano.

Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva¹⁸⁷, a crise econômica não determinou a abertura política, já que a eficiência econômica do governo Médici teria contribuído para a sua sucessão pelo General Geisel e a conseqüente adoção do projeto de distensão *lenta, gradual e segura*¹⁸⁸. Contudo, tal crise teria condicionado o ritmo da abertura devido à mobilização da opinião pública contra o regime. Desta forma, o esgotamento deste projeto de legitimação pela eficácia econômica - baseada também no arrocho salarial, combate ao movimento sindical e repressão política - também foi acompanhado pelo incremento da atuação dos movimentos sociais oposicionistas.

Neste cenário, o MDB, que antes era considerado uma oposição consentida, é legitimado como uma das lideranças no processo de transição para a democracia. Fato este demonstrado pela estrondosa vitória do partido nas eleições de 1974. Paralelamente, surgem os atentados da extrema-direita contra instituições oposicionistas, organizados por grupos de militares contrários ao processo de abertura política, como os atentados a bomba na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ambos ocorridos no Rio de Janeiro, em 1976.

Mesmo com a repressão promovida pela extrema-direita, o período assiste ao crescimento do movimento sindical brasileiro, através da organização das greves no ABC

¹⁸⁵Idem, pp.232-233.

¹⁸⁶Idem, p.234.

¹⁸⁷SILVA, Francisco Carlos Teixeira. (Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985). In: FERREIRA, DELGADO, op. cit., p. 254.

¹⁸⁸Projeto de redemocratização pactuada empreendido durante o governo do General Geisel, no período compreendido entre 1974 e 1979, que planejou o retorno dos militares aos quartéis mediante a escolha de um sucessor que atendesse os interesses desta organização, impedindo que houvesse o regresso das estruturas anteriores a 1964. Como também, previa a incorporação na nova Constituição as salvaguardas do regime para garantir o controle do processo e preservar os militares de possíveis revanchismos pelas arbitrariedades cometidas pelas Forças Armadas durante a ditadura. No governo de Geisel foram dados os primeiros passos em direção a abertura política com a supressão do AI-5 e da censura aos meios de comunicação.

paulista, em maio de 1978, e em São Paulo e em Guarulhos, em outubro de 1979. Contudo, o aprofundamento destas organizações somente aconteceu durante o governo Figueiredo.

O reforço do movimento nacional e internacional pelo retorno dos exilados também ocorreu neste período. Em meados da década de 1970, foram estruturadas no exterior diversas associações orientadas para pressionar os governos autoritários a receber os cidadãos expulsos de suas nações por perseguições políticas. Os *Comitês Brasil pela Anistia* (CBA) e a *Anistia Internacional* foram algumas das iniciativas desenvolvidas com estes objetivos.

Os CBA¹⁸⁹ foram formados em diferentes países na Europa para mobilizar a opinião pública internacional e pressionar o governo militar a editar uma *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita* que atendesse aos condenados por crimes políticos e àqueles que foram banidos pelo AI-14. Estima-se que, em 1978, existiram 18¹⁹⁰ destes comitês na Europa. Enquanto que a *Anistia Internacional*¹⁹¹ foi fundada, em 1961, pelo advogado britânico Peter Benenson e outros juristas, com o objetivo de mobilizar as comunidades internacionais contra o uso da tortura como uma estratégia de governo na América Latina e contra as prisões motivadas por questões políticas.

Esta associação desempenhou um importante papel no acompanhamento das prisões por crime de opinião e na elaboração de documentos oficiais que reuniam relatos sobre a prisão, tortura e desaparecimento de militantes políticos. Apesar destas iniciativas direcionadas ao agrupamento de informações sobre a violação dos Direitos Humanos no Brasil, o governo brasileiro desmentia tais denúncias e negava que a tortura estava sendo utilizada como uma política de Estado.

No Brasil, pelo menos desde 1967, a Anistia já estava sendo discutida nas Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas e posteriormente no Congresso Nacional. Este projeto estava inscrito no quadro geral das lutas pela restauração das liberdades democráticas. Porém, a aprovação desta lei sofreu grande resistência no âmbito militar, já que tal grupo propunha uma anistia parcial, excluindo aqueles que participaram de ações revolucionárias durante a luta armada e que não sofreram oficialmente sanções punitivas. As Forças Armadas reivindicavam, ainda, a reciprocidade deste perdão para, assim, proteger os militares envolvidos nas ações de repressão.

Apesar de tal resistência, em 1977 o movimento pela Anistia adquiriu maiores proporções, passando a englobar setores progressistas da Igreja Católica e organizações

¹⁸⁹ ROLEMBERG, op. cit., p.246.

¹⁹⁰ Idem, p.230.

¹⁹¹ Idem, p.249.

oposicionistas, como a ABI e a OAB. Reivindicava-se uma Anistia *Ampla*, que abarcasse todos os atos de oposição ao regime, *Geral*, que atendesse todas as vítimas dos atos de exceção, e *Irrestrita*, sem qualquer tipo de restrições e descriminações. Gradualmente estas manifestações tomaram as ruas das principais capitais do país, se convertendo como um dos primeiros movimentos de massa no contexto da ditadura militar¹⁹².

Em meio a estas agitações, ocorreu a sucessão de Geisel, em 1979. A transição aconteceu durante uma crise institucional na qual o ministro do Exército, general Silvío Frota, e o chefe do gabinete militar, Hugo de Abreu, lançaram mão de estratégias para a desestabilização do governo para assumir a presidência. Mas em março de 1979, com o apoio de Geisel, o General João Batista Figueiredo foi eleito tendo como algumas das principais metas de seu governo a Lei da Anistia e a retomada da abertura política. Tal medida tinha como objetivo evitar que os movimentos sociais assumissem a liderança deste processo.

Decretada em agosto de 1979 sem que houvesse ocorrido uma posterior discussão com a sociedade, a Anistia concedeu o perdão tanto para os militantes que atuaram em ações revolucionárias, como para os militares envolvidos na repressão. Com esta lei, encerra-se mais um capítulo na história destes brasileiros que foram expulsos de seu país devido suas convicções políticas consideradas “subversivas”.

O contexto da organização do retorno foi muito diferente daquele imaginado pela colônia de exilados ao longo do período passado no exterior. De uma volta na clandestinidade, com o objetivo de participar em ações revolucionárias e movimentos sociais direcionados a pressionar o governo no processo de reabertura, o retorno se tornou consentido, por meio de uma lei formulada pelo mesmo governo militar que legitimou o banimento na década anterior.

Alguns permaneceram no país no qual estiveram estabelecidos devido às lembranças traumáticas em relação ao Brasil e ao próprio processo de assimilação a estes países. Outros não retornaram de imediato, já que, embora a Anistia houvesse sido aprovada, o país ainda se mantinha sob o auspício de um governo militar com o sistema de informação e os órgãos de repressão ainda montados. Ainda houve aqueles que, devido ao comprometimento com os anos de luta pela Anistia, prepararam o retorno tão logo tiveram o conhecimento de que esta lei havia sido sancionada.

Jaime Cardoso, por exemplo, soube da notícia de que a Anistia havia saído quando estava trabalhando em uma estação de metrô na Suécia. Com a euforia causada pelo

¹⁹²SILVA, Francisco Carlos Teixeira. (Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985). In: FERREIRA, DELGADO, op. cit., P.265.

acontecimento, retornou ao Brasil ainda no final de 1979 após resolver algumas questões legais relacionadas ao apartamento alugado por ele naquele país.

Eu não me lembro exatamente... Eu me lembro de um fato, narrado em um livro do Fernando Gabeira, em que eu estava em uma cabine de controle de bilhetes no metro e liberei - acho que soube exatamente este momento - e liberei a passagem de todo mundo, não cobrava bilhete, deixava todo o mundo entrar livre. Os suecos estranhavam [Risos]. Eu falei com o Gabeira por telefone, "Os suecos estão pensando que eu estou aqui, já estou no Brasil na praia há muito tempo, não estou mais aqui". Desse momento eu me lembro muito bem. Deve ter sido quando eu estava trabalhando, porque as pessoas começaram a se ligar comentando a notícia e tinha telefone na cabine.¹⁹³

Francisco Inácio de Almeida, enquanto organizava o seu retorno para o Brasil, logo após a Anistia, se dirigiu ao consulado de Paris para retirar um novo passaporte. No entanto, foi orientado pelo PCB a carregar consigo apenas a carteira de identidade com sua verdadeira identificação, já que a posse de documentos falsos poderia lhe trazer complicações com a polícia local. Ele também foi aconselhado a ir acompanhado por um integrante do partido que já tivesse passado pelo mesmo processo para que ele pudesse lhe oferecer apoio caso houvesse necessidade. Quando foi atendido pelos funcionários percebeu resquícios do "aspecto policialesco" que alguns destes espaços adquiriram durante o exílio. Almeida chegou ao Rio de Janeiro no sábado de Carnaval de 1980, surpreendendo grande parte de seus amigos e familiares.

Para Francisco Almeida, a decisão de voltar foi orientada pelo compromisso com os movimentos de luta pela redemocratização no Brasil e pelo desejo de contribuir com o processo de transformação social em curso no país.

Evidentemente, você estabelece laços com pessoas fora do país, mas há o desejo de voltar porque você tem tudo aqui: tem a sua família, o seu local, os seus amigos, os seus companheiros de partido, o ideal que você quer desenvolver e que você saiu [do país] por causa disso. Você quer dar continuidade...¹⁹⁴

O escritor e jornalista Arthur José Poerner também retornou ao Brasil com a Lei da Anistia. No entanto, a dificuldade de encontrar um emprego no Brasil que possibilitasse a mesma estabilidade conquistada na Alemanha fez com que tivesse que prolongar a permanência naquele país. O retorno definitivo ocorreu quando foi contratado como editor de Cultura pela TV Globo, em 1984.

Pude voltar do exílio em 1979, com a Anistia. Tentei ficar por aqui, mas não apareceu nada minimamente comparável, ou minimamente seguro e permanente. Acabei voltando à Alemanha contratado pela revista *IstoÉ*, que estava surgindo

¹⁹³ Entrevista concedida por Jaime Cardoso à autora, em 20 de julho de 2007.

¹⁹⁴ Entrevista concedida por Francisco Inácio de Almeida à autora, em 07 de junho de 2008.

naquela época. O Mino Carta tinha saído da *Veja*, criou a *IstoÉ* e me convidou para ser o correspondente desta revista na Alemanha.¹⁹⁵

A decisão de voltar nem sempre representou uma tarefa fácil. Ao mesmo tempo em que o retorno representava o comprometimento com os anos de luta pela Anistia no Brasil, também implicava na necessidade de mais uma vez se readaptar a uma nova realidade. O Brasil, no alvorecer dos anos 1980, era muito diferente daquele país deixado para trás, em alguns casos, desde o início dos anos 1960. Assim como nas partidas, os retornos também promoveram rupturas e reconstruções nos processos identitários.

As revistas e jornais produzidos pela colônia de exilados, no final da década de 70, possibilitam o estudo da receptividade das notícias sobre o Brasil entre tais grupos. O jornal *Brasil mês a mês na Imprensa*, publicado em Moscou entre 1975 e 1979, realizava o acompanhamento dos fatos selecionados na imprensa brasileira que eram considerados de maior relevância para os exilados. Através das páginas do periódico pode ser percebido o incremento do nível de politização entre a classe trabalhadora e as alterações que se processavam nas relações políticas nacionais, para que assim fosse possível reestruturar as estratégias de luta quando se processasse o retorno.

Enquanto a revista *Fragmentos da Realidade Brasileira*, editada na Suécia em 1979, reflete o clima de otimismo proporcionado pela concretização da possibilidade de retorno ao Brasil com a conclusão do projeto da Anistia. A revista possibilita uma reflexão sobre questões próprias do exílio e permite entrever as influências do contato com a cultura européia para a atualização do projeto político dos exilados brasileiros.

5.1 Brasil Mês a Mês na Imprensa

O jornal *Brasil Mês a Mês na Imprensa* (ANEXO IX – BRASIL MÊS A MÊS NA IMPRENSA, 133p.) foi editado em Moscou, entre agosto de 1975 e junho de 1979, por integrantes do Partido Comunista Brasileiro. Esta publicação surgiu diante da dificuldade que os exilados se depararam em obter informações sobre o Brasil. E o seu principal objetivo era fornecer aos leitores “um resumo documental e crítico do que se publica dentro do Brasil e no exterior”¹⁹⁶ para atualizar estes grupos sobre as mudanças em curso no país, possibilitando assim a redefinição das estratégias de luta quando se processasse o retorno.

¹⁹⁶ Brasil mês a mês na imprensa, Moscou: 1975, p.1.

A idéia que deu origem ao jornal foi concebida a partir de uma visita de dois integrantes do partido ao apartamento de Luiz Carlos Prestes em Moscou. Na residência do Secretário Geral do Partido Comunista, todos os visitantes podiam entrar em contato com pastas que continham recortes de jornais organizados em folhas de papel. Os recortes eram enviados periodicamente do Brasil pela irmã mais nova de Prestes, Lygia Prestes.

Diariamente, ela recolhia nos veículos brasileiros de maior circulação, notícias que poderiam interessar a Prestes e aos demais brasileiros, utilizando como critério para a realização deste trabalho a sua sensibilidade política. Estas matérias eram recortadas, dobradas e postas em um envelope. Posteriormente, o conjunto de notícias era enviado pelo correio através de pseudônimos para um contato do PCB no exterior que o remetia ao Secretário Geral deste Partido.

Francisco Inácio de Almeida, ao entrar em contato com este material, sugeriu a Prestes que fosse utilizada a síntese das notícias como fonte para um jornal, dando destaque aos aspectos social, político, econômico e cultural. Prestes encaminhou esta idéia aos canais competentes do partido e foi determinada a gráfica onde o periódico seria impresso.

O PCB mantinha outra publicação neste período, a *Voz Operária*, que veiculava as posições do partido em relação a fatos e acontecimentos ocorridos no Brasil. O novo jornal se diferenciaria por repercutir as notícias retiradas da imprensa brasileira, mesmo de veículos considerados conservadores, o que poderia englobar como público leitor àqueles que não eram diretamente ligados ao partido.

Ele [Francisco Inácio de Almeida] bolou o seguinte: a gente faz aqui o jornalzinho 'Voz Operária', mas aqui a gente está dando a opinião do partido, opinião que a gente já se baseava no que se lia nos recortes. Mas não seria muito melhor fazer uma revista, muito bem feitinha, que isso a gente podia fazer, tecnicamente bem feitinha. Pegar os recortes, comentando, mas pegando o que os recortes publicavam (...). Fazia um apanhado, citando trechos, reproduzindo... mas fazia acompanhando uma opinião.¹⁹⁷

Segundo as memórias de Severino de Melo, ele ficou encarregado de ler os recortes de Prestes, assinalando ou reproduzindo os assuntos que eram considerados importantes. Ele não soube precisar qual era o critério utilizado para selecionar as matérias, mas acredita que utilizou a experiência adquirida nas discussões durante as reuniões do partido para fazer este trabalho. Francisco Inácio de Almeida lia esta pré-seleção e discutia com Severino a linha de análise de algumas notícias, posteriormente adaptava o material para o formato jornalístico e comentava algumas notícias.

¹⁹⁷ Entrevista concedida por Severino de Melo à autora, em 18 de maio de 2008.

No entanto, para Almeida, os organizadores da publicação se dividiam entre as editorias. Enquanto Severino ficava responsável pela economia e política, ele analisava os temas culturais e sociais. Mas a elaboração do editorial ou do texto que reunia um apanhado dos fatos mais importantes do mês era feito pelos dois.

Ele [Severino] era o diretor e eu era o editor. Só éramos os dois, então fazíamos tudo: montávamos, fazíamos os comentários e, na gráfica, depois eu era o revisor.¹⁹⁸

Dentre todo o material reunido, eram publicadas as notícias que retratassem a concretização dos fatos acompanhados ao longo do mês.

(...) Muitas vezes um fato que acontecia hoje ele não estava completo. Na sequência dos dias ele se materializava. A gente via, então, qual era o melhor texto para refletir aquele evento acontecido.¹⁹⁹

O resultado deste trabalho era um clipping e comentários de matérias publicadas em veículos de grande circulação no Brasil, como o *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, como também nos semanários *Opinião*, *Movimento* e *Crítica*, e nas revistas *Visão* e *Veja*. Estas informações eram complementadas com notícias veiculadas na imprensa estrangeira e com relatos dos brasileiros que chegavam a Europa e avaliavam a situação brasileira.

A gente tirava, colocava aspeado, o que era interessante. Um comentariozinho antes ou depois, ou sem comentários, a gente ia dando a informação para não achar que estávamos inventando uma derrota da ditadura, uma coisa importante do ponto de vista cultural, do ponto de vista social, algum movimento novo que tivesse surgido... para as pessoas verem que aquilo era um dado da realidade. Aquilo foi se tornando uma coisa empolgante devido a ausência absoluta de informações que se tinha sobre o Brasil(...). O que aparecia na nossa mão a gente pinçava o que era importante e colocava. Se aparecesse por algum outro lugar, a gente aproveitava. O importante era que tivesse a referência daquele mês.²⁰⁰

O conjunto do material publicado no periódico possibilitaria aos brasileiros estabelecidos no exterior acompanhar o desenvolvimento dos acontecimentos para entender as mudanças que se processavam no país e, assim, reestruturar suas estratégias de lutas. Outro objetivo da publicação era denunciar à comunidade internacional a violação dos direitos humanos pelo governo militar brasileiro.

Os fatos mais importantes vividos no Brasil chegavam truncados, ou não chegavam a muitos brasileiros residentes no exterior. Torna-se imprescindível acompanhar e denunciar estes fatos de forma a melhor entender as mudanças que vem ocorrendo e poder melhor contribuir na luta contra a ditadura fascista em busca de uma democracia política, econômica e social.(...) Outros indícios que nos move é o de servir a causa comum, colaborando também, dessa forma, com a difusão da luta que ocorre no interior do país, enfrentar a fúria da polícia militar em defesa das liberdades e dos direitos humanos.²⁰¹

¹⁹⁸ Entrevista concedida por Francisco Inácio de Almeida à autora, em 07 de junho de 2008.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Brasil mês a mês na imprensa: agosto de 1975,p.3.

De acordo com Francisco Inácio de Almeida, o jornal possuía uma tiragem entre 1.500 e 2.000 exemplares que foram impressos gratuitamente pelo Instituto da América Latina da Academia de Ciências da antiga União Soviética. A gráfica adotava a impressão tipográfica, na qual se organizavam tipos móveis de chumbo com o texto do periódico. Francisco Almeida verificava as provas que seriam encaminhadas para a impressão, já que, muitas vezes, os responsáveis por montar as chapas não tinham conhecimento da língua portuguesa.

A distribuição dos exemplares era feita entre os brasileiros sediados em diferentes países da Europa e América Latina, independentemente de suas orientações políticas, abarcando desta forma desde os próprios membros do partido até pessoas provenientes das mais distintas organizações. Há relatos de que alguns exemplares foram recebidos na Costa Rica e na Dinamarca.

Nós tínhamos uma lista que era a gente mandava com um determinado número de exemplares, porque a gente sabia que a pessoa recebia e repassava (...). Mario Soares²⁰² montou uma livraria [em Paris] e aquilo tinha publicações de tudo o que era exilado, em língua portuguesa e em espanhola, às vezes tinha em outros idiomas. Mário Soares começou a colocar lá o *Brasil mês a mês*, mas eu nem sei quanto ele cobrava, porque não tinha preço, não tinha dono, não tinha nada.²⁰³

Os organizadores do periódico mantinham um canal de comunicação aberto com o público leitor, recebendo sugestões sobre a organização do jornal e formas de abordagem das matérias. Estes contatos eram estabelecidos através das viagens realizadas pelos organizadores da publicação ou, até mesmo, pelas indicações dos membros do partido e de amigos que conheciam a dinâmica do jornal. No entanto, não era divulgado nenhum endereço para o envio de correspondência, a fim de manter em sigilo o lugar no qual ocorria a sua publicação.

O acervo consultado possui 46 exemplares do *Brasil Mês a Mês na Imprensa*. Para melhor compreender as padronizações e linhas de análises predominantes no periódico, deste total foram analisadas cinco edições que abarcam o jornal de lançamento, publicado em agosto de 1974, e os exemplares do mês de junho até o encerramento das atividades em 1979. As 63 páginas que compõem o periódico foram escritas em português e o conteúdo, disposto em duas colunas ou em texto corrido, discutia assuntos diversos, como a política, economia e cultura brasileiras.

Na segunda página, há um sumário que auxilia a localização dos conteúdos disponibilizados no interior do periódico. Os títulos reunidos neste sumário são destacados no

²⁰² Mário Alberto Nobre Lopes Soares foi um dos maiores combatente da ditadura que vigorou em Portugal entre 1933 e 1974. Devido a sua militância, foi preso 12 vezes e deportado para São Tomé até se asilar na França em 1970. Em 1973, ele também ajudou a fundar o partido socialista em Portugal.

²⁰³ Entrevista concedida por Francisco Inácio de Almeida à autora, em 07 de junho de 2008.

interior do jornal por seu alinhamento à direita e pelo uso de caixa-alta. Em algumas ocasiões, foi observado que o título se encontra sublinhado, ou ainda utilizaram como estratégia de realce um box ou o posicionamento do conteúdo da matéria com um recuo em relação ao título. Enquanto que os subtítulos estão posicionados de forma centralizada e podem ser destacados pelo uso de caixa-alta ou sublinhados com traços pontilhados.

As matérias eram ilustradas por um grande número de charges, variando entre seis desenhos publicados na primeira edição e outros 17 veiculados no exemplar de dezembro de 1978. O aumento deste valor no decorrer dos anos se deve à gradual percepção pelos editores do poder da imagem na transmissão das mensagens. Estas caricaturas foram divulgadas na imprensa nacional por renomados chargistas brasileiros, como o Ziraldo, Chico Caruzo e Lan.

A mesma composição gráfica da capa foi utilizada durante os quatro anos de existência do jornal. Esta era composta pelo título da revista em negrito, a citação “Resumo documental e crítico do que se publica dentro do país e no exterior” e o mês e ano em que o periódico foi editado. Apenas algumas delas apresentavam sutis diferenças em relação as demais, como por exemplo, a edição de maio de 1979 que publicou diversos mapas da América Latina juntamente com os demais componentes gráficos citados.

Os textos seguiam o estilo do jornalismo francês, conhecido como notícia comentada, que veiculava antes ou depois da notícia uma análise sobre o assunto abordado. Muitas vezes a própria seleção dos conteúdos já era uma crítica.

Nós selecionávamos o que se ajustava melhor para dar uma dimensão concreta do fato que estava acontecendo no Brasil, para que a pessoa ao ler, pudesse se identificar e tirar suas deduções. Se precisasse de uma aberturazinha, um comentário a gente fazia. Mas não forçava a barra porque o mais importante era o fato em si para que a pessoa meditasse sobre o fato.²⁰⁴

Este modelo de jornalismo opinativo reduz a importância do editorial, já que os comentários das notícias exerciam tal função. No entanto, em algumas edições pode ser verificada a presença deste texto introdutório que expressava as intenções do veículo no momento de sua fundação, um balanço dos fatos mais importantes ocorridos no mês em que o periódico seria publicado e como eles foram analisados pela equipe organizadora, assim como o comunicado do encerramento das atividades do jornal em junho de 1979.

Um exemplo destes textos é o editorial de junho de 1976, no qual os editores consideram que estariam em curso no Brasil manobras políticas desenvolvidas pelos dois campos em confronto. Por um lado, a oposição pressionava o governo a aceitar a luta no terreno político, para assim obter concessões que, embora parciais, fortaleceriam tais

²⁰⁴ Idem.

segmentos. Por outro lado, o governo atenderia algumas das reivindicações secundárias que não ameaçariam o regime, mas neutralizariam a ação da oposição.

No entanto, os editores avaliaram que a crescente mobilização da opinião pública contra a ditadura e as ações de Geisel para iniciar um diálogo no terreno político demonstravam que a iniciativa política estaria passando para às mãos da oposição. Contudo, tais grupos deveriam combater os setores adesistas e priorizar ações conjuntas para evitar assim a divisão da oposição diante deste cenário.

O dado político mais destacado entre os registrados pela imprensa em junho foi o anúncio agora oficioso de que estão em curso, entre ‘líderes credenciados da oposição e figuras de expressão do governo’, as buscas daquilo que o Secretário Geral do MDB, dep. Thales Ramalho, chamou de ‘uma fórmula capaz de evitar o agravamento das tensões acumuladas nos últimos anos’. O fato é que desta vez os porta-vozes do ‘Sistema’ não levantaram a voz para os costumeiros desmentidos e ameaça a oposição parece confirmar o interesse do governo pelo assunto.²⁰⁵

O tema que orientou este editorial foi resgatado em outras matérias divulgadas nesta edição do jornal. Podem ser citadas como exemplos, o comentário sobre o projeto da Lei Falcão e a notícia sobre a insatisfação de parlamentares arenistas diante da situação inconstitucional do país e suas reivindicações pela retirada do “andaime” do AI-5. As duas notícias demonstrariam que as lutas pela redemocratização no terreno político gradualmente estava adquirindo força.

Nas primeiras edições, o gerenciamento do conteúdo não apresentava um projeto gráfico claramente definido. Desta forma, as matérias eram divulgadas independentemente, diferente do que pode ser observado nas edições posteriores quando os conteúdos equivalentes passaram a ser agrupados em colunas fixas²⁰⁶. Os assuntos relevantes que não se adequavam a estas temáticas foram publicados com títulos próprios. Esta estratégia além de conferir maior identidade ao jornal, também visava proporcionar aos leitores a visualização das questões brasileiras por cada um de seus ângulos e, com isto, pretendia-se disponibilizar a versão mais completa o possível dos fenômenos político, social, econômico e cultural.

Alguns temas que em um primeiro momento foram publicados de forma independente, nas edições subseqüentes, passaram a ser agrupado nestas colunas fixas. Um exemplo disto foi o destaque dado, na primeira edição, a matéria *Novas denúncias sobre a tortura*²⁰⁷. Esta reportagem divulga um protesto de grupos ecumênicos da Bahia contra procedimentos arbitrários utilizados pela polícia em prisões de acusados de cometer crimes de subversão.

²⁰⁵ Brasil mês a mês na imprensa: junho de 1976, p.3.

²⁰⁶ Para fins metodológicos, considero neste trabalho como coluna fixa aquelas cujo mesmo subtítulo foi empregado em mais de 50% dos 46 exemplares editados.

²⁰⁷ Brasil mês a mês na imprensa: agosto de 1975, p.20.

Segundo dados coletados entre alguns detidos, as prisões teriam sido feitas de forma ilegal, semelhante a seqüestros, e eles teriam sido encaminhados para locais que não pertenceriam ao sistema penitenciário. Segundo estes relatos, teriam sido aplicadas torturas para se obter confissões.

A partir de 1976, os temas relacionados à violação dos direitos humanos no Brasil e ao desenvolvimento dos processos referentes a crimes de subversão passaram a ser agrupados na coluna *No mundo da violência*, que posteriormente foi substituída por *O Brasil da violência*. Esta coluna permitia que fossem acompanhados o surgimento do terrorismo de direita, durante o processo de distensão do governo ditatorial, e a gradual substituição das discussões referentes às denúncias de torturas pela divulgação da repressão policial aos movimentos sociais.

A edição de junho de 1977²⁰⁸ enfatizou a violência policial sobre as manifestações estudantis e universitárias, atribuindo destaque a invasão da Universidade Nacional de Brasília e da Universidade Federal de Minas Gerais, como também a templos católicos de Belo Horizonte e São Paulo.

Segundo o periódico, na UFMG, cerca de 1500 policiais armados cercaram o prédio da faculdade de Medicina para impedir o III Encontro Nacional de Estudantes e prenderam 348 alunos. Enquanto que na Universidade Nacional de Brasília, 3 mil policiais da tropa de choque da PM e do efetivo da Polícia Federal prenderam 100 pessoas, entre elas funcionários, professores e estudantes, levando 30 deles para locais desconhecidos.

Estas matérias foram ilustradas por uma charge de dois estudantes conversando. Enquanto um deles chorava, o outro perguntou “Que foi, bicho? Levou Bomba em alguma matéria?”, e o outro respondeu “Em todas! A Bomba era de gás lacrimogêneo”²⁰⁹.

No exemplar²¹⁰ em que houve o encerramento das atividades do jornal, foi divulgado um atentado de direita contra a apresentação da peça *A revista de Henfil*. Durante a apresentação do espetáculo foram encontradas duas granadas no palco da Escola-Parque, em Brasília.

As notícias que revelavam o posicionamento de setores da igreja católica em relação a assuntos referentes ao governo militar ou que abordavam as perseguições sofridas por eclesiásticos ligados a movimentos sociais foram agrupadas na seção *A Igreja e a Política*²¹¹. Esta coluna divulgou, na edição de junho de 1978, a opinião do presidente do conselho

²⁰⁸ Brasil mês a mês na imprensa: junho de 1977, p.21.

²⁰⁹ Idem, p.23

²¹⁰ Brasil mês a mês na imprensa: junho de 1979, p.35.

²¹¹ Brasil mês a mês na imprensa: junho de 1978, p.27.

indigenista missionário, Dom Tomás Balduino, em relação à defesa de um novo papel para a igreja cristã, que deixaria de se focar na conversão individual para atuar nas estruturas sociais. Também foram publicadas suas reivindicações a favor da concessão da Anistia ampla e irrestrita aos exilados e presos políticos.

O jornal também repercutiu as denúncias realizadas por eclesiásticos brasileiros, durante a *Conferência Del Pueblo*, no México, em relação à censura. Tal grupo afirmava que a ditadura atuou por meio da violação de correspondências, extravio de bagagens durante viagens, suspensão do funcionamento de emissoras de rádio religiosas e proibição de bispos comparecerem a programas de televisão.

*O Exército e a Política*²¹² repercutia matérias que eram publicadas pela imprensa brasileira sobre a divergência de opiniões entre os setores militares no tocante a forma de condução do governo. As declarações do ministro do Exército, o general Walter Pires, durante um debate na Câmara Federal, quando o processo de distensão do regime já estava em curso, podem exemplificar as notícias veiculadas na seção. O general teria afirmado que o Departamento de Operações Internas e o Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) era a instituição responsável pelo país não ter sido entregue aos comunistas e que este órgão agia mais de forma preventiva do que repressiva, o que lhe garantiu a vitória sobre a guerrilha.

Os assuntos referentes à economia, apenas em 1978, passaram a ser agrupado na coluna fixa *O Brasil da Economia*²¹³. Tal seção divulgava as mudanças que se processavam na economia nacional e algumas análises de especialistas sobre este assunto. Dentre as edições analisadas, são emblemáticas as conclusões do economista da Unicamp, José Serra, que ao avaliar a conjuntura brasileira daquele período, marcada pela desaceleração da taxa de crescimento, aumento da inflação, desequilíbrio da balança de pagamentos e concentração de investimentos, concluiu que esta situação era semelhante aquela vivida no pré-golpe dos anos 60.

A diferença seria que, no novo contexto, os setores conservadores não poderiam explicar a crise utilizando os antigos argumentos para o afastamento do capital estrangeiro, como a ação do movimento sindical, a demagogia eleitoral e o nacionalismo. Isto evidenciaria a queda do mito de que o autoritarismo seria capaz de impedir transtornos econômicos.

A coluna também repercutiu a análise da economista Maria de Conceição Tavares em relação ao modelo de substituição das importações. A especialista considerava este modelo

²¹² Brasil mês a mês na imprensa: junho de 1979, p.32

²¹³ Brasil mês a mês na imprensa: junho de 1978, pp.35-37

como uma alternativa temporária para a resolução do déficit na balança de pagamentos que não teria representado uma efetiva industrialização e autonomia tecnológica de empresas sediadas no país. Um estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas da USP que previa o domínio das multinacionais no setor das indústrias de bem de capitais, reiterava este argumento ao defender que as indústrias nacionais não estariam em condições de competir tecnologicamente com estas empresas.

Entre as seções fixas, também se encontra *O Brasil da cultura* que comentava assuntos referentes ao cenário cultural e denunciava a censura que a mídia brasileira esteve submetida. Um dos assuntos presente em sua pauta de discussões foi o comunicado do fim da censura prévia no dia 8 de maio de 1978²¹⁴, mantendo-se ainda sob o controle dos censores os veículos *Movimento*, *Tribuna da Imprensa* e *O São Paulo*. Enquanto que a TV e o rádio também permaneceram sujeitos aos telegramas e telefonemas que cerceavam o noticiário.

A coluna comentou o discurso proferido por David Moraes ao assumir a presidência do Sindicato de Jornalistas de São Paulo. Este pronunciamento foi proibido de ser divulgado na imprensa durante o mês de maio daquele ano. Neste discurso, o jornalista afirma que a imprensa brasileira não estava servindo a libertação do povo, já que veiculava a ideologia e os interesses de um pequeno setor da sociedade que detinha o poder político e econômico do país.

*O Brasil no exterior*²¹⁵ relatava as iniciativas de grupos de brasileiros em diversos países para divulgar as arbitrariedades do regime militar. A coluna também destacava as atividades da colônia de exilados, como a organização de Comitê de Solidariedade, a publicação de livros e a edição de periódicos. Alguns exemplos destas iniciativas são a divulgação das publicações *Brasilien Kommitten*, produzida por exilados na Suécia, o boletim *Brasil* - organizado pelo Conselho Nacional de Paz e Solidariedade de Costa Rica - e o lançamento da biografia de Gregório Bezerra na Noruega.

A coluna também comentou a *Jornada de Solidariedade* que foi promovida por jovens soviéticos e pelo comitê do Partido Comunista nas proximidades de Moscou, durante os dias 17 e 27 de junho de 1978. No decorrer do evento, foram realizados comícios e algumas exposições que buscavam retratar a vida de Prestes e do trabalhador rural no Brasil. No campo de Konsonmois, em “Orlionok”, enquanto acontecia um comício que reuniu 4 mil jovens, foi lida uma carta de Marcos Cardoso Filho relatando as torturas promovidas pelo regime militar.

²¹⁴ Idem, p.59.

²¹⁵ Brasil mês a mês na imprensa: junho de 1977, pp.59-63.

Já *O Brasil do Trabalho* era o espaço dedicado a publicação das reivindicações da classe trabalhadora e das manifestações por aumento de salário que ocorriam em todo o Brasil. Entre os assuntos abordados por esta coluna, é conferido destaque ao processo crescente de conscientização desta classe, sobretudo após o movimento grevista no ABC paulista em 1º de maio de 1978, “identificando o nível de combatividade dos trabalhadores e a sua iniciativa e capacidade de romper o cerco em que foi colocado, nos últimos 14 anos, pela ditadura”²¹⁶.

Os jornalistas constataam a ampliação do movimento grevista, que em 40 dias desde o seu início, teria se estendido para a capital paulista, grande São Paulo, Piracicaba, Campinas, além de outros estados como Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco. Segundo o documento, embora os avanços obtidos pelas greves não compensassem a perda do poder aquisitivo, de 1973 a 1974, as manifestações evidenciariam o aumento do nível de politização e de organização entre os trabalhadores na luta por seus direitos.

O essencial a se obter delas [greves e paralisações], portanto o que será duradouro serão as melhoras do nível de consciência do PCB, de organização e disposição para a luta que se conseguiu no atual momento²¹⁷.

Este espaço também repercutiu um manifesto que exigia uma imediata reforma sindical que fosse capaz de possibilitar a existência de um sindicato livre e autônomo. O documento foi assinado por representantes de 31 entidades trabalhadoras de vários estados brasileiros, entre elas, os sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Belo Horizonte e Contagem.

Com os avanços do movimento grevista, os dirigentes do setor metalúrgico de Santo André teriam chegado à conclusão de que aquele momento possibilitaria reivindicações mais duradouras como um piso salarial dissociado dos reajustes concedidos pelo governo, a estabilidade e a contratação coletiva.

A charge de uma fábrica, na qual se percebe clamores por greve em todas as janelas, ilustra a seção. Outro desenho divulgado retrata um empresário que, com uma de suas mãos, oferece trocados a um trabalhador, enquanto que com a outra lhe retira a carteira.

*O Brasil da juventude*²¹⁸ destacava as iniciativas desenvolvidas pelo movimento estudantil em todo o país para mobilizar os alunos a favor da luta contra a ditadura. Na edição de junho de 1978, por exemplo, foram divulgados eventos realizados na Universidade de

²¹⁶ Entrevista concedida por Francisco Inácio de Almeida à autora, em 07 de junho de 2008.

²¹⁷ Brasil mês a mês na imprensa: junho de 1978, p.45.

²¹⁸ Idem, pp.57-58.

Brasília. Uma destas apresentações foi a encenação de uma peça que representava o julgamento público do reitor José Carlos de Azevedo, acusado de implantar escutas na sede do diretório universitário.

Na mesma ocasião, foi realizada uma assembléia para lembrar o início de uma greve organizada no ano anterior e as séries de invasões policiais ao campus. Paralelamente, houve uma exibição de recortes de revistas e jornais referentes à violência policial empregada na repressão das ações do movimento estudantil.

*Mais um passo à frente*²¹⁹ é um exemplo das matérias que não se enquadravam no conteúdo das colunas fixas. Este artigo reuniu um compilado de notas em relação aos movimentos sociais que estavam ocorrendo no Brasil para pressionar o governo a conceder Anistia e o apoio da igreja a estas iniciativas. Este espaço divulgou ainda as discussões sobre o projeto de Anistia enviado ao Congresso Nacional pelo General Figueiredo, em 27 de maio de 1979. Tal projeto não beneficiaria aqueles que participaram de crimes de sangue, como assaltos, seqüestros e atentados pessoais.

A proposta causou polêmica entre os parlamentares, já que grupos ligados ao deputado Ulisses Guimarães, presidente nacional do MDB, eram favoráveis a uma Anistia ampla. Eles consideravam que o pior terrorismo teria sido aquele praticado nas prisões por agentes pagos pelo Estado com o dinheiro da sociedade. No entanto, outros consideravam que a proposta em si já era um começo, como por exemplo, a Presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Zerbini.

Recebemos a anistia, venha como vier. Como um resultado de uma conquista de árduos anos de lutas. Ela não é uma dádiva, benesse, e sim uma conquista de nossa luta e de todo o povo brasileiro. Usando a imagem, quando se faz um furo em uma barreira o resto vem de roldão.²²⁰

A matéria foi ilustrada por uma charge de Ziraldo que retrata Figueiredo entregando um cavalo no qual estava montado e que não possui todos os dentes para uma pessoa com correntes nos pés enquanto diz “Cavalo dado não se olha os dentes”. Ao fundo, três homens vestidos com terno dialogam “Como se chama o cavalo que ele trouxe pro pessoal”, “ANISTIA”, “Engraçado... o pai dele ganhou um igual mas com todos os dentes”.

O periódico também acompanhou o processo de eleições no Brasil através da seção *Panorama Político das Eleições*²²¹ que apenas era publicada durante o período eleitoral. A coluna evidenciou o gradual aumento da importância do MDB na condução do movimento de contestação do governo militar, a partir das vitórias obtidas nas eleições de 1974.

²¹⁹ Brasil mês a mês na imprensa: junho de 1979, p.5.

²²⁰ Idem, Ibidem.

²²¹ Brasil mês a mês na imprensa: junho de 1976, pp.11-13.

No período que antecedeu as eleições municipais, ocorridas em novembro e dezembro de 1976, foram publicadas algumas matérias que faziam projeções em relação aos seus resultados. Entre estas reportagens, há a análise de uma pesquisa realizada pela Arena nas principais capitais e cidades brasileiras revelando que, no Rio de Janeiro e em São Paulo, para cada voto destinado a Arena, oito seriam para o MDB. Em outros seis estados, embora as previsões tenham sido diferentes, acreditava-se que a oposição teria um desempenho superior a reação.

O resultado desta pesquisa gerou discussões entre os integrantes da Arena. Alguns dirigentes e parlamentares afirmaram extra-oficialmente que a situação da Arena era precária e poderia ocorrer uma derrota superior àquela sofrida em 1974. Mas o secretário Geral, Nelson Marchezan, teria afirmado que a ala governista possuía um número de deputados seis vezes maior do que o MDB e que acreditava que esta diferença seria mantida nas eleições que ocorreriam naquele ano.

Embora o periódico não tivesse como objetivo enfatizar questões diretamente relacionadas ao Partido Comunistas, o *PCB em Foco* dedicava espaço para a divulgação de documentos internos e para a análise da repercussão do partido na mídia brasileira. Entre estes documentos, havia, na edição de agosto de 1975, uma carta de Luiz Carlos Prestes intitulada *Mensagem ao Povo Brasileiro*²²². Esta correspondência expressava a posição oficial do partido em relação ao acordo de cooperação técnica entre o Brasil e a República Federal da Alemanha para a implantação de uma matriz de energia nuclear no país.

Segundo as concepções defendidas por Prestes, este acordo transformaria o Brasil em um campo de experiências atômicas e poderia envolver o país em futuros conflitos locais e mundiais. Este contrato também representaria uma afronta a soberania nacional, já que provocaria a quebra do monopólio estatal sobre os minerais radioativos e o subordinaria aos interesses dos monopólios internacionais. O Secretário Geral do PCB também criticou o governo brasileiro pela sua não adesão ao tratado de não proliferação de armas atômicas e defendeu o desarmamento internacional.

A seção *PCB em Foco*, na edição de junho de 1979, constatou a ampliação da divulgação do partido na mídia brasileira “ora com notícias detalhadas a respeito da organização, ora com declarações a respeito de sua possível legalização, ora com entrevistas de seus mais importantes dirigentes”²²³. Segundo o documento, os 15 anos de perseguições contra o partido empreendidas desde o estabelecimento do governo militar não foram capazes

²²² Brasil mês a mês na imprensa: agosto de 1975, p.22.

²²³ Brasil mês a mês na imprensa: junho de 1979, p.25.

de fazer o partido desaparecer. Com isto, a questão que se impunha com o retorno dos exilados ao Brasil não era se o PCB continuaria a existir, mas se o faria na legalidade ou na clandestinidade.

Entre as matérias sobre esta temática que foram consideradas de maior repercussão na mídia naquele mês, há uma reportagem retirada da *Veja* que discutia a situação do PCB no pós-anistia e uma entrevista de Carlos Prestes na revista *Movimento*, analisando a conjuntura política brasileira. A primeira divulgava um diálogo entre o repórter Carlos Alberto Sardenberg e o Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos, sobre o espaço de atuação política que os dirigentes do partido poderiam encontrar ao retornar ao país com a Anistia.

- Ministro, com a anistia já estão voltando os exilados comunistas, que nunca deixarão de trabalhar pela reorganização do seu partido. Eles serão presos? – perguntou o repórter.
- Não, isso não. A anistia é séria – esclareceu.
- Mas os comunistas poderão atuar politicamente?
- Podem, só não podem praticar atos subversivos previstos na Lei de Segurança Nacional.
- Por exemplo?
- Pregar a derrubada do regime e agir para a derrubada do regime.
- Fora isso, eles poderão se reunir, discutir e mesmo pedir a legalização do PC?
- Os comunistas são uma realidade. Tem-se que se conviver com eles. Quanto ao PC, um partido que não pregue a tomada do poder pela força nem atue com esse sentido, pode perfeitamente existir. Atuando democraticamente, pode funcionar.
- Uma campanha pela legalização do PCB provocaria reações? De que tipo?
- É claro que muita gente não vai gostar. Haverá preocupações na área militar. Mas com o tempo isso será absorvido desde que os comunistas não botem fogo no circo, é claro. Subversão não pode. Mas, se eles compreenderem que há uma nova realidade, então tudo irá bem. Daqui a pouco, aparece nas bancas, legalmente, aquele jornal deles...²²⁴

Luiz Carlos Prestes, em entrevista para a revista *Movimento*, discutiu desde as alterações no cenário político brasileiro ocorridas no início do governo Figueiredo às lutas desencadeadas pelos movimentos sociais. Neste artigo, o Secretário Geral do PCB afirmou que o governo de Figueiredo estava exercendo uma política continuista em relação às ações iniciadas por Geisel para a distensão do governo militar. O quê na prática consistia na manutenção da essência do regime, mas atendendo algumas das reivindicações dos movimentos de massas.

Contudo, Prestes detectou um incremento do nível de politização da classe trabalhadora devido à substituição das reivindicações imediatas em suas manifestações, pelas exigências de mudanças estruturais mais duradouras. Segundo estas concepções, apenas a mobilização das massas através de ações concretas - como passeatas, greves e protestos - possibilitaria a desestruturação do regime militar.

²²⁴ Idem, pp. 25-26.

O Brasil mês a mês na imprensa foi uma das publicações que possuiu existência mais duradoura, cerca de 4 anos. O jornal encerrou os seus trabalhos em junho de 1979, quando Prestes se transferiu para a França. Severino de Melo atribui, como possíveis razões para a existência da publicação durante este longo período, o constante abastecimento de informações pela irmã de Prestes, o tempo que os brasileiros passaram em Moscou e o apoio financeiro do Partido Comunista local para custear as despesas do jornal.

No editorial de encerramento, os editores avaliam que jornal conseguiu atender aos objetivos propostos durante o lançamento da publicação.

Apesar do relativo atraso com que a publicação era editada e chegava as mãos dos habituais leitores (circulando, geralmente, entre vários leitores um mesmo exemplar) ela - em grande parte - cumpriu o seu objetivo maior, sobretudo, no que diz respeito a ser um documento permanente dos processos sociais e políticos do país. E foi nesse caráter que passou a ser requisitada por muitos estudiosos estrangeiros da realidade brasileira. Foi através dela que muitos partidos irmãos da América Latina, puderam acompanhar os câmbios ocorridos no Brasil, nos últimos anos. (...) De uma forma ou de outra estamos convicto de termos cumprido o objetivo que nos propusemos. E, como milhares e milhares de brasileiros que, por uma razão ou por outra, foram obrigados a deixar a pátria, preparamo-nos para a volta, a breve prazo, e lá continuaremos a luta comum pela a derrota da ditadura e pela conquista de um regime de amplas liberdades democráticas²²⁵.

Portanto, mais do que atualizar os exilados sobre os acontecimentos ocorridos no Brasil, durante seus quase quatro anos de existência, o jornal contribuiu para o reforço dos laços de coesão entre a colônia de exilados e para a reafirmação da identidade vinculada à militância. Através da divulgação dos textos, eram formadas redes de informações que se ocupavam em acompanhar as notícias sobre o Brasil para assim poder redefinir as estratégias de luta quando se processasse o retorno. Neste processo, a busca por dados de uma realidade distante daquela vivenciada por estes grupos se transformou em uma linguagem comum entre militantes provenientes de diversas organizações políticas.

5.2 Fragmento da cultura brasileira

A revista *Fragmento da cultura brasileira* (ANEXO XII- FRAGMENTO DA CULTURA BRASILEIRA, 136 p.) foi publicada na Suécia, em 1979, com o objetivo de registrar a diversidade das produções artísticas elaboradas por exilados. Embora estes militantes estivessem residindo em outros países, produziam uma parte da cultura brasileira que apenas se completaria com o retorno ao país de origem: “Temos consciência de que a

²²⁵ Idem, p.4.

revista, já neste número, capta com fidelidade uma parte da cultura brasileira, e, dessa maneira, também passa a integrar seu todo”²²⁶.

A publicação foi mantida com recursos próprios, mas não há informações sobre o número de exemplares que circularam na Europa e de como o público de leitores obtinha os exemplares. Um dos organizadores, Jaime Cardoso, também não se recorda se os editores conseguiram vender a revista em livrarias freqüentadas pela colônia de exilados.

As informações editoriais impressas na contracapa afirmam que a periodicidade da revista era de três publicações anuais. Mas o que se verifica é que ela circulou por apenas uma edição, já que foi publicada após o decreto da Anistia e muitos brasileiros retornaram ao Brasil, entre eles o próprio Jaime Cardoso, que voltou ainda em 1979.

A *Fragmento* foi produzida de forma mais elaborada do que outras publicações editadas no mesmo período, e há a menção do ISSN, demonstrando a intenção de registrá-la. A capa foi ilustrada por uma fotografia de parte de um rosto feminino, simbolizando o próprio título da revista.

O periódico foi datilografado em português e possuía 108 páginas. Os textos foram elaborados pela comissão de editores, por colaboradores que conheciam os organizadores ou por aqueles que enviavam materiais para o endereço divulgado na contracapa.

A escolha dos textos buscava representar a diversidade da produção cultural brasileira no exterior por meio da reunião de expressões artísticas diversas – como fotografia, desenho, literatura e poesia. Entre as primeiras, há tanto fotografias de caráter artístico – como aquelas assinadas por Nestor Peixoto Noya e Reginaldo Faria – quanto trabalhos de fotojornalismo que registravam o Simpósio “Brasil no limiar da década de 80” e as entrevistas realizadas com algumas personalidades, deixando assim entrever um pouco do cotidiano deste grupo.

No conjunto destas imagens, causa um grande impacto a fotografia da escultura do Cristo crucificado, que ilustrou a entrevista do artista plástico Guido. Seus punhos fechados e pregados na cruz simbolizam a força daqueles que lutaram pela democracia no Brasil, enquanto a dor expressa em sua face e o corpo posicionado de forma tensionada sintetizam o drama da tortura.

Grande parte dos desenhos abordava as incertezas e as expectativas em relação ao retorno ao Brasil. Uma das figuras, assinadas por Otto Hopf, retrata uma criança parada no que poderia ser uma viela de uma comunidade brasileira. Outro desenho do mesmo autor exibia, em primeiro plano, um grupo de soldados segurando papéis em torno de fragmentos da

²²⁶ *Fragmento da cultura brasileira*, Suécia: 1979, n. 1-2, Editorial.

bandeira nacional e, no fundo, outro soldado vigiava um corpo pendurado no pau-de-arara de uma cela.

O chargista Args também publicou alguns de seus trabalhos na revista. Entre eles, havia uma figura de um personagem carregando a cruz do exílio em direção ao Brasil. O sol que nascia ao fundo representava as esperanças e as expectativas do retorno. É importante ressaltar que a cruz possuía rodinhas, demonstrando que o fardo, enfim, se tornou mais leve. Outro trabalho do autor retratava um homem cruzando a fronteira da Europa para o Brasil, se escondendo atrás de sua bagagem, enquanto pensava “...Esse negócio de terminar com o exílio sem Anistia só pode ser mais um Milagre Brasileiro”²²⁷.

As poesias reunidas na publicação abordam temáticas distintas – como a sexualidade, o feminismo, o cosmopolitismo e a questão racial. No entanto, algumas delas supervalorizam a forma na construção de sentidos, ao brincar com a sonoridade e a grafia das palavras para a transmissão da mensagem. O “Poema Manchado”, traduzido do francês por Pedro Vianna, por exemplo, enfatiza aspectos étnicos ao associar cores e objetos.

o quarto
 branco
 o céu
 branco
 os móveis
 brancos
 meu corpo
 negro
 no seu sangue
 vermelho²²⁸

Seguindo o objetivo de divulgar a cultura brasileira produzida no exílio, grande parte dos textos de ficção aborda as vivências e questões brasileiras. Com isto, ficam em segundo plano as temáticas referentes à própria condição do exilado e ao dilema da reinserção na realidade política e cultural nos países de acolha após a saída abrupta do Brasil.

O conto “Ela”, de Luiz Alberto Sanz, expressa o drama de uma mulher à procura de seu marido em Copacabana, incerta se ele foi capturado pelos militares e se o veria novamente. Já Maria Luiza Pinto de Mendonça, em “Santa Missão tá na Terra”, narra as mudanças provocadas por um evento religioso na dinâmica de uma cidade no interior do

²²⁷ Idem, p. 99.

²²⁸ VIANNA, Pedro. “Poema Manchado”. Paris, 28.XI.78 (traduzido do Francês pelo autos). In. *Fragmento da cultura brasileira*, op. cit., p. 101.

Brasil. O texto é uma continuação de um conto, de mesmo nome, publicado na revista *Reflexo*²²⁹, em 1978.

O texto “Buti ou o sonho frustrado de crioulo ou a vingança do judeu”, de Maria Auxiliadora Lara Barcellos, a Dora, conta a história de um rapaz que se inscreveu no Exército brasileiro, mas foi assassinado nos porões da ditadura após ser denunciado como comunista por um colega. Este texto foi publicado em memória à autora, que se suicidou em Berlim, em 1976, quando tinha 31 anos.

Já Affonso Romano de Sant’Anna, em “Que País é esse?” (ANEXO XIII- QUE PAÍS É ESSE?, 137 p.), registra suas impressões em relação ao golpe militar no Brasil quinze anos depois, e divulga suas percepções sobre algumas ações de resistência que foram organizadas naquele período. Segundo a revista, o texto faria parte de um livro que seria lançado em 1979²³⁰, reunindo depoimentos referentes ao exílio e aos quinze anos da ditadura brasileira.

Os acontecimentos considerados relevantes para o grupo de leitores eram registrados na sessão *Notícias*. Nesta edição, foi avaliado o simpósio *Brasil no limiar da década de 80: Situação atual e opções de desenvolvimento*, que ocorreu em Estocolmo, em 1978. O evento foi organizado pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Estocolmo, para discutir o Brasil do futuro, enfocando questões relacionadas à democracia e à crise do autoritarismo.

Participaram do encontro figuras notórias da militância política brasileira – como o ex-governador Leonel Brizola, o ex-deputado Márcio Moreira Alves, o ex-deputado Gregório Bezerra, um dos ex-diretores da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e também ex-deputado, José Talarico, entre outros. O Simpósio ponderou sobre o papel do movimento sindical após a abertura política. Além disso, analisou a imprensa brasileira e o seu papel na luta contra a censura, por meio da discussão do relatório elaborado pela Comissão de Liberdade de Imprensa da ABI.

Diferente do que foi observado em outras publicações editadas no exílio – cujas seções de notícias divulgavam os avanços da luta armada no Brasil, manifestações sindicais, violações dos Direitos Humanos e a situação político-econômica brasileira –, a revista publicou o balanço de um simpósio para discutir o futuro do país. A recorrência de tal

²²⁹ A revista *Reflexo da cultura brasileira no exílio* foi editada na Suécia em 1978 por alguns integrantes da comissão editorial da publicação *Fragmento da realidade brasileira*, com o objetivo de divulgar as produções de caráter artístico-literário dos exilados.

²³⁰ O livro, publicado em 1979 pela editora Codecri com o título *O que é isso Companheiro?*, narra a atuação de Gabeira no seqüestro do embaixador norte-americano em 1969.

temática demonstra que esta preocupação se tornou comum entre os brasileiros na medida em que se concretizavam as possibilidades de retorno ao Brasil.

A *Fragmento* também publicou duas entrevistas com intelectuais e artistas plásticos brasileiros. Um dos entrevistados foi o artista Guido, que em 1969, quando ainda morava no Rio de Janeiro, começou a esculpir esculturas do Cristo crucificado, feitas de resina plástica e cimento. Essa iniciativa, em um primeiro momento, tinha o objetivo de arrecadar recursos materiais para garantir a sua sobrevivência. No entanto, os Cristos passaram a adquirir formas mais dramáticas devido ao caráter tenso da vida em clandestinidade e à prisão do próprio Guido e de alguns dos seus amigos: “Acho que estes fatos levaram-nos, inconscientemente, a torturar os Cristos”²³¹.

Outro entrevistado foi Arthur José Poerner, um jornalista e escritor que trabalhou no *Correio da Manhã*, jornal conhecido por sua oposição ao regime militar. Nesta entrevista, Poerner discutiu o drama da perda dos vínculos identitários com o Brasil após os anos vividos no exterior.

O exílio é um drama, ele é fundamentalmente um drama de desenraizamento.(...) Ele te retira de uma situação em que você está estabilizado, de uma forma ou de outra, para te lançar num país completamente estranho, como um anônimo. Você, que em seu país já teve uma carreira, vira de novo criança, porque fala errado a língua do novo país e é motivo de chacota quando troca as palavras²³².

Esta discussão esteve tão presente na comunidade de exilados que estimulou a realização de inúmeras iniciativas de resistência à assimilação pela cultura estrangeira. Muitas destas atividades foram empreendidas por grupos de solidariedade formados por brasileiros, como o *Clubinho do Saci* e o *Grupo de Cultura do Comitê Brasil pela Anistia*²³³.

A preocupação com a preservação dos laços de coesão cultural com o Brasil, principalmente entre os filhos de exilados, também pode ser vislumbrada na entrevista cedida por Poerner. Para o jornalista, as estratégias de manutenção dos vínculos identitários com o Brasil eram importantes para facilitar a integração das crianças ao país quando se processasse o retorno.

Eu também vivi o terror de ver meus filhos se desenraizarem. Forçava-os a comer comidas brasileiras, a seguir os hábitos brasileiros, até os hábitos maus, e principalmente por causa deles é que eu voltei para o Brasil, para que eles não se desenraizassem mais, porque o “*déraciné*” acaba sendo estrangeiro para sempre²³⁴.

²³¹ *Fragmento da cultura brasileira*, op. cit., p. 63.

²³² *Idem*, p. 17.

²³³ ROLLEMBERG: 1999, op. cit., pp. 247-48.

²³⁴ *Fragmento da cultura brasileira*, op. cit., p. 22

Ao mesmo tempo, o *Grupo de Cultura do Comitê Brasil pela Anistia* e os trabalhos do artista plástico Guido, por meio da discussão de diferentes expressões artísticas e do cenário político brasileiro, promoviam uma arte engajada, direcionada ao combate da perda de referências e a luta pela redemocratização do Brasil.

O contato com a esquerda européia permitiu um novo olhar sobre o que era produzido nacionalmente no âmbito cultural. Ao mesmo tempo, proporcionou a atualização dos projetos políticos dos militantes através da incorporação de novas questões, como por exemplo a emancipação feminina, o respeito ao homossexualismo, a proteção do meio ambiente e o combate à discriminação racial. Muitas destas questões foram abordadas pela *Fragmento*.

Um artigo de Jeni Vatsman, denominado “Opressão feminina”, critica a abordagem evolucionista da análise teórica marxista em relação à opressão da mulher. Para a autora, com o estabelecimento do socialismo o trabalho poderia perder o caráter de mercadoria e a reprodução social da força de trabalho passaria a ser considerada como uma necessidade estrutural, e não um problema feminino. Entretanto, estas condições não seriam suficientes para a emancipação da mulher, já que isto também dependeria de outros fatores de ordem cultural e ideológica. Já o poema de Jessie Jane, intitulado “Prendas domésticas”, aborda a necessidade da conscientização das mulheres na luta por melhorias sociais mais amplas.

(...)[A mulher do operário] Descobre
 Porque seu homem ganha tão pouco
 Morre no andaime
 Trabalha dobrado
 Ganha minguado
 Sai do silêncio
 Grita a injustiça
 Clama pelo amor
 Força que seu homem segure sua mão
 E junto exijam
 Seu pedaço de mundo
 E de posse dele
 Juntem-se aos outros²³⁵
 E construam um novo²³⁶

Sob outro olhar da questão, Luiz Alberto Sanz, durante a entrevista concedida por Poerner, relata os conflitos gerados na dinâmica familiar dos latino-americanos devido à aquisição de maiores liberdades pelas mulheres na sociedade européia e à conseqüente revisão de valores que isto implica.

Os primeiros anos dos chilenos que chegaram por aqui foram anos de separação de casais, porque as mulheres entravam na sociedade, começavam a trabalhar, ter valor social e viam ser reconhecidos os seus direitos. O marido não aceitava isso²³⁶.

²³⁵ Idem, p. 84.

²³⁶ Idem, p. 20.

O contato com as ideologias européias permitiu a incorporação de novas questões à pauta de reivindicações empreendidas pelo feminismo na comunidade de asilados. Rompeu-se com a idéia de que a emancipação feminina viria com o socialismo, e da mesma forma foram agregadas aos programas dos partidos políticos novas exigências específicas do universo feminino, “longe da despolitização das sexistas e do papel assistencialista que, muitas vezes, os comunistas atribuíram a mulher”²³⁷.

Naquela época a questão feminina foi uma descoberta para a esquerda no Brasil. É claro que já existia de forma mais incipiente no Brasil o problema da questão da mulher. Mas viver na Suécia, isso foi um contato muito forte, porque a Suécia estava muito avançada em relação à questão da mulher, da igualdade dos sexos, do trabalho, do rendimento, do salário etc. E das outras questões da opressão feminina, cultural e da família²³⁸.

Assim como o feminismo, a luta pelo respeito ao homossexualismo também adquiriu maior expressão na Europa. Apesar de a esquerda, durante a ditadura, ter sido liberal na política e em relação à sexualidade, também era conservadora nos costumes. O uso de drogas e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo eram freqüentemente condenados por estes grupos. Por isso, apenas no exílio alguns militantes conseguiram se assumir como homossexuais.

Ainda que este tema permanecesse como um tabu, os debates em relação à homossexualidade passaram a ser discutidos em uma dimensão mais ampla. Esta questão começou a ser abordada como uma decisão pessoal que atingia toda a humanidade em graus distintos. Com isto, a opção sexual passou a ser encarada como um direito de exercer plenamente a sexualidade através da crítica às ideologias herdadas da moralidade burguesa²³⁹.

Outro ponto de destaque nos textos publicados foi a releitura da questão racial entre a esquerda brasileira. Assim como ocorreu em relação ao feminismo, estas lutas passaram a reforçar as reivindicações por uma nova inserção social, paralelamente as exigências no âmbito econômico. Tal luta passou a demandar a maior valorização do negro na sociedade.

Quem é negro ou trabalhador manual no Brasil sente o exílio e os países do norte da Europa como uma ascensão, porque o nível de racismo que se sente na Europa Ocidental é menor que no Brasil e as condições para os trabalhadores manuais são melhores do que as do Brasil²⁴⁰.

Apesar disso, há alguns relatos de ex-asilados que, no Brasil eram considerados brancos, em terras estrangeiras sentiram uma relativa discriminação pela cor da pele.

²³⁷ ROLLEMBERG: 1999, op. cit., p. 207.

²³⁸ Entrevista concedida por Jaime Cardoso à autora, em 10 de julho de 2007.

²³⁹ ROLLEMBERG: 1999, op. cit., p. 227.

²⁴⁰ *Fragmento da cultura brasileira*, op. cit., p. 20.

Os morenos, que são considerados brancos no Brasil, sentiam eventualmente alguma manifestação racista mais ou menos forte. Mas nada, como disse o... A gente o chamava carinhosamente de Negão, Negão dizia que a gente estava descobrindo aqui [na Suécia] aquilo ele já conhecia de forma muito pior no Brasil²⁴¹.

Como já foi analisado, o drama em relação à perda dos vínculos identitários com o Brasil foi sentido de forma contundente pela colônia brasileira. No entanto, o período vivido no exterior permitiu a expansão dos horizontes destes grupos mediante o contato com diferentes culturas, tornando o asilado um cidadão cosmopolita. Tais questões também foram abordadas pela revista.

O poema “Paris-Stockholm, via Rome”, traduzido do francês por Pedro Vianna, expressava o sentimento de que estas andanças por diferentes países contribuíram para tornar o exilado um cidadão do mundo.

(...) cada um de nós tem uma casa
nas mais importantes cidades
pois cada uma é, para nós, a nossa casa
Damos a volta no mundo
de trem, de navio ou de avião
como quem vai ao bar da esquina
Nós vivemos um pouco em toda a parte
norte, sul, leste, oeste
como os artistas de um circo (...)²⁴²

A revista *Fragmento* foi publicada após o decreto da Lei da Anistia, quando alguns brasileiros já estavam retornando. As entrevistas publicadas permitem vislumbrar a consciência da redefinição do papel desta oposição, que se estruturou no exterior, com a abertura política.

A fase de mais trabalho aqui fora [foi] quando a repressão estava muito forte no Brasil e não havia perspectiva clara de abertura política; quando então nós, aqui no exterior, tínhamos que falar aquilo que o nosso povo não podia falar. Agora, quando começa a abrir a possibilidade de trabalho no Brasil, a nossa atividade consiste mais em dar certo apoio ao que se faz lá.²⁴³

Guido acreditava que, quando voltasse ao Brasil, utilizaria as experiências adquiridas nos países por onde passou para dar prosseguimento à militância.

Aqui eu aprendi a utilizar técnicas de produção de arte que não tinha aprendido no Brasil. De forma mais concreta, estaria pintando painéis nos muros das ruas que nem eu vi no Chile; estaria tentando organizar brigadas de pintura, estaria tentando imitar os exemplos da pintura na Itália e na Espanha. Ou faria como está fazendo meu amigo Sanfurgo na Itália com os sindicatos: painéis de criação coletiva²⁴⁴.

²⁴¹ Entrevista concedida por Jaime Cardoso à autora, em 10 de julho de 2007.

²⁴² *Fragmento da cultura brasileira*, op. cit., p. 105.

²⁴³ Idem, p. 58.

²⁴⁴ Idem, p. 64.

Já Poerner destaca em seu depoimento que, apesar dos problemas intrínsecos à condição de exilado político – como a perda de referências e a infantilização pela comunidade internacional –, a vivência em terras estrangeiras permitiu a expansão da visão de mundo dos asilados.

(...) no Brasil a gente tem a impressão de que o mundo inteiro está debruçado para saber o que ocorre entre o Oiapoque e o Chuí; no exterior você aprende que o Brasil é visto como uma potência emergente, que ainda é um país do futuro(...) ²⁴⁵.

As assimilações de idéias que circulavam no território europeu e o próprio processo de reconstrução de identidades no exterior contribuíram para a reformulação cultural e política do Brasil após o regime militar, mediante a atualização do projeto político de grupos da esquerda brasileira.

Acredito que a produção cultural e política dos exilados ajudou a conformar o Brasil que seria no pós-anistia, você tem testemunho de toda influência cultural da própria luta da emancipação da mulher, da não discriminação dos homossexuais, da valorização da cultura negra, uma série de aspectos culturais foram resultado da convivência dos brasileiros com outras culturas.(...) Quando houve a anistia, eu me lembro também que houve um contato cultural ao contrário, a gente trazendo, na verdade, o que a gente tinha vivido no exterior (...). Eu lembro que a volta dos exilados trouxe discussões muito fortes de vivências culturais que a gente estava trazendo. ²⁴⁶

A revista expressa também o imaginário e a mitologia em relação à volta que foram construídos ao longo dos anos passados no exterior. Poerner considerava que, mesmo após tantos anos no exílio, a sua reintegração seria imediata à chegada no país de origem.

Minha primeira providência seria, naturalmente, a caminho de casa, passar pela praça Tiradentes; lá, onde eu passava todos os dias a caminho do Itamarati, comeria um pastel, e o pastel, você sabe... já me causou vários traumas na vida. E aí, depois do caldo de cana e do pastel, tudo seria válido, porque aí já eu teria me reintegrado ²⁴⁷.

No entanto, nesta mesma entrevista, Fernando Gabeira já manifestava preocupações em relação ao confronto com a realidade social brasileira após o exílio europeu.

O Brasil é um país tão complicado que para certas pessoas ele é uma saudade, e, para outras, uma dor; para a gente é uma saudade e uma dor ao mesmo tempo, quer dizer, o Brasil é uma coisa muito ambivalente pra gente. Se a gente volta para o Brasil, será que vamos suportar ver a pobreza da mesma forma, depois de dez anos na Europa? Vamos suportar da mesma forma ver os trabalhadores manuais sendo tratados como cachorros? ²⁴⁸

Jaime Cardoso, ao reavaliar as expectativas em relação ao retorno, quase trinta anos após a anistia, destacou as dificuldades enfrentadas para se readaptar ao Brasil.

²⁴⁵ Idem, p. 22.

²⁴⁶ Entrevista concedida por Jaime Cardoso à autora, em 10 de julho de 2007.

²⁴⁷ *Fragmento da cultura brasileira*, op. cit., p. 24.

²⁴⁸ Idem, p. 20.

Apesar de toda essa raiz cultural que a gente procurou adubar e regar no exílio, sem dúvida nenhuma a gente foi muito contaminado – não é a palavra correta – pela cultura do exterior. Quando a gente chegou aqui sentiu esse impacto. As desigualdades agrediam mais, apesar de a gente ter consciência delas e lutar contra elas, e isso ser uma das razões do nosso exílio. As desigualdades agrediam mais, a poluição agredia mais, a falta de respeito com o meio ambiente agredia mais. Tanto que todas essas coisas foram muito fortalecidas com a volta dos grupos do exílio²⁴⁹.

Em anexo à revista, foi publicada a separata *Que país é esse?* (ANEXO XIII – QUE PAÍS È ESSE ?, p. 137), escrita por Affonso Romano de Sant’Anna. A capa é ilustrada por um desenho feito por Args de um buraco por onde saíam duas mãos distorcidas. O compilado reúne dezesseis páginas de poemas, datilografados em português, que expressam a ambigüidade de estar dividido entre a dor e a saudade do país de origem.

Na primeira parte, denominada *Que país é esse?*, o autor deixa entrever a sua frustração com a falência do projeto político empreendido pelos militantes, que previa transformações sociais e o combate às desigualdades econômicas.

Povo
 não pode ser sempre coletivo de fome
 Povo
 não pode ser sempre um séquito sem nome
 Povo
 não pode ser diminutivo de homem
 O povo,
 aliás,
 deve estar cansado desse nome
 embora o seu instinto o leve à agressão
 e embora
 o aumentativo da fome
 possa ser
 revolução²⁵⁰

Já a segunda parte, *Como amo meu país*, aborda a saudade do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, demonstra a consciência de uma possível dificuldade em se estabelecer no país devido ao contínuo processo de reconstrução da identidade durante o exílio.

Não posso, é proibido
 não ter um país
 – dizem-me na alfândega
 e carimbam-se a alma e a calma.
 No entanto, este não me serve, como não me serviram
 os outros quando os habitei maravilhosos
 entre castelos e vitrinas
 hamburgers e neblinas.
 Este não me serve, assim dessa maneira,
 A me vestirem idéias mortas, camisas de força,
 /fraques e cartolas tolas.
 E eu sabendo que o defunto é bem maior.²⁵¹

²⁴⁹ Entrevista concedida por Jaime Cardoso à autora, em 10 de julho de 2007.

²⁵⁰ *Que país é esse?*. Separata de: *Fragmento da cultura brasileira*. Suécia: 1979, n. 1-2, p. 12.

²⁵¹ Idem, pp. 16-17.

Nos anos em que os asilados passaram no exterior, eles reconstruíram suas identidades acrescentando as experiências adquiridas em diversos locais do mundo, o que os transformou em cidadãos cosmopolitas. Alguns demoraram a se readaptar ao Brasil, outros optaram por permanecer no exterior, devido às lembranças traumáticas de fatos ocorridos no Brasil ou à própria reconstrução da vida em outros países. Neste processo contínuo de reelaboração de identidades, o exilado se transformou em um mosaico cultural, no qual a identificação com o Brasil se tornou um fragmento de um todo mais abrangente.

Conclusão

A pesquisa *Imprensa do Exílio* foi concluída em um momento histórico bastante interessante. Às vésperas de completar os 30 anos do decreto da Anistia, este trabalho pretendeu resgatar a trajetória de alguns militantes políticos que mesmo após terem sido expulsos do país pelo regime civil-militar brasileiro, não deixaram que suas vozes fossem silenciadas e utilizaram a imprensa como instrumento de resistência, ainda que simbólica, à ditadura e de preservação de identidades.

Para este trabalho, foram analisadas seis coleções de jornais e revistas publicadas por exilados brasileiros no período compreendido entre 1964, ano em que houve o golpe civil-militar, e 1979, quando foi decretada a Lei da Anistia. Este material, mais do que permitir o acesso a parte dos temas que eram discutidos pela colônia de exilados, demonstra as alterações dos projetos políticos destes grupos durante diferentes momentos desta dolorosa experiência que é o exílio.

O motivo das partidas foram os mais diversos. Muitos saíram devido às perseguições que sofreram em decorrência da atuação em movimentos sociais ou de suas convicções políticas consideradas subversivas. Outros deixaram o país por vontade própria, já que se recusavam a viver sob o controle de uma ditadura. Houve ainda aqueles que foram banidos pelo governo militar devido à atuação em ações revolucionárias.

Mas todas estas partidas possuem em comum a violência na qual o exilado é arrancado de suas raízes e transferido para uma realidade distante do quadro de referência que moldou a sua existência. Em terras estrangeiras, enfrenta a barreira lingüística, o despreparo para o mercado de trabalho e a necessidade de recorrer a instituições assistencialistas para reorganizar a vida. Mas não é esta estada no exterior que determina a sua condição, mas a nostalgia em relação ao tempo e espaço deixados para trás e o desejo de retorno à pátria.

Para os brasileiros que foram forçados a sair do Brasil no referido período, entre eles, muitos jovens provenientes das fileiras do movimento estudantil ou das organizações de vanguarda, o exílio representou um projeto governamental de isolar do cenário político nacional uma geração que se opunha ao regime autoritário. Promoveu também a retirada destes militantes de um contexto no qual eram reconhecidos por suas ações revolucionárias ou por suas idéias políticas para a posterior reinserção no anonimato.

Este movimento de deslocamento e perda das referências possui grande relevância quando pensado em relação ao grupo estudado, já que estes mantinham uma identidade vinculada a projetos políticos que previam o estabelecimento de uma sociedade igualitária e o

combate às desigualdades sociais. Para estes ativistas, o exílio significou a tentativa de anulação de sua atuação política.

Como resistência a estas violentas e traumáticas rupturas causadas pela extradição, algumas iniciativas para a preservação de identidades foram desenvolvidas no exterior. Podem ser citadas como exemplos de tais estratégias, as associações formadas entre os exilados para discutir temas diversos, desde o feminismo até a manutenção do quadro de referências entre os filhos de exilados, passando pelas campanhas a favor da Anistia e contra a violação dos Direitos Humanos pelo governo civil-militar.

Soma-se a estas iniciativas, a utilização da mídia estrangeira como uma ferramenta que possibilitava a discussão da situação político-social da América Latina e a realização de denúncias contra as arbitrariedades cometidas pela ditadura brasileira. O jornalista Arthur José Poerner, por exemplo, concedeu algumas entrevistas sobre estas temáticas à imprensa internacional durante o seu exílio na Alemanha e também trabalhou como jornalista na rádio *A Voz da Alemanha*. A partir de 1971 passou a contribuir para o intercâmbio de informações com o Brasil, escrevendo diversas matérias para o jornal *O Pasquim* sobre assuntos diversos, entre eles, os choques culturais que os asilados enfrentaram no exterior e entrevistas com personalidades brasileiras que foram expatriadas.

A imprensa produzida por exilados brasileiros, portanto, se manifesta como mais um formato que esta resistência adquiriu no exterior. O acervo consultado possui mais de 50 títulos de jornais e revistas editados por tais grupos, mas este número não é definitivo, pois muitas coleções estão incompletas e não há como mensurar quantas coletâneas se perderam antes que fossem recuperadas pelos arquivos. O material consultado é bastante heterogêneo, abarcando desde textos oficiais de organizações revolucionárias, a produções de caráter artístico-literário.

Este material jornalístico, geralmente, circulava e era retransmitido nas redes de sociabilidade daqueles que o produzia. As informações que preenchiam as suas páginas foram reunidas de diferentes formas para atender as propostas editoriais de seus organizadores. Há desde produções culturais da própria colônia de exilados, como notícias sobre o Brasil que, embora fossem desatualizadas, correspondiam o objetivo proposto pelo projeto editorial do periódico.

A elaboração destas publicações criava espaços de sociabilidade que contribuíam para o reforço das identidades entre a colônia de exilados. Ao escrever notícias que denunciavam a violação dos Direitos Humanos e que propunham alternativas ao sistema político-econômico vigente no Brasil, estes militantes conseguiam manter aceso o espírito de

oposição. As reuniões organizadas para discutir os temas que poderiam ser publicados também os aproximavam afetivamente do Brasil e estreitavam os laços de coesão entre eles.

Em alguns casos, a produção de jornais e revistas também envolvia pessoas que permaneceram no país. Nestas circunstâncias, as notícias de interesse aos asilados eram recolhidas periodicamente em veículos de grande circulação na imprensa nacional. A partir da união destes inúmeros fragmentos da realidade brasileira, este grupo poderia se informar sobre os acontecimentos e mudanças em curso no país para assim reformular ou adequar as estratégias de lutas a serem desenvolvidas quando se processasse o retorno.

Apesar da grande heterogeneidade presente nestas publicações - em parte devido à diversidade das organizações que as produziram - é possível verificar uma trajetória comum neste material. O projeto político que previa um confronto direto com o regime militar, gradualmente, foi substituído por outras formas de militâncias mais pacíficas.

O Jornal *Correio Braziliense* foi organizado no México entre junho e outubro de 1964 por representantes do movimento sindical e da Organização dos Exilados Brasileiros no México (OEBM). Muitos destes brasileiros, integrantes da “geração de 1964” eram favoráveis a restauração da legalidade por meios pacíficos e partiram para o exílio tão logo ocorreu o golpe devido a sua grande atuação no cenário político do país.

Neste momento, havia a percepção do exílio como um espaço transitório que permitiria a organização de um breve retorno ao país para que fossem retomadas as lutas. Esta perspectiva também está presente na desestruturação da OEBM, em outubro de 1964, motivada pela transferência de seus integrantes para o Brasil e outros países, como Cuba, Argélia e Alemanha. Este periódico se concentrava na publicação de documentos enviados a OEBM e denunciava as arbitrariedades cometidas pelo governo autoritário brasileiro, assim como promovia uma ampla discussão sobre questões relacionadas ao mundo do trabalho e aos progressos do movimento sindical.

No entanto, o exemplar que marcou o encerramento das atividades do jornal, pela primeira vez, sinalizou claramente para a possibilidade de enfrentamento armado caso as condições materiais do tempo e lugar onde a luta se desenvolvesse assim o exigisse. A opção pela luta armada, ainda que de forma embrionária, pode ser interpretada como uma reformulação das estratégias de confronto diante da percepção de que o regime militar seria mais duradouro do que o previsto.

Estas concepções aparecem consolidadas no periódico *Resistência*. Este jornal foi produzido no Chile, em 1972, pelo Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e pela

Ação Libertadora Nacional (ALN). Ambas organizações revolucionárias participaram de inúmeras ações armadas no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970.

O material divulgado na *Resistência* demonstra um grande comprometimento com o projeto político desenvolvido no Brasil e, por vezes, estimula o retorno dos brasileiros para cumprir o dever revolucionário no país. Seguindo estas orientações, o jornal publicou matérias desatualizadas sobre as ações de resistência realizadas no Brasil e em outros países da América Latina. Ele também divulgou documentos oficiais da organização a respeito de sua estruturação e estratégias de luta.

Estes textos foram escritos em espanhol e muitas vezes seu discurso é direcionado para a população chilena, o que pode denotar uma intenção de mobilizar a comunidade internacional para uma revolução que estaria tomando proporções continentais com inúmeros focos de resistência em toda a América Latina. No entanto, ao priorizar a divulgação dos avanços das ações armadas no Brasil, este periódico reproduzia uma imagem distorcida, tendo em vista que já estava em curso a desagregação de grande parte das organizações revolucionárias devido a prisão, assassinato, desaparecimento e exílio de muitos dos seus quadros.

Com a sucessiva instalação de regimes autoritários na América Latina, os brasileiros foram obrigados a mais uma vez organizar suas partidas. O ponto ápice deste processo foi o golpe militar contra Allende no Chile. Durante o governo deste presidente, houve um grande afluxo para este país de estrangeiros que se identificavam com um projeto de bases socialistas no qual estava previsto, dentre outros pontos, a nacionalização da economia e a realização da reforma agrária.

Após a deposição de Allende e diante da recusa de muitos governos latino-americanos em receber os exilados, o território europeu se transformou no destino para muitos deles. A chegada no Velho Continente marca o processo de reconstrução de identidades para uma parcela destes militantes que apenas na Europa percebeu o início do exílio. A imprensa produzida naquele momento também reflete o pessimismo e a alteração do projeto político devido ao afastamento em relação ao Brasil.

A revista *Brasil Socialista*, por exemplo, se propunha a fornecer aos exilados um espaço de debates sobre as concepções marxistas-leninistas. A publicação foi editada trimestralmente na Suíça, entre os meses de janeiro de 1975 e de 1977, por um grupo vinculado à tendência proletária da esquerda brasileira e divulgava tanto documentos oficiais de organizações de vanguarda, como a análise de fatos ocorridos no Brasil. Através da observação destes textos, pode se verificar a defesa de uma maior penetração na classe

trabalhadora para, assim, superar o isolamento em relação às demais camadas sociais, o que limitou a atuação das organizações de vanguarda. No entanto, alguns de seus textos ainda promoviam a defesa do uso da violência na derrubada da ditadura.

Já a *Reflexos da Realidade Brasileira no Exílio* aborda de forma mais lúdica as questões relacionadas ao exílio e a militância política. O periódico foi editado na Suécia, em 1978, com o objetivo de divulgar as produções artístico-literárias de exilados brasileiros. Seguindo tal propósito, suas páginas reuniam diferentes gêneros artísticos - como a pintura, desenho, fotografia e arquitetura - abordando, de forma mais ou menos enfática, questões relacionadas à luta desenvolvida no Brasil e no exterior. No entanto, a experiência do exílio emerge de forma mais incisiva nas poesias que falam da prisão, da solidão e das inúmeras despedidas realizadas ao longo da militância. Enquanto que os textos ficcionais se concentram na abordagem violência empreendida pelos órgãos de repressão.

Ao longo da década de 1970, o movimento pela redemocratização ganhou força no Brasil, mobilizando amplos grupos sociais a tomar as ruas para fazer suas reivindicações. Tais manifestações reuniam desde sindicalistas, que lideravam os movimentos grevistas, a donas de casa que organizavam passeatas contra a carestia. Soma-se a este cenário, o aumento de importância do MDB na condução dos movimentos sociais.

Todas estas alterações no cenário político brasileiro chegavam ao exterior pelo periódico *Brasil Mês a Mês na imprensa*, editado, entre agosto de 1975 e junho de 1979, por integrantes do Partido Comunista Brasileiro sediados em Moscou. O jornal realizava um Clipping das principais notícias veiculadas na imprensa nacional que poderiam ser de interesse aos asilados. O acompanhamento destas notícias forneceria os instrumentos necessários para a readaptação das estratégias de luta a serem desenvolvidas no país quando se processasse o retorno.

Com muito entusiasmo os editores desta revista puderam verificar a gradual mobilização de amplos setores sociais na luta contra o governo militar brasileiro, por meio das notícias de greves e manifestações que passaram a ocupar as páginas da imprensa nacional. Constataram também o crescimento do MDB, antes considerado como uma oposição consentida, como uma liderança dos movimentos sociais. Tal situação se conciliava ao projeto político defendido pelo PCB que previa o combate a ditadura por vias legais e pacíficas.

Apesar das traumáticas rupturas causadas pelo exílio, ele também representou um momento de reconstrução. Ao longo dos anos em que os asilados foram obrigados a se estabelecer no exterior, eles puderam entrar em contato com as idéias que circulavam na Europa e na América Latina, o que permitiu a expansão do sentido de transformação social e

incorporação, em suas pautas de discussões, de questões que até então eram pouco valorizadas, como o ambientalismo, o feminismo, a diversidade racial, entre outras. Tais questões foram acrescentadas aos projetos políticos da nova esquerda após a Anistia.

A revista *Fragmento da Cultura Brasileira no Exílio*, editada na Suécia em 1979, permite que sejam observadas as contribuições fornecidas pelo contato com a cultura estrangeira para a atualização da esquerda brasileira exilada. Os textos reunidos na publicação conferem um novo olhar para questões relacionadas aos antigos tabus brasileiros, como o papel social da mulher, a sexualidade e preconceitos raciais. O que se buscava, naquele momento, era reforçar a luta pela reinserção social de grupos tradicionalmente discriminados, paralelamente às exigências no âmbito econômico.

O periódico reflete as expectativas causadas pelos avanços no processo da Anistia. Este tema é recorrente tanto em charges, quanto nas entrevistas com personalidades brasileiras que foram expatriadas. Tais entrevistas abordam temas estreitamente vinculados ao universo do grupo estudado, como as estratégias que foram desenvolvidas no exterior para combater o processo de desenraizamento causado pelo distanciamento dos quadros de referências da pátria e as expectativas para o prosseguimento da militância política - embora seguindo outros moldes - quando ocorresse a volta.

O presente trabalho pretendeu demonstrar, através destes estudos de caso, como a imprensa produzida por asilados brasileiros demonstra a alteração do projeto político entre tais grupos em diferentes momentos do exílio. Embora estas publicações tenham sido produzidas por organizações com orientações diversas e até mesmo divergentes, os seus integrantes possuíam um perfil semelhante e também compartilharam esta traumática experiência que aproximava diferentes grupos, apesar dos distanciamentos provocados pelas distintas concepções políticas.

O tema abordado pela pesquisa está longe do seu esgotamento e a vastidão do acervo consultado é uma prova concreta disso. No entanto, um dos temas que podem ser relevantes para futuros trabalho são, justamente, as contribuições obtidas pelo contato com a cultura estrangeira para a reconfiguração da esquerda brasileira no pós-Anistia.

7. Referências

Livros e artigos

BUENO, Eduardo. *Brasil, uma história: a incrível saga de um país*. São Paulo: Ática, 2004.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). *Memórias do exílio: Brasil 1964/ 19??*. São Paulo: Livramento, 1978, 1ª edição.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano - O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.4, 2ª edição.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERNANDES JÚNIOR, Ottoni. *O baú do guerrilheiro: memórias da luta armada*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco,; FERREIRA, Tania Maria Bessone da (Orgs). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006.

POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1989, vol. 2, n. 3.

_____. "Memória Identidade Social". In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1992, vol.5, n. 10.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves (Org). *Mídia e Memória: A produção de sentido nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo*. Chicago: Latin American Studies Association, 1998. Texto disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Ridenti.pdf>. Acesso em: 13 set. 2008.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

VOLPE, Miriam. *Geografias de Exílio*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2005.

Teses e dissertações

LIMA, Edileuza Pimenta. *"Trabalhador: arme-se e liberte-se": A Ação Libertadora Nacional (ALN) e a resistência operária pela luta guerrilheira*. Rio de Janeiro: 2007. Trabalho de conclusão de curso – Curso de História, UNIRIO, 2007.

Periódicos

CORREIO BRAZILIENSE, México: 07 de Agosto de 1964, ano I - Disponível no acervo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

CORREIO BRAZILIENSE, México: 14 de Agosto de 1964, ano I Disponível no acervo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

Caderno Especial - Fisionomia de uma nação traída. In. CORREIO BRAZILIENSE, México: Agosto de 1964, ano I. Disponível no acervo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

RESISTÊNCIA – Chile: 1973, ano III, nº 1. Disponível no acervo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

MARIGHELA. In RESISTÊNCIA, Chile: 1973, ano III, nº 1. Imagem cedida pelo CEDEM.

REFLEXO DA REALIDADE BRASILEIRA NO EXÍLIO, Suécia: 1978, ano I, nº 1 - Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória da UNESP.

O HERÓI GRAFISSONORO PER CAPITA. In REFLEXO DA REALIDADE BRASILEIRA NO EXÍLIO, Suécia: 1978, ano I, nº 1 - Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória da UNESP.

BRASIL SOCIALISTA, Suíça: jan de 1975, Ano 1, nº 1 - Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória da UNESP.

BRASIL SOCIALISTA, Suíça: abril de 1976, Ano II, nº 6 - Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória da UNESP.

BRASIL MÊS a MÊS NA IMPRENSA, Moscou: agosto de 1975 e junho de 1979 - Disponível no acervo do Centro de Documentação e Memória da UNESP.

FRAGMENTO DA CULTURA BRASILEIRA, Suécia: 1979, ano I, nº 1 - Acervo pessoal da autora.

QUE PAÏS È ESSE. In FRAGMENTO DA CULTURA BRASILEIRA, Suécia: 1979, ano I, nº 1 - Acervo pessoal da autora.

Entrevistas

Entrevista concedida por Francisco Inácio de Almeida à autora, em 07 de junho de 2008.

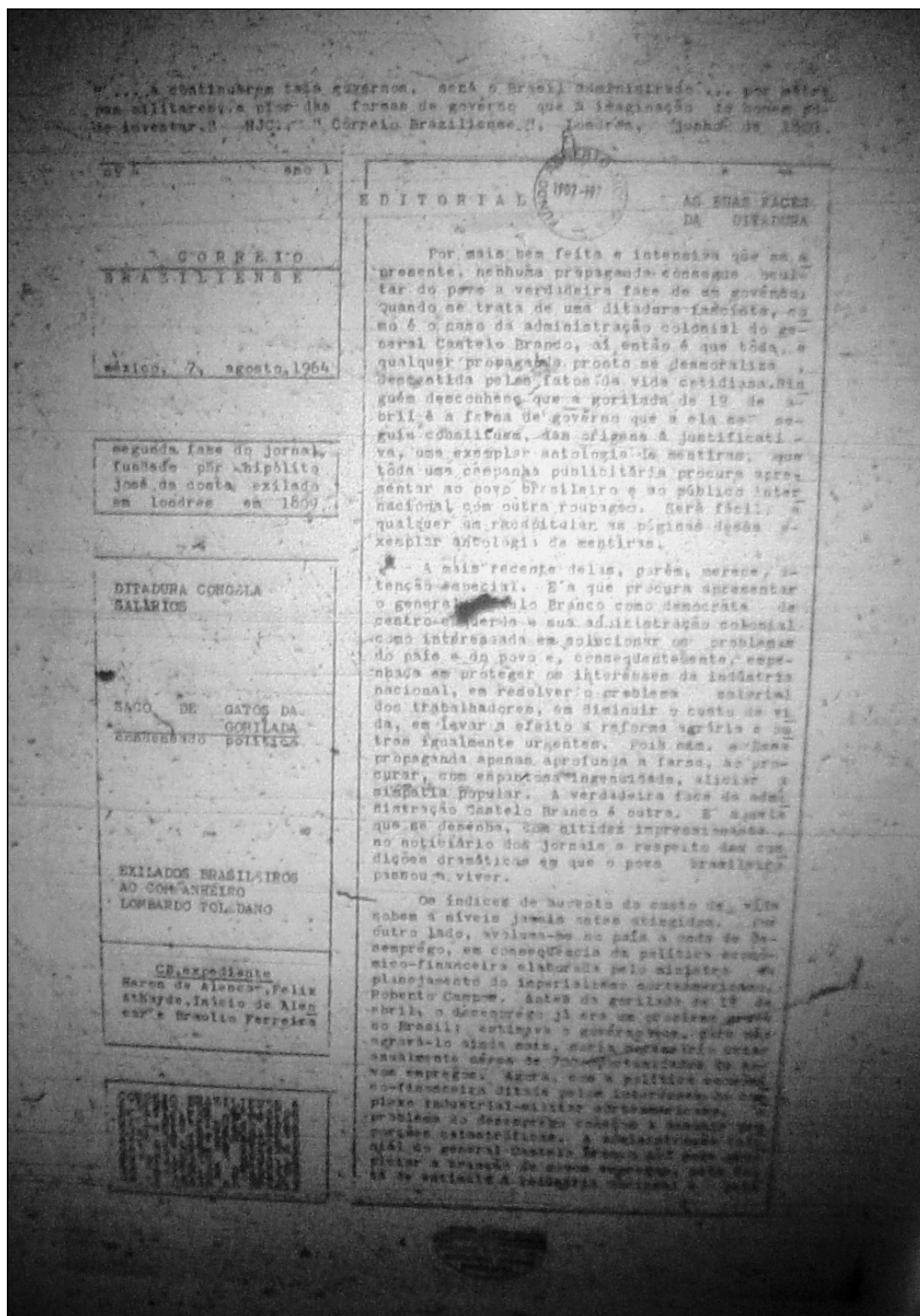
Entrevista concedida por Arthur José Poerner à autora, em 29 de abril de 2008.

Entrevista concedida por Severino de Melo à autora, em 18 de maio de 2008.

Entrevista concedida por Jaime Cardoso à autora, em 20 de julho de 2007

ANEXOS

8.1. ANEXO I - CORREIO BRAZILIENSE



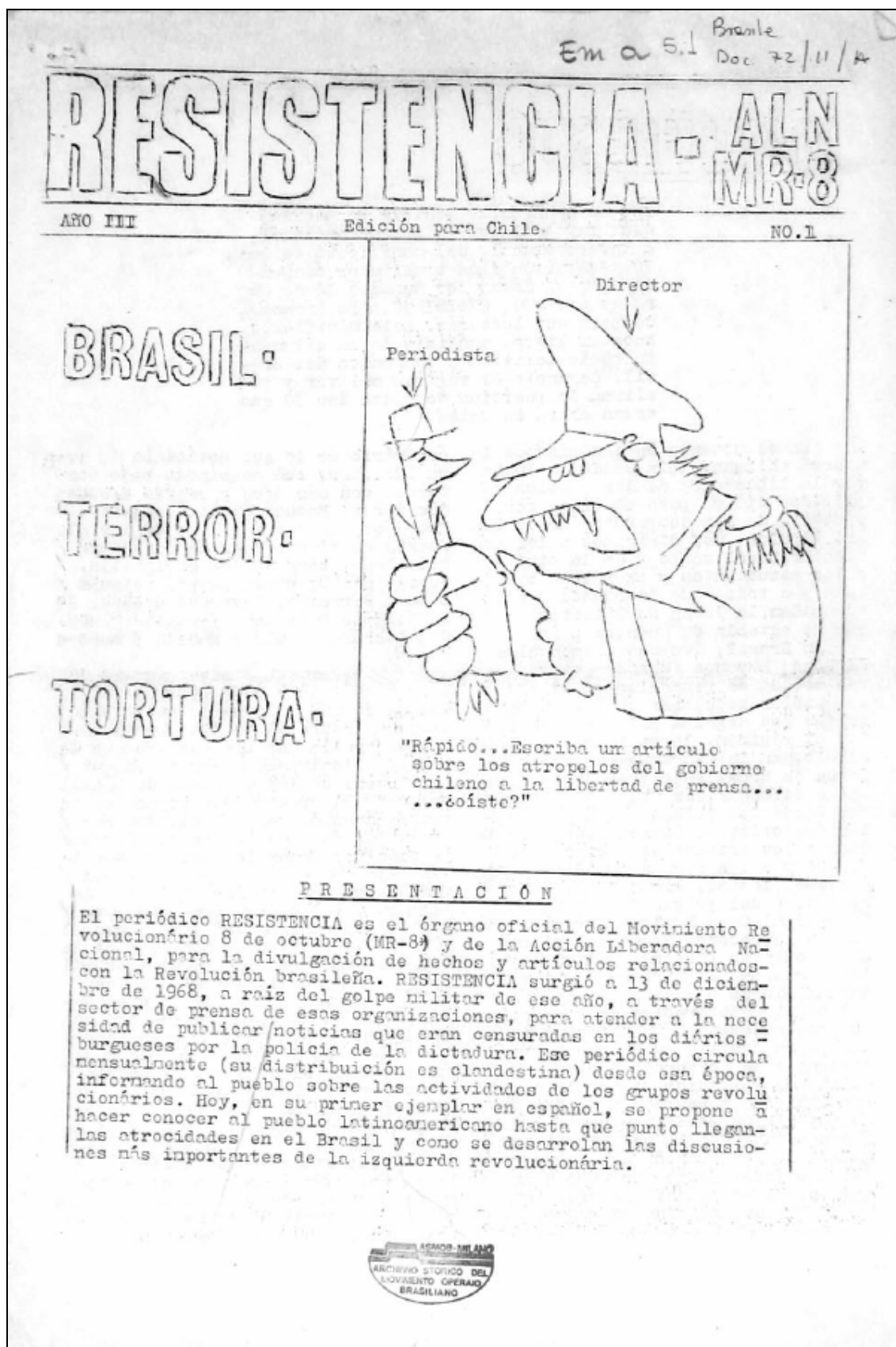
CORREIO BRAZILIENSE – México:
Agosto de 1964, ano I - Acervo pessoal da
autora.

8.2. ANEXO II - FISIONOMIA DE UMA NAÇÃO TRAÍDA



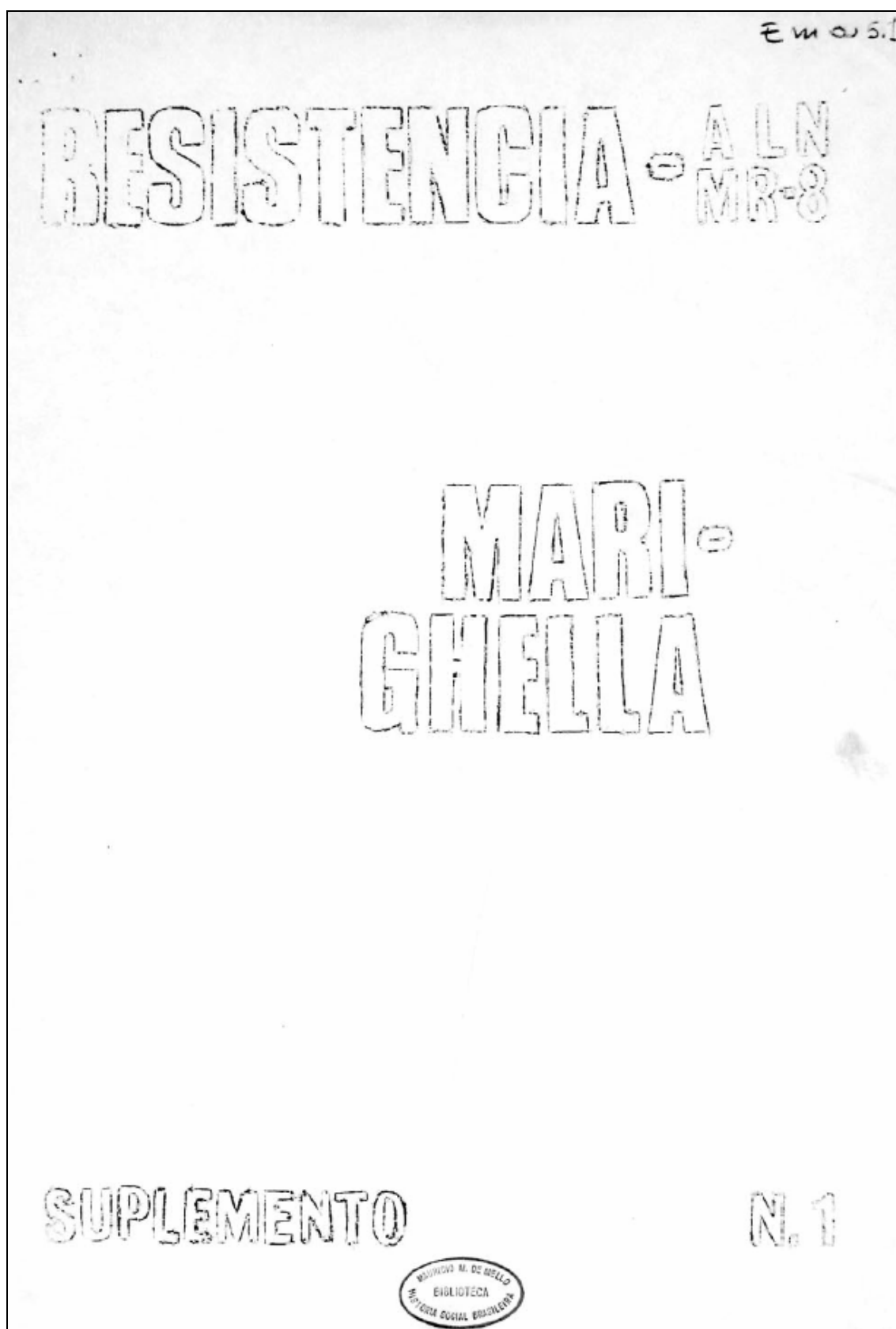
Caderno Especial - Fisionomia de
uma nação traída. In. CORREIO
BRAZILIENSE – México: Agosto de
1964, ano I. Acervo pessoal da autora.

8.3. ANEXO III- RESISTÊNCIA



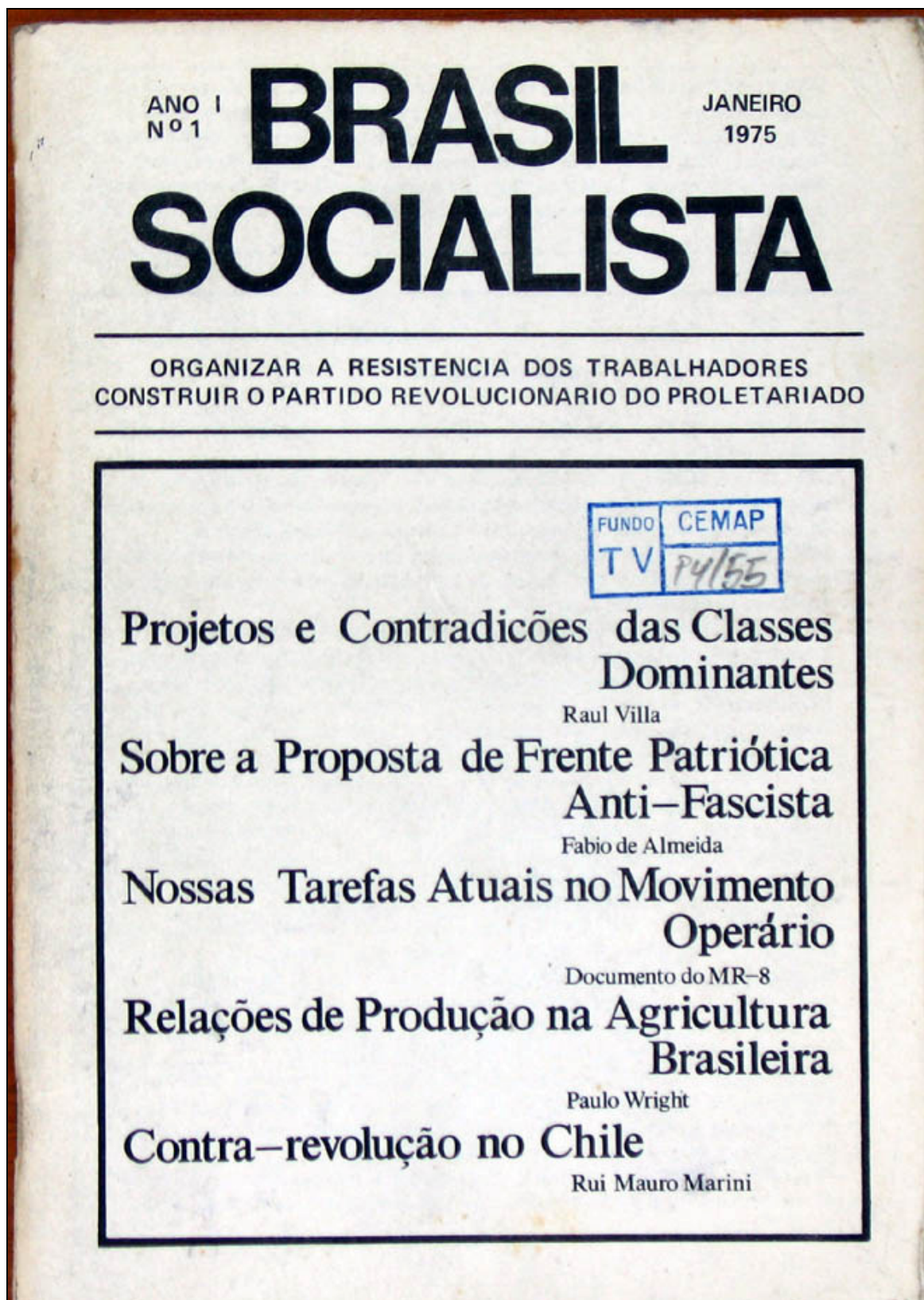
RESISTÊNCIA – Chile: 1973, ano III,
nº 1. Imagem cedida pelo CEDEM.

8.4. ANEXO IV- SUPLEMENTO MARIGHELA



MARIGHELA. In RESISTÊNCIA,
Chile: 1973, ano III, nº 1. Imagem
cedida pelo CEDEM.

8.5. ANEXO V- BRASIL SOCIALISTA Nº1



BRASIL SOCIALISTA, Suíça: jan de 1975, Ano 1, nº 1 - Imagem cedida pelo CEDEM.

8.6. ANEXO VI- BRASIL SOCIALISTA Nº6



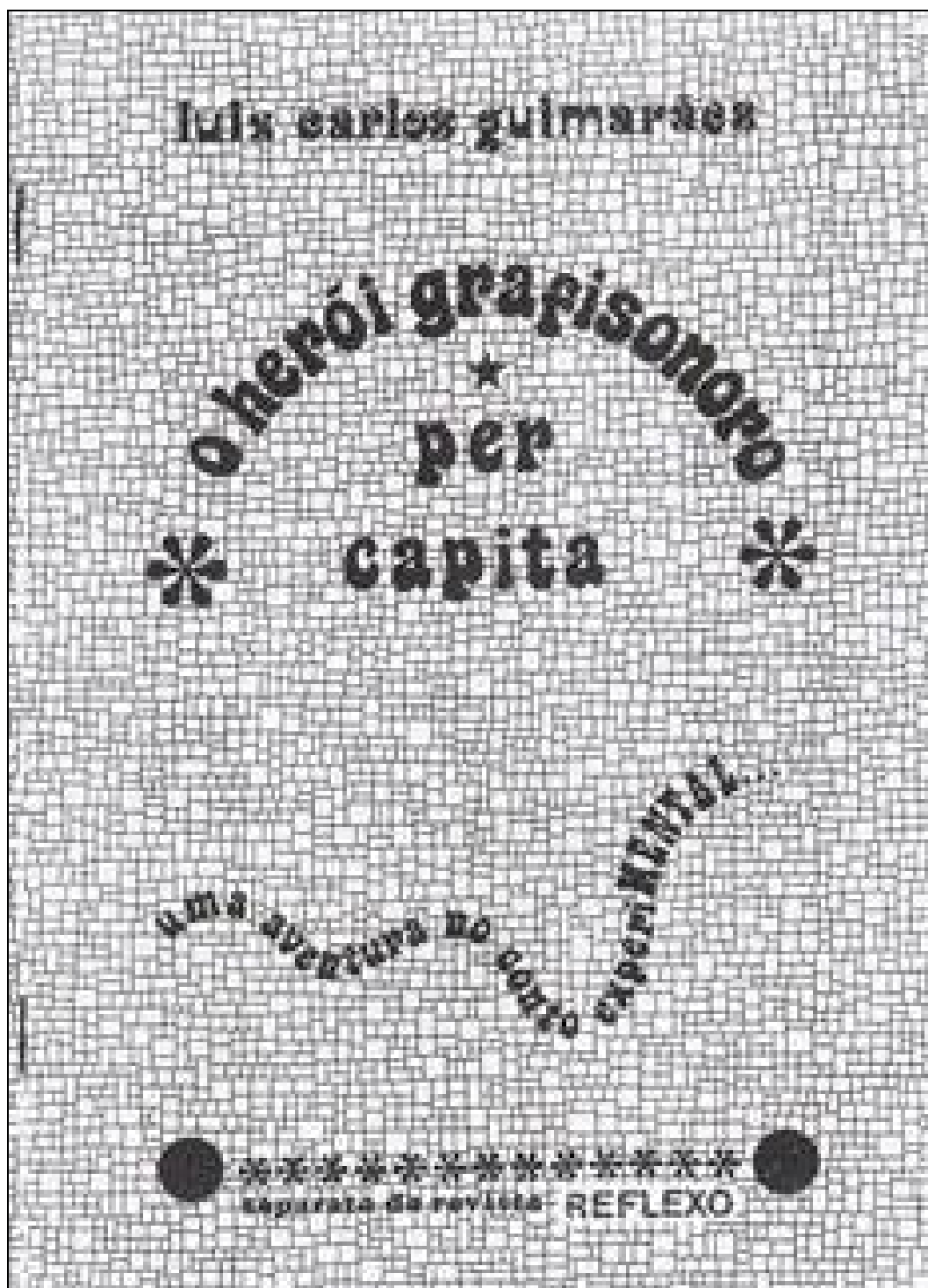
BRASIL SOCIALISTA, Suíça: abril de 1976, Ano II, nº 6 - Imagem cedida pelo CEDEM.

8.7. ANEXO VII- REFLEXO DA REALIDADE BRASILEIRA



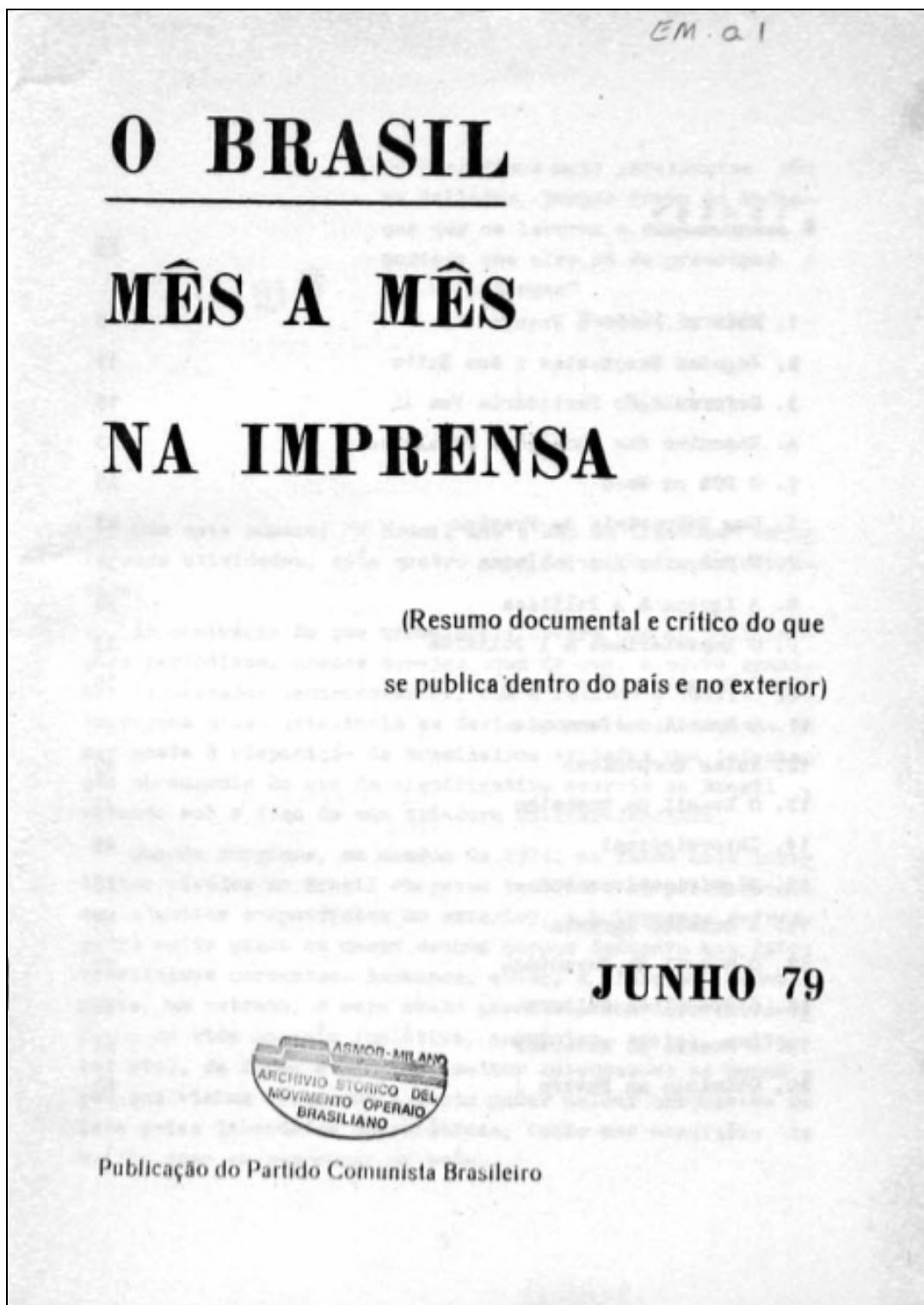
REFLEXO DA REALIDADE
BRASILEIRA NO EXÍLIO, Suécia:
1978, ano I, nº 1 - Acervo pessoal da
autora.

8.8. ANEXO VIII- O HERÓI GRAFISONORO PER CAPITA



O HERÓI GRAFISONORO PER
CAPITA. In REFLEXO DA
REALIDADE BRASILEIRA NO
EXÍLIO, Suécia: 1978, ano I, nº 1 -
Acervo pessoal da autora.

8.9. ANEXO IX- BRASIL MÊS A MÊS NA IMPRENSA- CAPA



BRASIL MÊS a MÊS NA IMPRENSA, Moscou:
junho de 1979, capa – Imagem cedida pelo
CEDEM

8.10. ANEXO X- BRASIL MÊS A MÊS NA IMPRENSA –A

"Os dialéticos mais penetrantes são os exilados, porque foram as mudanças que os levaram a exilar-se. É por isso que eles só se preocupam / com as mudanças"

Bertolt Brecht

Com este número, "O Brasil Mês a Mês na Imprensa" encerra suas atividades, após quatro anos de ininterrupta atividade.

Ao contrário do que normalmente ocorre com as publicações periódicas, nossos desejos eram de que, a curto prazo, nos tornássemos desnecessários, com o retorno à Pátria. Isto porque nossa existência se devia apenas à necessidade de ser posta à disposição de brasileiros exilados uma informação abrangente do que de significativo ocorria no Brasil, vivendo sob o jugo de uma ditadura militar-fascista.

Quando surgimos, em meados de 1975, os fatos mais importantes vividos no Brasil chegavam truncados ou pouco chegavam a muitos compatriotas no exterior, e a imprensa estrangeira muito pouco ou mesmo nenhum espaço dedicava aos fatos brasileiros correntes. Passamos, então, a oferecer, mensalmente, um retrato, o mais exato possível, das diferentes esferas da vida no país (política, econômica, social, cultural etc), de forma a permitir melhor entender-se as mudanças que vinham ocorrendo e assim poder melhor inserir-se na luta pelas liberdades democráticas, tanto nas condições de exílio como ao regressar ao país.

8.11. ANEXO XI- BRASIL MÊS A MÊS NA IMPRENSA- B

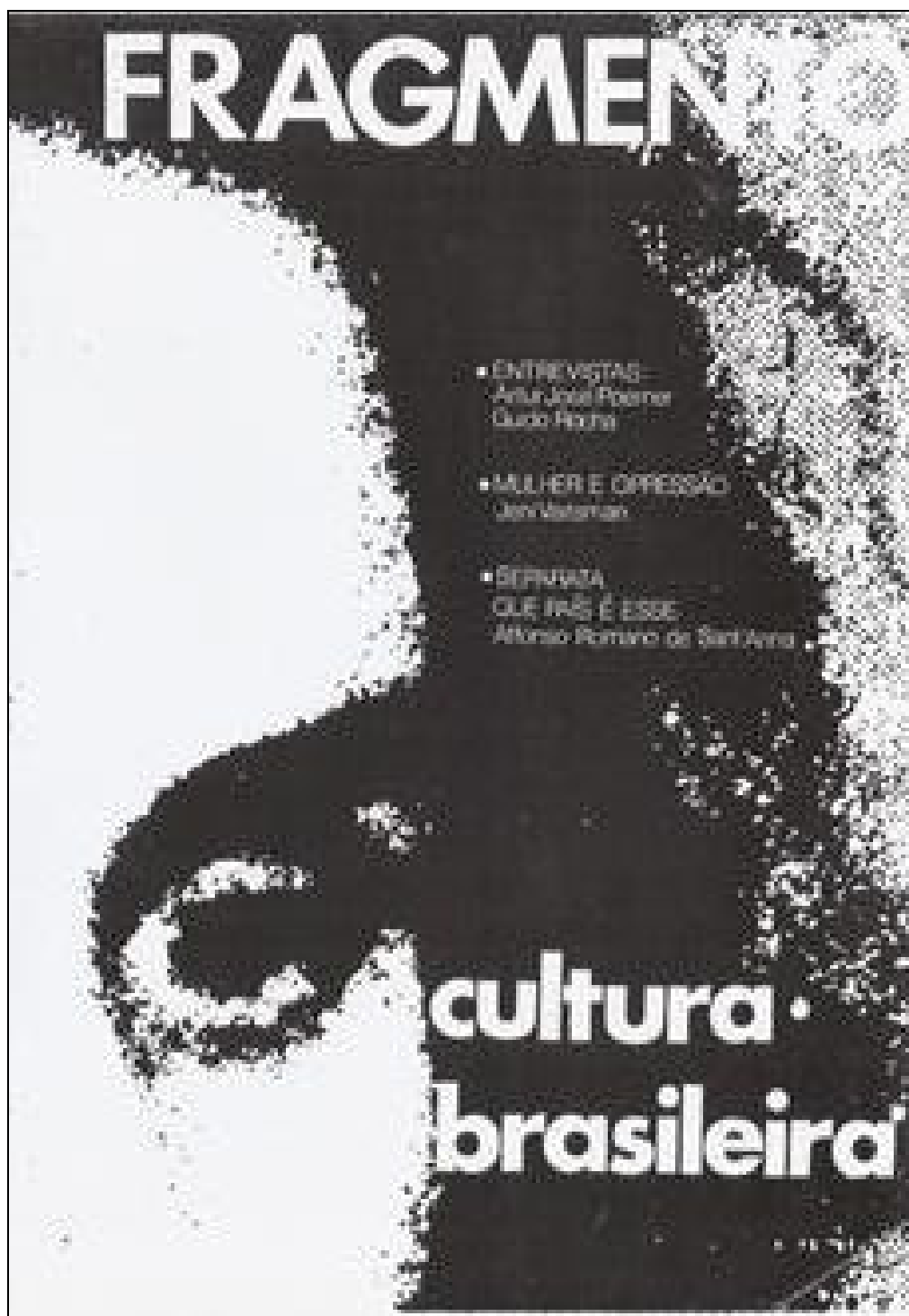
Apesar do relativo atraso com que a publicação era editada e chegava às mãos dos habituais leitores (circulando, geralmente, entre várias pessoas um mesmo exemplar), ela - em grande parte - cumpriu seu objetivo maior, sobretudo no que diz respeito ser um documento permanente dos processos sociais e políticos no país. E foi nesse caráter que passou a ser requisitada por muitos estudiosos estrangeiros da realidade brasileira. Foi através dela que muitos partidos irmãos, sobretudo da América Latina, puderam melhor acompanhar os câmbios ocorridos no Brasil, nos últimos anos.

Evidente que muitas dificuldades foram enfrentadas, para a concretização da tarefa, particularmente se considerarmos a imperiosidade de ler, assidua e atentamente, para dali extrair os materiais mais significativos, os principais diários, semanários e mensários, revistas periódicas e outras publicações avulsas vindas do interior do país, sem falar o que se divulgou, nos principais jornais do mundo, sobretudo da Europa, a respeito do Brasil. E, nesse aspecto, deve-se contabilizar o quase sempre constante atraso da correspondência, vinda de dentro do país.

De uma forma ou de outra, estamos convictos de termos cumprido o objetivo a que nos propusemos. E, como milhares e milhares de brasileiros que, por uma razão ou outra, foram obrigados a deixar sua Pátria, preparamo-nos para a volta, a breve prazo, e lá continuarmos a luta comum pela derrota da ditadura e pela conquista de um regime de amplas liberdades democráticas.

Resta-nos agradecer as críticas e sugestões enviadas à redação do BMM, que permitiram aprimorar a publicação.

8.12. ANEXO XII- FRAGMENTO DA CULTURA BRASILEIRA



FRAGMENTO DA CULTURA BRASILEIRA,
Suécia: 1979, ano I, nº 1 - Acervo pessoal da
autora.

8.13. ANEXO XIII- QUE PAÍS É ESSE?



QUE PAÍS É ESSE. In FRAGMENTO DA CULTURA BRASILEIRA, Suécia: 1979, ano I, nº 1 - Acervo pessoal da autora.